



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 018 – TERÇA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i>	3º Secretário <i>Heráclito Fortes – PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i> Suplentes de Secretário <i>1º João Alberto Souza – PMDB – MA</i> <i>2º Serys Slhessarenko – PT – MT</i> <i>3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC</i> <i>4º Marcelo Crivella – PL – RJ</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR	PROCURADORIA PARLAMENTAR	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL) Líder <i>Tião Viana</i> Vice-Líderes <i>Antonio Cartos Valadares</i> <i>Magno Malta</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Roberto Saturnino</i> <i>Ana Júlia Carepa</i> <i>Flávio Arns</i> <i>Idele Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i> LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Aloizio Mercadante</i> Vice-Líder <i>João Capiberibe</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 20 Líder <i>Renan Calheiros</i> Vice-Líderes LIDERANÇA DO PFL - 18 Líder <i>José Agripino</i> Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 12 Líder <i>Arthur Virgílio</i> Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> <i>Lúcia Vânia</i> <i>Leonel Pavan</i> LIDERANÇA DO PDT - 4 Líder <i>Jefferson Péres</i> Vice-Líderes <i>Almeida Lima</i> <i>Álvaro Dias (I)</i> LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vice-Líder <i>Patrícia Saboya Gomes</i>

(1) licenciado

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Jálio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Sérgio Castro</i> Diretor da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 26. 02. 2003

PRESIDÊNCIA

A Presidência comunica às senhoras e aos senhores Congressistas que está convocada sessão solene conjunta a realizar-se no próximo dia 12 de março, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 13ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE MARÇO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 229/2003, de 28 de fevereiro último, informando as providências adotadas por aquele Tribunal para o atendimento das solicitações constantes do Parecer nº 167, de 2002-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. (Anexado ao processado do Ofício nº 8, de 2001 e, em cópia, ao do Aviso nº 1, de 2002, ambos do Congresso Nacional). 02982

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 69, de 2003, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Osmar Dias, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, que altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à Cultura, seja encaminhado à Comissão de Educação para que a mesma se pronuncie sobre o mérito do projeto. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 02982

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, com apresentação de uma emenda, perante a Mesa ao Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. À Comissão de Educação..... 02982

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa ao Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, de autoria do Senador Luiz Pastore, que altera os arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura. Aguardando inclusão em Ordem do Dia oportunamente do Requerimento nº 69, de 2003, de audiência da Comissão de Educação..... 02982

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa ao Projeto de Resolução nº 1, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão de seu Parecer nº 71, de 2003), que altera a Resolução nº 66, de 2002 para incluir o item “Despesas Gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada – EDC e retificar a definição de “Amortização” no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B.M. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 02982

Encaminhamento, por meio do Ofício nº 51, de 2002, do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 392, de 2001, destinada ao acompanhamento e avaliação do projeto de conservação e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelos Decretos S/Nºs de 5 de junho de 2001), lido na sessão do dia 16 de dezembro passado, do Relatório Final nº 1, de 2002, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei do

Senado nº 240, de 2002, e por recomendações e sugestões, que foram enviadas a diversas autoridades. O processado retorna à Subsecretaria de Comissões para a catalogação e autuação da documentação e posterior envio ao Arquivo.....

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 70, de 2003), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2003. A matéria encontra-se em regime de urgência e constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 11 do corrente.....

1.2.4– Discursos do Expediente

SENADOR OSMAR DIAS – Defesa de um plano estratégico de segurança alimentar para o país. Alerta para as dificuldades a serem enfrentadas pelo governo federal para a implantação do programa Fome Zero. Preocupação com as recentes invasões promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Esclarecimentos sobre o posicionamento do Partido dos Trabalhadores à decisão do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Juvêncio da Fonseca, em relação à solicitação do partido para adoção de providências à denúncia sobre uso indevido do aparelho do Estado em escutas telefônicas no Estado da Bahia.....

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Estranheza à postura do Partido dos Trabalhadores referente às decisões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a escuta telefônica no Estado da Bahia. Considerações sobre as invasões de prédios públicos e terras produtivas, realizadas pelo Movimento Sem Terra – MST, nos últimos dias.

SENADOR TIÃO VIANA – Refutações as insinuações do Senador Romero Jucá ao comportamento do Partido dos Trabalhadores.

SENADOR ROMERO JUCÁ – Contradições às afirmações do Senador Tião Viana.....

SENADOR EURÍPEDES CAMARGO – Afirmações do compromisso de S. Exª como representante do Distrito Federal.

SENADOR VALMIR RAUPP – Preocupação com o contingenciamento anunciado dos recursos orçamentários para recuperação da malha viária de Rondônia.

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Apelo à governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, para que reinicie negocia-

02983	ações com o governo federal na área de segurança pública.	03002
	SENADOR EDUARDO SUPILY – Considerações ao artigo do escritor Paulo Coelho, publicado no último domingo, pelo jornal Folha de S.Paulo , intitulado “Obrigado Presidente Bush”.....	03005
	SENADOR ARTUR VIRGILIO , como Líder – Homenagem ao Senador Olivir Gabardo que deixa o Senado em razão da volta do titular, Senador Álvaro Dias.	03011
02984	O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Associa-se as homenagens.	03011
	SENADORA IDELI SALVATI – Críticas ao artigo publicado no jornal Folha S.Paulo , de autoria do Senador Jorge Bornhausen, em que faz cobranças coerência ao governo Lula e do PT.....	03011
	SENADOR MÃO SANTA – Homenagem de pesar pelo falecimento do político piauiense Constantino Pereira de Souza.	03015
02984	SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Associa-se as homenagens prestadas pelo Senador Mão Santa.	03016
	SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Solicitação de cautela ao governo federal na desativação do Programa Bolsa-Renda no nordeste, tendo em vista a inexistência prática de programas para a questão da seca nordestina.	03016
02988	SENADOR ALMEIDA LIMA – Necessidade de mobilização de todas as nações contra a possibilidade de os EUA deflagrarem guerra contra o Iraque. Elogios ao artigo do jornalista Sérgio Luiz Eduardo Costa, intitulado “A Mão Caridosa do Benemérito W. Bush”.	03017
02990	SENADOR PAULO OTÁVIO – Justificativas para apresentação de projeto de lei que permite a inclusão de rios considerados não federais entre aqueles que podem ser gerenciados por comitê de bacia hidrográfica.	03019
02998	1.2.5 – Ofícios	
02998	Nº 743/2003-PRESI, do Banco Central do Brasil encaminhando o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2002 e a Demonstração do Resultado do Banco Central referente ao 2º semestre de 2002, acompanhados das respectivas notas explicativas. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	03019
02999	Nº 183/2002, de 11 de dezembro último, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas Empresas de Transportes Rodoviários, Ferroviários e Aquaviários, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões	
03000		

Março de 2003

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 11 02981

por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de Cargas, comunicando a conclusão de seus trabalhos em reunião realizada em 11 de dezembro último, com a aprovação do Relatório Final por unanimidade. O Relatório Final nº 1, de 2003-CN, apresentado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, será publicado em Suplemento ao Diário do Senado Federal desta data e terá exemplares encaminhados às autoridades competentes.....

03019

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 70, de 2003, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. À Mesa para decisão.....

03020

1.2.7 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Defesa da aprovação de projetos de lei de autoria de S. Ex^a, que alteram regras para aluguel de imóveis.....

03021

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Júbilo pela recente realização da reunião dos parlamentares do Centro-Oeste, em defesa de investimentos na região.....

03022

SENADOR ROMERO JUCÁ – Abordagem sobre revolução empreendida no campo da educação pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, aos portadores de necessidades educacionais especiais.....

03023

SENADOR EDISON LOBÃO – Comemoração do Dia Internacional da Mulher, no último dia 8 de março.....

03024

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 ho-

ras e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

03025

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 143^a Sessão Não Deliberativa, realizada em 6 de dezembro de 2002 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente...

03030

Ata da 144^a Sessão Não Deliberativa, realizada em 9 de dezembro de 2002 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente...

03033

Ata da 145^a Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2002 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente.....

03035

Ata da 10^a Sessão Não Deliberativa, realizada em 5 de março de 2003 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente.....

03035

3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da Reunião Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2002.....

03036

4 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 26 a 28, de 2003.....

03054

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.320, 2.373, 2.389 a 2.398, de 2003...

03058

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52^a LEGISLATURA

7 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Ata da 13ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 10 de março de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos, Heráclito Fortes e Mão Santa.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 229 – GP/TCU

Brasília, 28 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do Ofício nº 137 (SF), de 26-2-2003, por meio do qual o Senado Federal encaminha cópia do Parecer nº 167, de 2002-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dessa Casa, solicitando informações referentes a Relatórios de Gestão Fiscal, e informo a Vossa Excelência que o encaminhei à Secretaria-Geral de Controle Externo deste Tribunal, para adoção das providências necessárias ao seu atendimento.

Respeitosamente, **Valmir Campelo**, Presidente.

O expediente lido, juntado ao processado do Ofício nº 8, de 2001 e, em cópia, ao Aviso nº 1, de 2002, ambos do Congresso Nacional, ficará aguardando na Secretaria-Geral da Mesa as providências do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 69, de 2003

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, que “Altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à Cultura”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que a mesma se pronuncie sobre o mérito do projeto.

Sala das Sessões, 10 de março de 2003. –
Senador **Roberto Saturnino Braga** – Senador **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído na Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Encerrou-se, sexta-feira última, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001**, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002**, de autoria do Senador Luiz Pastore, que *altera os arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura*;

– **Projeto de Resolução nº 1, de 2003** (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão de seu Parecer nº 71, de 2003, Relator: Senador Romero Jucá), que *altera a Resolução nº 66, de 2002, para incluir o item “Despesas Gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada – EDC e retificar a definição de “amortização” no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B.M.*

O Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, tendo recebido uma emenda, retorna ao exame da Comissão de Educação.

O Projeto de Lei nº do Senado nº 263, de 2002, foi apresentado um requerimento de audiência da Comissão de Educação, que será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O Projeto de Resolução nº 1, de 2003, não tendo recebido emendas, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a emenda oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001:

EMENDA Nº 1
PLEN (Substitutiva)

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “Dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências” passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 7º.....
.....
.....

Parágrafo único. O Poder Executivo, levando em conta os interesses do País no contexto de suas relações com os demais países, poderá estabelecer limites à participação estrangeira no capital de prestadora do Serviço de TV a Cabo, ouvido o Conselho de Comunicação Social.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Consoante o art. 224 da Constituição Federal, o Conselho de Comunicação Social é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. A Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que regulamentou o art. 224, define como atribuições do Conselho a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal. A situação das prestadoras de Serviço de TV a Cabo em nosso país vem sendo recorrentemente discutida pelo Congresso Nacional, em função dos projetos de lei que propõe a criação de novos canais básicos de utilização gratuita e do projeto em tela, que retira restrições ao capital estrangeiro nas empresas do setor. O debate é complexo, uma vez que remete à discussão da Lei. Nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos ser-

viços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995 (altera o art. 21, referente à competência da União, diferenciando os serviços de telecomunicações e os serviços radiodifusão sonora de sons e imagens) e à Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras provisões. Trata-se, no nosso entendimento, de questão que deve ser examinada sem mais tardar pelo Conselho de Comunicação Social, que têm a competência e a atribuição para emitir parecer a apontar soluções para a crise do setor.

– Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Na sessão do dia 16 de dezembro passado, foi lido o Ofício nº 51/2002, do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 392, de 2001, destinada ao acompanhamento e à avaliação do projeto de conservação e revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelos Decretos S/N de 5 de junho de 2001), encaminhando o Relatório Final nº 1, de 2002. O referido Relatório concluiu pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2002, e por recomendações e sugestões, que foram enviadas às seguintes autoridades:

- Presidente da República (Mensagem nº 2, de 2003);
- Presidente da Câmara dos Deputados (Ofício nº SF/107/2003);
- Ministra de Estado do Meio Ambiente (Ofício nº SF/108/2003);
- Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Ofício nº SF/109/2003);
- Ministro de Estado da Integração Nacional (Ofício nº SF/110/2003);
- Ministro de Estado do Trabalho e Emprego (Ofício nº SF/111/2003);
- Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (Ofício nº SF/112/2003);
- Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Ofício nº SF/113/2003);
- Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Ofício nº SF/114/2003);
- Presidente da Caixa Econômica Federal (Ofício nº SF/115/2003);

- Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ofício nº SF/116/2003);
- Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (Ofício nº SF/117/2003);
- Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Ofício nº SF/118/2003);
- Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (Ofício nº SF/119/2003);
- Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Ofício nº SF/120/2003).

O processado retorna à Subsecretaria de Comissões para a catalogação e autuação da documentação e posterior envio ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Encerrou-se, sexta-feira última, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2003** (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 70, de 2003, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho), que aprova a *Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2003*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria encontra-se em regime de urgência e constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 11 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos. Passamos à lista de inscrições.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, do PDT do Estado do Paraná. S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Srs e Srs. Senadores, embora não tenha sido um tema debatido neste Senado Federal nos últimos dias, a questão da segurança alimentar é discutida no País com muita força pelo Governo que se elegeu, com o Programa Fome Zero.

Na Mesa, está o Senador Romeu Tuma, que se deve lembrar que o meu primeiro pronunciamento em 1995, nesta Casa, foi sobre segurança alimentar. Até tive a honra de presentear o Senador Romeu Tuma com um livro a respeito do assunto.

Naquela oportunidade, eu dizia que o Brasil precisava de um plano estratégico para sua agricultura que permitisse, ao mesmo tempo, o aumento da produção e uma distribuição mais eqüitativa do alimento

para todas as regiões do País, mas que contemplasse questões fundamentais como meio ambiente, legislação trabalhista e previdência no meio rural e suporte logístico principalmente para as regiões novas, como Centro-Oeste e Norte do País – regiões em que o Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente, o Tocantins, destaca-se na abertura de novas áreas e fronteiras.

Eu dizia também que aquele plano de agricultura poderia ajudar a resolver não só o problema da fome, mas do desemprego. E tínhamos de mudar inclusive o discurso daqueles que reclamavam sempre da falta de uma política agrícola para a segurança alimentar, porque, aí sim, poderíamos incluir nesse debate não apenas os agricultores, os trabalhadores rurais, mas toda a comunidade, toda a sociedade brasileira, o que valorizaria o tema, que deve ser valorizado em todos os debates políticos.

O Governo Lula inaugurou um nome novo – Programa Fome Zero –, que, trocando em miúdos, trata da mesma questão que eu levantava: a segurança alimentar. Nenhum projeto estratégico para o País deve deixar de lado um plano para a agricultura que leve em conta a sua sustentabilidade. Ou seja, não podemos permitir que a agricultura prospere num ano e vá à bancarrota no outro ano.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com muita honra.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me interrompê-lo, Senador Osmar Dias, mas fui citado, e mexeu com meu ego a lembrança do fato que ocorreu à época, quando V. Ex^a foi à tribuna falar sobre segurança alimentar há praticamente sete ou oito anos, no início da outra gestão parlamentar. Eu era candidato a Senador e li na **Folha de S.Paulo** um artigo de fundo sobre segurança alimentar. Minha cabeça, meus ouvidos e minha alma viviam a segurança física, do patrimônio e das pessoas, que hoje, com muita amargura, vejo que quase começa a fugir da competência das autoridades constituídas. Mas entusiasmei-me ao ler aquele artigo sobre segurança alimentar. Participava eu de um comício no interior de São Paulo, no meio agrícola – São Paulo é um grande produtor agrícola –, após um incêndio de uma área grande, quando agricultores reivindicavam do Governo uma ajuda. Eu via aquelas árvores retorcidas, como que implorando aos céus algum auxílio, e surgiu a expressão “segurança alimentar”, pois aquele episódio traria como consequência prejuízo, e a sociedade, com o tempo, viria a sofrer com a falta

de alimentos. Em outra época, ainda no Governo do Presidente Collor, na Polícia Federal, começamos a investigar financiamentos para pequenas cooperativas que não tinham lugar para estocagem. O Banco do Brasil e outros órgãos deixavam praticamente de saber se aquela produção seria suficiente, já que o pequeno agricultor, quando não tinha como pagar, oferecia a mercadoria produzida. Vários **fac-símiles** foram enviados e o Governo não tomava conhecimento do fato, assim como o responsável pela parte financeira, que era o Banco do Brasil. Começávamos, por decisão do Governo, a mover uma ação de responsabilidade criminal contra os pequenos agricultores. Redigi, então, um relatório, explicando que a responsabilidade direta era das autoridades e não do agricultor. Eles, na nova safra, tinham de retirar a parte mais antiga para colocar a nova, e a antiga deteriorava-se; havia rato e tudo o mais que se poderia imaginar na decomposição do produto. Isso ocorre até hoje. Então, começou-se a fazer distribuição gratuita de alimento, por meio de aviões e caminhões, para as populações mais pobres, e o estoque cheava ao esgotamento, é claro! Existe um estoque limitado, de milhares de toneladas de grãos, e ele se acaba. Era uma festa permanente cada distribuição, mas, depois, não havia o que distribuir. Quando V. Ex^a volta a esta tribuna, falo até com emoção, Senador, exaltando a sua experiência, o seu conhecimento nesta Casa, porque V. Ex^a é um dos mais especializados na área da agricultura e conhece profundamente como lidar com a segurança alimentar. Tive sorte de estar hoje nesta Casa, na segunda-feira, para ouvi-lo, e tenho certeza de que o seu pronunciamento terá eco no Palácio do Planalto e de que o Ministro Graziano deverá conversar com V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Espero realmente que o Palácio do Planalto tenha ouvidos para escutar o meu alerta.

Sr. Presidente, tenho lido e visto pela televisão as notícias e fico bastante preocupado com o excesso de informação sobre aquilo que não está ocorrendo, porque eu sempre disse que o problema da fome no Brasil não é somente de produção. Se quisermos resolver o problema da produção no Brasil, ele poderá ser resolvido facilmente, e a resposta está sendo dada pelos agricultores, porque não há como negar: o governo Fernando Henrique Cardoso, na sua primeira gestão, foi um desastre para os agricultores brasileiros; mas, no seu segundo mandato, o campo prosperou.

Os financiamentos colocados à disposição, com fartos recursos de crédito para custeio e para investimento, destacando o Moder Frota, que precisa continuar, foram medidas fundamentais para que o campo alcançasse 100 milhões de toneladas. Neste ano, está prevista uma produção de 107 milhões a 112 milhões de toneladas. Temos capacidade para, em 2006 – e esta deveria ser a meta do Governo Lula –, produzir 140 milhões a 150 milhões de toneladas, sem muito esforço do governo, porque basta apenas um sinal de tranquilidade e segurança na hora da comercialização para o produtor que investe e produz. Mas é preciso manter determinados programas que, no governo passado, no Governo Fernando Henrique Cardoso, foram fundamentais para impulsionar o setor que mais gera emprego e que, no ano anterior, foi responsável pelo superávit na balança comercial de US\$20 bilhões. Ou seja, enquanto a economia brasileira teve déficit, tivemos um superávit de US\$20 bilhões.

Se a agricultura é importante para colocar superávit na balança comercial, ela é ainda muito mais importante para gerar empregos, a forma mais direta de se combater a fome no País e de se gerar economia nos pequenos e nos médios municípios do interior do País, onde ela é, sem nenhuma dúvida, a principal e, em alguns municípios, a única alavanca de desenvolvimento que ainda temos.

Por isso, faço o primeiro alerta. Se o Governo quer realmente realizar um programa de combate à fome no País, deve-se preocupar, sim, com a produção e com o crédito, deve manter alguns programas e ter a iniciativa de pôr outros programas em prática, não só na área de crédito, mas no setor de assistência técnica, porque muitos pequenos produtores poderiam estar hoje com uma produtividade muito maior se estivessem recebendo assistência técnica, dizimada no Governo Collor e que ainda não foi reconstituída. É preciso reconstituir essa assistência num convênio entre União, Estados e Municípios e a iniciativa privada, mediante a rede de cooperativas que se espalha em todo o País, o que é fundamental para que a tecnologia de ponta gerada pela Embrapa e pelas entidades privadas – das mais avançadas do Planeta, que nos coloca em pé de igualdade com qualquer outro país produtor do mundo – possa beneficiar efetivamente também os pequenos proprietários rurais, que ainda estão aliados não só do crédito, mas da assistência técnica e, consequentemente, da tecnologia.

Não posso admitir que se fale em distribuição de alimentos para nove milhões de pessoas, no primeiro ano, chegando a 44 milhões no quarto ano do Gover-

no Lula, se não há, pelo menos à vista, planejamento estratégico de aumento de produção das culturas básicas da alimentação.

Se quisermos pôr comida na mesa do cidadão brasileiro, precisamos pensar em aumentar a produção de arroz em pelo menos 20%, do feijão em pelo menos 40%, do leite em pelo menos 30%, o que significa que essas culturas próprias de pequenas propriedades deverão ter política de crédito e de comercialização especial, com a volta dos estoques reguladores, para regular o preço de mercado e dar segurança ao produtor de que sua produção será escondida, cobrindo os custos e tendo uma margem de lucro que chegue, pelo menos, a ser razoável. Que ela seja 5% ou 10%, mas o Governo tem de definir um preço que garanta a rentabilidade do produtor rural. Caso contrário, o produtor não investirá em culturas de alimentos básicos, mas em **commodities**, que têm a garantia do mercado internacional, especialmente num momento em que o dólar se valoriza diante do real, ganhando, com isso, o produtor que planta **commodities**. Para compensar isso, o Governo tem de investir em culturas de alimentos básicos, ou seja, via de regra, na pequena propriedade.

Meu primeiro alerta: a produção de alimentos básicos não pode ficar debaixo das mesmas regras ditadas pela política agrícola de culturas para exportação. É preciso definir uma política específica para culturas como a mandioca, alimento muito importante para muitas regiões; o milho, cultura que dá de norte a sul do País, e que poderia ser a solução do problema de pequenas e médias propriedades, e da industrialização, pela enorme diversidade do milho no processo industrial.

O segundo alerta – já sentido pelo condutor do Programa Fome Zero do Governo – diz respeito à distribuição de alimentos com uma estrutura de transporte precária, deficitária. Há um abandono das rodovias e não houve investimento em ferrovias e hidrovias.

Não há infra-estrutura capaz de suportar uma distribuição da comida que será produzida, para que ela chegue a um custo mais barato à casa do consumidor. Temo que, se não criarmos um sistema de distribuição de alimentos neste País que barateie o transporte, chegaremos à conclusão de que o Programa Fome Zero não morrerá em razão da falta de alimentos, mas pela falta de estratégia de distribuição, que já começa a inviabilizá-lo.

E digo mais: em Estados onde o pedágio tomou conta e representa atualmente cerca de 20% na mé-

dia do custo do transporte, portanto, um componente elevado na constituição do chamado custo Brasil, é preciso uma nova política quanto à aplicação de pedágios nas estradas. Não é possível assistirmos às concessionárias continuarem a colocar preço sobre preço, aumentando o pedágio a ponto de chegar a essa participação atual de 20% no custo do transporte nos principais Estados produtores, como ocorre no meu Estado.

No meu Estado, o Governador Roberto Requião prometeu, na campanha, acabar com o pedágio nas estradas do Paraná. É claro que é muito pouco tempo. Estamos aguardando que uma medida seja adotada pelo Governador Roberto Requião para ou acabar com os pedágios como disse, ou reduzir, porque acredito que a população nem tem essa expectativa de que, de repente, se acabe o pedágio, mas que pelo menos se pratique um preço justo, que possa ser pago, principalmente por quem transporta comida em nosso Estado, em nosso País.

Quero fazer um outro alerta ao Governo Lula. Os agricultores aumentaram seus investimentos. Como disse, é preciso relembrar e ser justo com o Governo Fernando Henrique Cardoso que, no seu segundo mandato, apoiou os agricultores brasileiros. Continuar com os programas é bom, mas também é bom manter a paz no campo. E as invasões começaram a se multiplicar no Paraná e no Brasil.

Vejo aqui uma reportagem da revista **Veja**, de ontem, intitulada “A luta de mel acabou”, que traz dados, não sei se verdadeiros, de que o Governo anterior assentou 635 mil famílias. Mas não quero discutir isso; quero alertar que, no meu Estado, 84 propriedades foram invadidas; e há notícia de que outras invasões ocorrerão nos próximos dias. Isso tira a tranquilidade de quem está investindo e intercepta um movimento de crescimento da produção agrícola no País, porque gera medo.

É claro que queremos, sim, que a esperança substitua o medo neste País, mas não podemos deixar que os produtores rurais, que estão dando a maior contribuição que um setor pode dar para o equilíbrio da balança comercial, para gerar empregos, para exportar, enfim, para injetar renda em todas as regiões do País, seja amedrontado pelas invasões que começam a se multiplicar; principalmente, Sr. Presidente, quando o Ministro do Desenvolvimento Agrário ainda não se posicionou de forma clara à sociedade brasileira.

Estou aqui a cobrar esse posicionamento. Quero saber se a medida provisória que exclui as áreas invadidas do processo de desapropriação será mantida ou revogada?

Esse é um instrumento de proteção da Constituição Brasileira, que diz que o direito à propriedade é inviolável. A Constituição garante o direito à propriedade. Portanto, o Governo não pode, simplesmente, por meio de medida provisória, desautorizar a Constituição.

Há quem admite que propriedade produtiva não seja invadida, mas que as improdutivas devem. Isso não pode, Sr. Presidente, porque o que determina se produtiva ou não é o laudo técnico elaborado pelos órgãos competentes e, inclusive, definidos por lei. A lei complementar determina quais órgãos técnicos do Governo poderão definir que propriedade é improdutiva ou não. Agora, não podemos admitir que o patrimônio de um produtor rural, que pode ter sido também um dia um trabalhador rural, um sem-terra que se tornou proprietário rural, que lutou com a sua família para construir um patrimônio pequeno, médio ou grande, seja dilapidado pela invasão, que é crime pela Constituição e que não pode acontecer.

Não é hora de discutir aqui, Sr. Presidente, a questão ideológica. A questão é prática, é legal, é constitucional. Invasão é crime e tem de ser punida.

Vindo para cá, escutei uma entrevista do Governador de São Paulo, que dizia que em Mogi-Guaçu houve a invasão de uma fazenda que está em área de preservação permanente. Não se pode admitir que um proprietário rural destrua uma área de preservação permanente para plantar. Não se justifica, sob nenhum argumento, que uma propriedade seja invadida, principalmente se ela for de preservação permanente.

Os movimentos sociais devem ser respeitados, mas perdem o respeito da sociedade no momento em que transgridem a lei, que ultrapassam os limites da Constituição, em que levam o medo a quem está ajudando o País a crescer e a manter esse nível de emprego, que não é bom, mas que, pelo menos, tem-se mantido estável.

Faço o alerta, porque não haverá produção suficiente de alimentos neste País para atender à demanda do Fome Zero ou da sociedade brasileira, se não houver o limite da lei imposto àqueles que entendam que um movimento social pode ser transformado num movimento ideológico ou político e utilizado como fer-

ramento político para invadir propriedades de quem está ou não produzindo. E para quem não estiver produzindo há meios legais: que se faça um laudo técnico, que se desaproprie aquela área improdutiva e se coloque nela aqueles que querem um pedaço de terra para plantar!

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, embora meu tempo esteja esgotado, concedo um aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Farei um aparte rápido a V. Ex^a, Senador Osmar Dias. Não poderia deixar de registrar duas questões importantes. Primeiro, V. Ex^a tem toda razão quando fala na questão de produção de alimentos. V. Ex^a é um especialista na matéria, um dos mais destacados Senadores nesse campo, inclusive tendo já presidido várias comissões, e, sem dúvida, faz uma análise extremamente oportuna e pragmática da situação do abastecimento no País. A outra questão a que V. Ex^a se refere, da qual falarei daqui a pouco também, diz respeito aos últimos fatos de invasões de terra e da postura do próprio Governo, em que uma parte falava uma coisa e a outra parte falava outra. Na verdade, deixava, de certa forma, preocupadas as áreas produtivas do País. Então, V. Ex^a tem razão, porque esta questão da invasão de propriedades é um absurdo! A invasão não é o caminho para resolvê-la. Não foi resolvida assim durante o Governo Fernando Henrique e não o será também durante o Governo Lula. Sem dúvida, devemos ter caminhos legais, operacionais e decisões políticas para enfrentar e resolver essa questão. Aparteio V. Exa apenas para parabenizá-lo pelas colocações feitas nesta tarde.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá, pelo aparte.

Respeitando o tempo, Sr. Presidente, aproveito só para, em um minuto, fazer um outro alerta e um apelo à Senadora Marina Silva, que é nossa Ministra do Meio Ambiente. Há equívocos do Governo anterior, mantidos neste, que tornam inviável produzir. Duas portarias, a de nº 507 e a de nº 508, declararam como unidade de preservação quatro áreas no meu Estado e mais um tanto em outros Estados produtores, como Santa Catarina. Só no Paraná, impedem de ser plantados 647 mil hectares. Nesses hectares não poderão haver plantio de florestas, porque não se admite o plantio de espécies exóticas, tais como euca-

lipto, pinho. Lá, onde o reflorestamento é a renda e o emprego, está proibido o plantio dessas espécies. Como não é permitido também, Sr. Presidente, num raio de 10 km em torno dessas áreas, a plantação de soja, feijão, milho, porque são culturas exóticas.

Então, faço um apelo aqui à Senadora Marina Silva, que já recebeu um grupo do Paraná, e também ao Presidente Lula, com quem já estivemos, no sentido de que se revoguem essas portarias. Vamos analisar como podemos contribuir para que a preservação seja realidade em nosso Estado, sem agredir o direito daqueles que compraram a sua propriedade, estão nela produzindo e não podem sofrer nem com as invasões e muito menos com portarias assinadas sem o mínimo conhecimento da realidade dos Estados, impedindo o plantio em áreas importantes como essas que acabo de mencionar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Tião Viana, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, acompanhamos as graves notícias que envolvem a possível utilização do aparelho de Estado na Bahia para escutas telefônicas clandestinas, situação que envolve um Senador da República. E há, como agravante, interpretações do episódio por membros do Senado Federal.

Recentemente testemunhamos a ascensão aos holofotes da imprensa e aos microfones do Senado Federal do Senador Juvêncio da Fonseca, eminente Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, fazendo insinuações e críticas ao Partido dos Trabalhadores, no que diz respeito a procedimentos que o Partido teria adotado em relação ao episódio. Gostaria de retificar as condutas adotadas pelo nobre Senador, primeiro, lembrando as atitudes que nosso Partido tomou perante o episódio.

O PT, diante das ocorrências citadas pela revista **IstoÉ**, decidiu, por unanimidade de sua bancada, solicitar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal a criação de uma subcomissão composta de três Senadores a fim de acompanhar as denúncias que pudessem apontar ou não para o envolvimento de um Senador da República – no caso, o Senador Antonio Carlos Magalhães. O Presidente do

Conselho de Ética acolheu a subcomissão; foram escolhidos como membros os Senadores Juvêncio da Fonseca, Jefferson Péres e João Alberto. Fizeram o acompanhamento do inquérito policial e adotaram as providências que julgaram corretas no acompanhamento do caso até a presente data.

O Senador Aloizio Mercadante, a Senadora Heloísa Helena e eu fomos procurados por dois jornalistas da revista **IstoÉ**, que nos trouxeram informações, acompanhadas de provas documentais e testemunhais, que apontavam para o possível envolvimento de um Senador da República no episódio das escutas telefônicas no Estado da Bahia.

Diante de fatos, de provas que nos foram mostradas, fizemos uma nova reunião da bancada do Partido dos Trabalhadores e encaminhamos um ofício ao Presidente do Conselho de Ética com os seguintes termos:

Excelentíssimo Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Juvêncio da Fonseca,

Considerando os graves episódios referentes aos gramos telefônicos que envolvem a Secretaria de Segurança Pública da Bahia e que são de amplo conhecimento público; considerando que o Ministério da Justiça instaurou inquérito policial com o objetivo de identificar os autores dos graves delitos; considerando os indícios envolvendo um Senador da República neste episódio, publicados em vários veículos de comunicação, que levaram o Conselho de Ética do Senado Federal a constituir uma comissão de três Senadores para acompanhar os inquéritos da Polícia Federal e do Ministério Público; considerando que os Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana e Heloísa Helena foram informados pelos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, da revista **IstoÉ**, da existência de provas testemunhais e documentais que apontam para o envolvimento do Senador Antonio Carlos Magalhães nos gramos telefônicos da Bahia; considerando a gravidade dos fatos relatados, com amparo no art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, requeremos que todas as providências sejam tomadas pelo Conselho de Ética do Senado Federal para esclarecer o referido episódio.

Neste momento, Sr. Presidente, começaram as insinuações e as agressões desnecessárias ao nos-

so Partido por parte do Senador Juvêncio da Fonseca. S. Exa apontava razões de interpretação do Regimento Interno e afirmava, ao mesmo tempo, que atribuição de uma representação caberia ao Partido e não a membros do Partido. Ao mesmo tempo, fez o seguinte encaminhamento: "Encaminhe-se à Mesa Diretora, enviando cópia à Polícia Federal, Delegado Jesival Gomes, presidente do inquérito".

Foi encaminhado à Mesa Diretora, que, por intermédio de seu Presidente, Senador José Sarney, deu o seguinte despacho:

...Assim, o requerimento é dirigido ao Conselho de Ética, ao qual requer providências. Seu encaminhamento à Mesa é apenas para dar conhecimento, não sendo sollicitada qualquer manifestação.

Por outro lado, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar já tomou a providência de acompanhar, por meio de uma comissão de três Senadores, o inquérito que se desenrola em instância própria.

Ciente e nada a despachar, em 5 de março de 2003. – Senador **José Sarney**.

Então, faço a leitura do art. 17 da Resolução nº 20, do Conselho de Ética, para lembrança ao Presidente do referido Conselho:

Ar. 17 – Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser indiretamente oferecidas, por qualquer Parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento por senador de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

Diz ainda que não serão recebidas denúncias anônimas.

Portanto, Sr. Presidente, uma denúncia, uma solicitação de apuração e de providências formulada por todos os Senadores do Partido dos Trabalhadores me parece dispensar qualquer dúvida de autoria e de responsabilidade constitucional e regimental por parte dos Senadores do Partido dos Trabalhadores. Lamentavelmente o Senador Juvêncio da Fonseca desconsiderou esse pedido de providências e deu como resposta uma agressão desnecessária ao nosso partido.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Vossa Excelência é uma pessoa que respeito muito nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Romeu Tuma, lamento mas o Regimento é explícito com relação ao uso da palavra da Liderança. Não é permitido o aparte. Concederei a palavra a V. Ex^a em seguida.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Gostaria de fazer apenas um esclarecimento sobre o assunto.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria de pedir sensibilidade a V. Ex^a, pois se trata do Corregedor do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Romeu Tuma, a Mesa e o plenário ouvem V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr. Presidente, uso a palavra somente para esclarecer. Senador Tião Viana, tenho um grande respeito por V. Ex^a e sempre tenho me servido de sua inteligência, dos seus conhecimentos para me pautar em alguns casos em que tenho dúvidas.

Eu estava, na Quarta-feira de Cinzas, com o Presidente José Sarney, quando ele recebeu esse ofício encaminhado pelo PT ao Presidente do Conselho. O simples encaminhamento dá um sinal evidente de que é para o Presidente tomar conhecimento e não tomar providências. O que ele fez foi correto. Com uma demonstração ética, ele emitiu um despacho – não necessário – que, por si só, explica tudo o que ocorreu. Inclusive sobre o incidente jurídico com essa Comissão Especial enviada à Bahia, em que o próprio Conselho precisou entrar na Justiça para quebrar o sigilo e poder comparecer e acompanhar depoimentos. Realmente, tem consignado, tenho cópias dos depoimentos que, como corregedor, Senador Tião Viana, requeri em nome da Corregedoria. O Diretor-Geral da Polícia Federal e o Delegado Jesival Gomes têm sido de uma gentileza enorme, encaminhando tudo à Corregedoria para acompanhamento, porque não poderíamos ficar omissos ao andamento desse procedimento. Creio que o Presidente Sarney agiu corretamente e deu a sua explicação no próprio arquivamento do documento. O fato não pede nenhum tipo de providências. Entendo que cabe bem ao Presidente Juvêncio...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Gostaria de um esclarecimento. V. Ex^a indaga o fato do Senador Juvêncio ao Presidente Sarney?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Isso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Diante do nosso, que pede efetivas providências ao Presidente do Conselho de Ética.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Ao Conselho, e ele encaminhou uma cópia ou original, não sei, parece-me que foi cópia, para que o Presidente tomasse conhecimento. E o correto é isso. Ele tomou conhecimento, e fez um despacho para mostrar que estava acompanhando de perto todas as diligências do Conselho. O Senador Juvêncio, ao ser designado para a comissão, avocou para si o acompanhamento do processo e está fazendo um tipo de investigação, usando toda a estratégia, a força e o poder jurídico do Código de Processo Penal da própria Polícia Federal. Não acredito que tenha havido prejuízo nas apurações; por isso, achei estranho algumas observações.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao eminente Senador Romeu Tuma a contribuição que trouxe ao ocorrido, em sua memória viva, e ao mesmo tempo o reconhecimento de que o Conselho de Ética teria a responsabilidade de acolher o pedido de providência solicitado pelo Partido dos Trabalhadores. Tenho em mãos toda a memória das ocorrências, no Conselho de Ética, em desfavor de um Senador ou de outro. Como foi o caso do Senador Romero Jucá e do Senador Luiz Otávio e diversos Senadores que passaram por solicitações de apuração pelo Conselho de Ética que redundaram em procedimentos. Em um caso, inclusive, o Senador Juvêncio da Fonseca foi Relator. Falo do caso nº 01, de 1999. Então não é possível que possamos acolher com a devida consideração esse tipo de procedimento por parte de um Senador da República. Esperamos que o Senador Juvêncio da Fonseca não repita esse procedimento, que não faça acusações desnecessárias ao Partido dos Trabalhadores, sob pena de termos de solicitar ao Conselho de Ética, às instâncias devidas, medidas disciplinares por agressão, por impedir o bom andamento da Casa. Todas as providências foram requeridas.

O Presidente da Casa, Senador José Sarney, no meu entendimento, cumpriu com absoluta responsabilidade, autoridade e coerência sua obrigação diante do fato. S. Ex^a não poderia apurar se não lhe foi solici-

tado. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sim, tinha a responsabilidade de tomar providências.

Nosso Partido entrou com um recurso reconhecido e legitimado por todos os Senadores para que o Conselho de Ética reveja o encaminhamento das providências que solicitamos para o caso. Estaremos reunidos amanhã pela manhã, revendo todas as ocorrências e fazendo novos encaminhamentos e solicitando providências efetivas ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Inclusive, a respeito da eleição, já que o art. 22 da Resolução nº 20 fala de uma nova eleição e de mudanças na composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Era o esclarecimento que julgava necessário trazer, como Líder. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, como Líder, por 5 minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a, do Regimento Interno.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, antes do registro sobre a invasão de terras durante o final de semana, gostaria de fazer um comentário a respeito das colocações do Líder do PT, Senador Tião Viana, a respeito do Conselho de Ética.

Estranho que o Partido dos Trabalhadores tenha mudado de atitude. Até o ano passado, o PT adotava um estilo Tiradentes: execrava, julgava, condenava, executava e expunha em praça pública os restos do executado. Agora a situação mudou. O que estamos vendo nesse episódio é, no mínimo, uma posição extremamente diferente da do PT do passado. Não quero entrar no mérito dessa mudança; foi apenas uma mudança suave, **light**, de paz e amor. O Partido dos Trabalhadores procura o PSDB e outros partidos para tentar fazer uma representação conjunta; mas, anteriormente, o PT jamais procurou e necessitou de qualquer tipo de proteção para fazer algo desse tipo. Estranho isso e registro minha posição individual entendendo que o PSDB não deve se imiscuir nessa questão agora.

Sempre condenei a partidarização das ações na Comissão de Ética. O PT sempre partidarizou suas ações na Comissão e os outros partidos não. Penso que, na Comissão de Ética, cada Senador

deve votar de acordo com sua consciência. Não deve haver posicionamento fechado, partidário porque, se não, seria muito simples: quem fosse da maioria cassaria o da minoria, porque, se a maioria fechar uma posição partidária, é claro que estará prejudicando qualquer questão. Não quero entrar no mérito da questão do Senador Antonio Carlos Magalhães, não conheço detalhes do processo, mas estranho a posição do Partido dos Trabalhadores hoje, inclusive de ataque ao próprio Presidente da Comissão de Ética.

Na verdade, a representação a informação ou o pedido de sindicância de acompanhamento do PT é extremamente diferente de outros pedidos que o PT já encaminhou na Comissão de Ética. Não quero prejulgar aqui, mas isso está parecendo muito mais um jogo de cena no sentido de, de certa forma, ir um pouco, mas não tanto e calar um pouco as pressões que estão ocorrendo no próprio Partido do que qualquer outra coisa. Não entro no mérito da questão, mas estranho a forma suave com que o PT está agindo agora, talvez premido pela circunstância de ser Governo.

Sr. Presidente, a matéria que gostaria de referenciar diz respeito ao assunto tratado pelo Senador Osmar Dias: as invasões de terras e prédios públicos ocorridas nos últimos dias. Acompanhamos apreensivos pela imprensa, neste final de semana, matérias que relatam a invasão de prédios públicos do Incra e de propriedades produtivas, inclusive – como foi ressaltado aqui – as de controle ambiental. Registraramos a promessa do MST de invadir mais ainda, ou seja, de recrudescer esse processo em abril. Vimos matérias que também nos preocuparam, as quais falam das nomeações e rivalidades como motivo das ocupações. Parece-me que o MST pleiteou alguns cargos no Incra, recebeu alguns e não recebeu outros. Agora está invadindo onde não os recebeu, numa ação da mais pura chantagem pelo preenchimento de cargos. Quem diz isso é o jornal **O Globo** e não a Oposição, que apenas está relatando essas questões.

Depois de toda essa onda de invasões, vimos o Governo, por meio do Ministro da Reforma Agrária, condenar a ação violenta dos sem-terra. É muito engraçado ouvir o Ministro da Reforma Agrária e o PT dizerem que, ao invadir um prédio do Incra, o MST ultrapassou o limite democrático da ação. No ano pas-

sado, esse limite era outro. Quer dizer, o limite da ação democrática não diz respeito ao direito de quem é invadido ou do servidor público, mas ao direito de quem está no Governo. Isso é estranho e lamentável. Não vi o Ministro Miguel Rossetto nem o PT, no ano passado ou no retrasado, condenar invasão do Incra nem de prédios em Brasília, nem da fazenda do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não ouvi vozes como essas que ouço hoje. Agora, virou uma questão de ultrapassagem de limites. Ainda bem que para o PT os limites estão se aproximando do que deveria ser razoável.

Ao registrar as preocupações com as invasões, quero dizer que no próprio Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), desdizendo o que afirmou o Ministro José Dirceu, está-se estudando a revogação da medida provisória que evita a desapropriação de imóveis invadidos, que foi um passo importante dado. Não podemos fazer a ação da reforma agrária em virtude do fato consumado da invasão e depois da desapropriação.

Repto, ao mesmo tempo em que o Ministro José Dirceu diz que não se está pensando em revisar essa medida, o Presidente do Incra diz que estudos já estão prontos no sentido de revogá-la. São indefinições como essa, são caminhos tortuosos como esse que podem prejudicar não só o Programa de reforma agrária, mas também o Programa Fome Zero e o da produção agrícola.

Precisamos ter o cuidado e a responsabilidade de fazer uma reforma agrária dentro dos moldes legais, respeitando a propriedade privada, a propriedade produtiva, os organismos públicos, enfim, respeitando tudo aquilo que manda a Constituição brasileira.

Faço esse registro, lamentando essas invasões. Peço providências ao Governo Federal no sentido de evitar novas invasões e corrigir as ocorridas.

Sr. Presidente, peço a transcrição das matérias a que me referi.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

MST “ultrapassou limite democrático”, diz governo em nota

Deixando de lado o tom conciliador com o MST, o Ministério do Desenvolvimento Agrário considerou ontem a invasão da sede do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no Mato Grosso, um ato que “ultrapassa os limites democráticos de manifestação”.

Em nota à imprensa, o ministério informou que pediu à Polícia Federal a abertura de inquérito policial para apurar as responsabilidades no caso.

“A mesa de negociação do Ministério do Desenvolvimento Agrário está e sempre esteve aberta, sendo inaceitável atos de violência e depredação do patrimônio público”, diz a nota.

No texto, que não traz assinatura de nenhum integrante do governo, o ministério afirma reconhecer “o legítimo direito à manifestação dos movimentos sociais”, mas avalia que a ação no Mato Grosso promovida por integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) passou dos limites devido às depredações no prédio.

De acordo com o ministério, o governo tem se pautado pelo diálogo com os movimentos sociais e entidades ligadas ao campo.

Segundo o texto distribuído à imprensa, o ministério já realizou oito audiências públicas para solução de conflitos em setes Estados. O texto lembra ainda que ocorreram reuniões de trabalho

com a Confederação Nacional de Agricultura (Contag), MST, entre outras representações do campo.

“Neste processo de diálogo, foram possíveis acordos como o estabelecido com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, que encerrou o litígio judicial em torno da definição dos critérios de produtividades dos imóveis rurais”, afirma.

Na nota, o ministério destaca que somente em janeiro foram desapropriados 200 mil hectares de terras em 17 Estados. A nota ainda esclarece que já foram anunciados publicamente todos os nomes dos novos superintendentes do Incra.

FRASE

O ministério requereu à PF a abertura do competente inquérito policial para averiguação dos fatos e responsabilidades. A mesa de negociação do ministério está e sempre esteve aberta, sendo inaceitáveis atos de violência

NOTA DO MINISTÉRIO

MST invade prédios do Incra em 2 Estados

FREELANCE PARA A
AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPOM GRANDE
DA AGÊNCIA FOLHA

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) retomou as invasões a prédios do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). As invasões ocorreram em Cuiabá e Goiânia. Os sem-terra reclamam da demora na desapropriação de terras no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Na invasão em Mato Grosso, por volta das 22h de anteontem, as vidraças das portas de entrada do prédio foram quebradas. A Polícia Militar precisou ser chamada para conter um confronto entre militantes do MST e do grupo dissidente MTA (Movimento dos Trabalhadores Rurais Assentados e Acampados), que se manifestou contra a invasão.

Em Goiânia, cerca de 300 integrantes do MST, a maioria mulheres, invadiram ontem a sede do Incra.

O superintendente-adjunto do Incra em Mato Grosso, Juari Catártino Arantes, disse que 300 sem-terra estão no prédio. Segundo o MST, são 500 trabalhadores rurais. Do lado de fora, o grupo rival do MTA mantém 250 pessoas em barracas de lenha.

“O Incra mente demais e não encaminha nossos processos de desapropriação”, disse o coordenador estadual do MST, Altamiro Stochero, 38. Os líderes do MST esperavam para o dia 27 passado a resposta sobre as desapropriações de oito fazendas e dizem que o MTA é beneficiado por um esquema de “corretagem de terras”.

“Existe um conluio de funcionários do Incra com corretores e fazendeiros para desapropriar áreas que não servem para a reforma agrária”, afirmou Stochero.

Arantes disse que investiga se há o esquema relatado pelo MST.

O coordenador estadual do

MTA, José de Oliveira, 48, afirmou que a entidade criada há um ano e dois meses, a partir da dissidência com o MST, conseguiu em Brasília no mês passado a desapropriação de 21 mil hectares. Ele nega benefício num suposto esquema de corretores de fazenda.

Como Incra atendeu à reivindicação do MTA, o grupo, que já havia invadido duas vezes o prédio, era contra uma nova invasão.

As mulheres que lideraram a invasão da sede do Incra em Goiânia reivindicam maior agilidade no acompanhamento dos processos de desocupação de terras, paralisados desde a reformulação na estrutura do órgão, há 60 dias, e questionam a indicação do novo superintendente regional do Incra em Goiás. O MST diverge de pontos no direcionamento da política agrária federal em Goiás.

A nomeação do advogado Ailton Carlos da Silva, ligado à Fetraeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás), para a superintendência do órgão desagradou aos sem-terra. “Um dos critérios para a escolha [do superintendente] é o consenso dos movimentos sociais. O PT-GO indicou um nome [Silva] e não chamou o MST para conversar”, disse Elizângela Moura, da direção estadual do MST.

A invasão essencialmente feminina faz parte ainda da programação do MST para o Dia da Mulher. “Estamos organizando estudos e debates para serem feitos ao longo desta semana. Para nós, é um calendário de luta, o dia 8 de março não é uma mera data comemorativa”, declarou Elizângela.

Segundo o superintendente regional do Incra em exercício, José Saulo Derze Craveiro, a orientação do órgão é evitar confronto com as sem-terra. O presidente estadual do PT, deputado federal Rubens Otoni, negou divergências entre o partido e os sem-terra.

(HUDSON CORRÉA E ADRIANA CHAVES)

MST promete onda de invasões em abril

Segundo líder do movimento, mote da jornada será “tolerância zero com o latifúndio”

ROLDÃO ARRUDA

OMovimento dos Sem-Terra (MST) está articulando para o mês de abril uma jornada de lutas em todo o País. Com invasões de propriedades rurais, formação de novos acampamentos em beira de estrada, marchas e ocupações de sedes de instituições públicas e marchas, a organização pretende chamar a atenção da sociedade para o que chama de atraso no processo da reforma agrária. Segundo um dos dirigentes nacionais do MST, João Paulo Rodrigues, o mote da jornada de luta será “tolerância zero com o latifúndio”.

Ainda de acordo com Rodrigues, as ações realizadas nos últimos dias nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás constituem apenas “o aperitivo” da jornada de abril. “São movimentos espontâneos, organizados pelas coordenações estaduais”, explica. “Em abril teremos uma ação organizada em todo o País.”

O início da jornada deve ocorrer no dia 17 de abril – data em que o MST relembraria o massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido em 1996, no interior do Pará. Nessa data também estará chegando ao fim o prazo de 120 dias que, segundo comentários de alguns dirigentes da organização, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva teria para demonstrar que iria acelerar a reforma.

Oficialmente, nenhum dirigente do MST diz que a jornada de luta se destina a atingir o atual governo. “Queremos principalmente denunciar que, ao contrário do que se dizia no governo de Fernando Henrique Cardoso, não houve reforma agrária no Brasil”, afirma Miguel Stédile, da coordenação do movimento no Rio Grande do Sul, onde 400 famílias criaram um acampamento no fim de semana.

Ajudando Lula – Segundo Rodrigues, a meta principal do MST é conseguir o assentamento de 80 mil famílias que já estariam reunidas em acampamentos e invasões. “Com

as nossas ações vamos ajudar o governo, mostrando onde estão os latifúndios, quais terras devem ser desapropriadas para os assentamentos.”

Em Mato Grosso, um dos coordenadores estaduais, Altamiro Stochero, afirma que as ações do MST, como a ocupação da sede do Incra daquele Estado, ontem de manhã, vão servir para pressionar Lula. “Ele vai ter de mostrar se pretende mesmo aprofundar a reforma agrária, como disse”

Altamiro Stochero

Segundo Stochero, os técnicos do Incra de Mato Grosso ainda se comportam como se estivessem no governo de Fernando Henrique. “Querem continuar conversando, explicando porque os processos de desapropriação não andam”, diz. “Mas nós estamos cansados de prosa. O que faz a reforma agrária andar é a desapropriação.”

Embora a coordenação nacional do MST tenha definido o lançamento da jornada de luta, as ações vão variar de um Estado para outro, de acordo com a conjuntura e o grau de organização local.

Ele (Lula) vai ter de mostrar se pretende mesmo aprofundar a reforma agrária, como disse

Governo condena ação violenta dos sem-terra

BRASÍLIA – O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, divulgou ontem nota condenando as ações violentas do MST, como a depredação de uma sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Mato Grosso. Na nota, o ministro defendeu o diálogo e as soluções pacíficas para qualquer tipo de ação no campo e disse que a Polícia Federal será chamada sempre que necessário.

De acordo com o ministro, o governo trabalha "fortemente na construção de um processo de reforma agrária pacífico e ágil, centrado no diálogo e capaz de resgatar o enorme passivo fundiário herdado de governos anteriores". Segundo Rossetto, já no primeiro mês da atual gestão foram desapropriados 200 mil hectares de terras em 17 Estados para reforma agrária.

O ministro afirmou que o governo pauta sua atuação desde janeiro pelo diálogo, "inaugurando um novo tempo nas relações com todos os movimentos e entidades ligadas ao campo".

Em seguida, o ministro lembrou a realização de oito audiências públicas para a solução de conflitos em sete Estados. Na mesma direção, lembrou Rossetto, também ocorreram reuniões com a Confederação Nacional de Agricultura (Contag) e o MST. Nesse processo de diálogo – destacou ele – foram possíveis acordos como o estabelecido com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que encerrou o litígio judicial em torno da definição dos critérios de produtividades dos imóveis rurais.

"Essa relação franca está sendo mantida em todas as regiões do País, através das Superintendências Regionais do Incra, cujos nomes de todos os novos superintendentes já foram anunciados publicamente", afirmou Rossetto, para contestar as afirmações de integrantes do MST de que ainda não conhecem os dirigentes do Incra.

Ainda de acordo com a nota, o governo reconhece o legítimo direito à manifestação dos movimentos sociais, mas não aceita ações violentas.

"A ação de depredação do prédio do Incra em Mato Grosso, no entanto, ultrapassa os limites democráticos de manifestação."

Inquérito – Segundo o ministro, a Polícia Federal foi acionada e abriu inquérito policial para averiguação dos fatos e responsabilidades.

"A mesa de negociação do MDA está e sempre esteve aberta, sendo inaceitáveis atos de violência e depredação do patrimônio público." A PF tem um núcleo para investigar conflitos agrários: já abriu em torno de 130 inquéritos no setor.

O ministro afirmou também na nota que o governo Lula foi eleito com um programa claramente anunciador de mudanças e tem a reforma agrária como uma questão central para o desenvolvimento do País. "É hora de somarmos esforços."

PF SERÁ
ACIONADA
SEMPRE QUE
FOR PRECISO

Nomeações e rivalidade também motivam ocupações

Em Goiânia, MST quer outro diretor para o Incra e, em Cuiabá, invasão ocorreu em disputa com dissidentes

• BRASÍLIA, CUIABÁ, FLORIANÓPOLIS, SÃO PAULO e CURITIBA. A desapropriação de terras não foi o único motivo para as ocupações promovidas ontem pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O MST também invadiu superintendências do Incra para protestar contra uma nomeação do governo, em Goiânia, e para impedir a venda de lotes, no Paraná. E em Cuiabá, uma briga entre o MST e o dissidente Movimento dos Trabalhadores Acampados (MTA) para resolver quem invadiria o Incra provocou a quebra dos vidros da superintendência.

Em Goiânia, cerca de 500 mulheres do MST ocuparam o prédio do Incra em protesto contra a nomeação do advogado Ailtamar Carlos da Silva, ligado à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) para superintendente. O MST prefere o agrônomo Raulino Mendes, funcionário de carreira do Incra.

— O nome indicado não tem o perfil que julgamos ideal — disse Valdir Misnererozitz, da coordenação nacional do MST.

No fim da tarde, o líder sem-terra conversou por telefone com o superintendente nacional de desenvolvimento agrário, Crispim Moreira.

— Ele nos garantiu que vamos discutir o assunto — disse Misnererozitz.

O MST nomeou pelo menos dez superintendentes para escritórios do Incra nos estados. Alguns nomes foram enviados diretamente por líderes do MST, como João Pedro Stédile, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em Cuiabá, 18 vidraças da superintendência do Incra foram quebradas numa briga entre os sem-terra e dissidentes do MTA, ambos acampados há 35 dias em frente ao prédio. Temendo novo conflito, o secretário de Segurança Pública, Célio Wilson de Oliveira, determinou que a PM ficasse em frente ao prédio, onde há cerca de 200 pessoas acampadas.

— É a primeira vez que vejo sem-terra brigando com sem-terra — disse o superintendente do Incra no estado, Joari Arantes.

A briga ocorreu às 22h de terça-feira, du-

rante um baile de carnaval no acampamento. Segundo um dos coordenadores do MST, Daniel Fernandes, os sem-terra decidiram invadir o Incra ao serem informados de que os dissidentes tinham o mesmo objetivo. O MTA foi criado em junho de 2002 por 13 ex-integrantes do MST.

Denúncia de venda de lotes levou a invasão no Paraná

Em Cascavel, no oeste do Paraná, cerca de 70 integrantes do MST ocuparam quatro lotes do Assentamento Santa Tereza, um projeto do Incra. Segundo o líder do MST no Paraná, Roberto Baggio, os lotes estavam sendo vendidos. O executor do projeto do Incra, Valdecir Felipetto, admitiu que um lote fora vendido irregularmente. A Constituição prevê que terras oriundas de reforma agrária são inalienáveis por dez anos. Felipetto acrescentou que outras duas famílias haviam avisado ao Incra que estavam desistindo dos lotes.

Em Lindoeste, também no oeste do Paraná, uma fazenda de 140 alqueires foi ocupada por 40 famílias, mas Baggio disse que os invasores não são do MST. O líder do movimento disse que os dois casos são um exemplo do aumento da demanda por desapropriações rurais no estado.

Em Santa Catarina, 90 famílias sem-terra invadiram, no sábado, uma fazenda em Araquari. A área tem 750 hectares e pertence à empresa Comfloresta. O MST alega que a fazenda é improdutiva e que há um processo de desapropriação tramitando na Justiça.

Em São Paulo, os sem-terra ocuparam três fazendas. Uma delas, a Sânta Isabel, fica em Alambari, na região de Sorocaba, e foi invadida por 300 colonos. O juiz Ronnie Hebert Barros Soares, de Itapetininga, determinou a reintegração de posse da fazenda. Ontem, oficiais de Justiça escoltados por cinco policiais militares estiveram na fazenda, mas foram impedidos de entrar pelos sem-terra. ■

Sem-terra prometem aumentar invasões

Durante o carnaval, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) realizou seis ocupações em cinco estados — Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Ontem foram invadidas as sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca) em Goiânia e Cuiabá. Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acreditou que o MST embarcaria nos primeiros meses de seu governo no clima paz e amor de sua campanha, ele estava enganado.

“Em relação à ocupação de terras, não houve trégua por parte do MST em nenhum momento. Nossas ações são contra os latifúndios e para denunciar ao Lula que eles existem e precisam ser desapropriados”, afirmou por telefone João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, que está no Pontal do Paranapanema (SP).

Na avaliação de um secretário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o contingenciamento de 45% no volume de recursos para desapropriação de terras — caiu de R\$ 462,6 milhões para R\$ 253 milhões — estimulou a nova onda de invasões do MST.

Como o governo não vai abrir mão, ao menos em 2003, da austeridade fiscal pode-se en-

tão esperar um deterioramento ainda maior na relação com o MST. Mas João Paulo nega que as recentes ocupações sejam uma crítica modelo econômico aplicado pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci. “Não há relação. Não se trata de crítica. Nossas ocupações ajudam o governo Lula, pois chamam atenção para a questão do latifúndio”, justifica ele, dando um nó na lógica.

João Paulo avisou que a temperatura vai subir ainda mais no campo pois as ocupações ocorridas durante o carnaval partiram de decisões das esferas estaduais do MST. Para próximo mês, um amplo movimento nacional está marcado e há risco de ocupações em 23 estados. “Em abril, vamos fazer uma grande jornada pela reforma agrária e contra o latifúndio. E quando o MST faz isso é em 23 estados”, avisou o coordenador nacional do MST.

“EM RELAÇÃO À OCUPAÇÃO DE TERRAS, NÃO HOUVE TRÉGUA POR PARTE DO MST EM NENHUM MOMENTO. NOSSA LUTA NÃO É CONTRA O GOVERNO LULA, MAS CONTRA OS LATIFUNDIOS”

JOÃO PAULO RODRIGUES,
da coordenação nacional do MST.

Dante das invasões, em nota distribuída ontem à noite, o Ministério do Desenvolvimento Agrário engrossou o tom também. Considerou que “ação de

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem, solicito a palavra para uma explicação pessoal com base no art. 14, inciso VI, por ter sido citado pelo Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.) – A Mesa lhe concede a palavra, entendendo que V. Ex^a foi citado, de acordo com o que dispõe o art. 14 do Regimento Interno, por cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, tenho a nítida impressão de que o Senador Romero Jucá esteve bem distante dos acontecimentos políticos brasileiros nos últimos dez dias. Possivelmente como grande folião, que S. Ex^a pode vir a ser brincado o carnaval, que é uma qualidade, não acompanhou os fatos políticos que dizem respeito ao Congresso Nacional, ao Partido dos Trabalhadores, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e à conjuntura nacional como um todo.

Espero que tenha sido muito proveitoso o carnaval do Senador Romero Jucá, mas o comentário que S. Ex^a faz sobre o comportamento do Partido dos Trabalhadores é estranho porque não sei onde estava o PSDB e suas Lideranças quando, perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, votávamos e encaminhávamos pedidos de apuração de irregularidades ou de quebra de decoro por Senadores. Os termos foram exatamente iguais aos que apresentamos agora. Tudo isso foi baseado exatamente em nosso comportamento em outros momentos em que agimos como Partido e como Bancada nesse episódio.

Sugiro ao Senador Romero Jucá que leia um Ofício nosso em desfavor do Senador Antonio Carlos Magalhães, intitulado nº 1, de 2001, e também o Ofício nº 8, de 2001, em desfavor do Senador Jader Barbalho. Então S. Ex^a verá que foram exatamente nesses termos que tratamos o atual episódio.

Eu gostaria que o PSDB tivesse também um envolvimento responsável e de cumprimento da defesa do decoro parlamentar e das responsabilidades que devem pairar sobre o Senado Federal em casos que agride a consciência ética e o procedimento de qualquer Parlamentar.

Esse episódio do uso do aparelho do Estado na Bahia, apontando para o envolvimento de um Senador da República, não é um problema do Partido dos Trabalhadores, de um Líder ou de qualquer Senador;

é um problema de todos os Partidos, de todos os Senadores da República.

Solicito que o Senador Romero Jucá adote essa postura daqui em diante.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, por haver sido citado, eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Mantendo o mesmo entendimento, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno, V.Ex^a tem a palavra e dispõe de até cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou precisar de todo esse tempo.

Peço a palavra apenas para, em primeiro lugar, lembrar ao Senador Tião Viana que não brinco o carnaval. Eu estava em Brasília, inclusive, neste fim de semana e pude falar à imprensa e gravar, inclusive, matéria para a televisão a respeito do posicionamento do PSDB. O nosso Partido sempre postou-se de forma responsável quanto à questão do Conselho de Ética. O PSDB, aliás, nunca partidizou a sua ação naquele Conselho, até porque os membros têm mandato e devem votar de acordo com a sua consciência em cada caso. O que eu e a imprensa registramos neste fim de semana foi que o Partido dos Trabalhadores não agiu como em outros casos. Ficou no meio do caminho, fazendo jogo de cena e evitando uma definição mais marcante.

Não estou aqui cobrando posicionamento do PT. Penso que o Partido deve fazer o que considera correto. Contudo, também não admito que o PT venha a cobrar posicionamento do PSDB, que sempre votou no Conselho de Ética de acordo com a sua consciência, respeitando a população brasileira.

Se o PT está sendo cobrado internamente e não consegue se acertar, se existe hoje uma diferença entre o discurso e a prática, isso não diz respeito aos Partidos de Oposição e sim aos da base do Governo. Se o PT entende que deve fazer uma representação, faça; se entende o contrário, não a faça. A decisão deve ser interna. Não estou aqui condenando, e sim estranhando a conduta que o PT assumiu nesse caso, diferentemente do que ocorreu em outros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Caramago, do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) Pronuncia o seguinte discurso.) – Ex^{as}s. Sr^{as}s. Senadoras, Ex^{os}s. Srs. Senadores, Ex^o Sr. Presidente do Senado Federal, venho hoje a esta tribuna para apresentar-me à Casa e ao Brasil. Meu nome é Eurípedes Camargo. De acordo com a Legislação Eleitoral Brasileira, estou assumindo, na qualidade de suplente eleito, a vaga deixada pelo Senador Cristovam Buarque, que aceitou a nobre missão de cuidar da política educacional do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Percorri um longo caminho desde 1971, quando saí de Rubiataba, interior de Goiás, aos 18 anos de idade, para tentar a vida aqui no Distrito Federal. Ainda tenho na memória o choque que senti ao conhecer uma favela, seus barracos e sua violência. Tínhamos pobreza no interior, mas não tínhamos favelas. Dormir ao relento e passar fome foram experiências que tiveram pelo menos um aspecto positivo: livre-me definitivamente da timidez.

Aqui aprendi meu ofício – sou serralheiro – criei família e comecei minha militância política por não aceitar a explicação que me foi dada na juventude, de que os pobres nascem pobres para purgar o espírito.

Fui um dos primeiros moradores da Ceilândia, cidade-satélite criada para abrigar moradores removidos da antiga Vila do IAPI. Enfrentei o preconceito que existia contra nós, ceilandenses, procurando entender o universo de pobreza que vivia através da ação comunitária. Com a preciosa ajuda dos meus familiares e de homens como padre Antonio Gutierrez e o pastor presbiteriano João Miller, além da própria crueza da realidade, fui deixando a ingenuidade interiorana e descobrindo as regras que moviam as engrenagens políticas.

Atuando na Ação Cristã Pró-Gente, discutimos e encaminhamos questões que afligiam a comunidade da Ceilândia. Naquela época, éramos ingênuos a ponto de acreditar que o governo não sabia o que se passava em nossa cidade. Ao percebermos que não seríamos atendidos em nossas reivindicações, criamos o movimento conhecido como “Incansáveis Moradores da Ceilândia”, que tive a honra de presidir por três mandatos consecutivos. Participamos do movimento cívico pelas eleições diretas para Presidente da República e enfrentamos a brutalidade do estado de emergência decretado pelo governo militar.

Fui candidato a Deputado Federal em 1986.

Fui eleito Deputado Distrital em 1990.

No Governo Cristovam Buarque, ocupei o cargo de Secretário-Adjunto da Secretaria de Desenvolvi-

mento Social, onde coordenei o Orçamento Participativo e ajudei na formulação de propostas para a gestão democrática nas escolas públicas.

De 1999 até a última eleição, desempenhei as funções de Secretário-Geral do PT na Ceilândia e de membro do Diretório Regional do Partido.

Estou consciente do papel que devo desempenhar como Senador e das naturais dificuldades que enfrentarei. Tenho compromissos com o Distrito Federal, com o professor Cristovam, mas também e principalmente tenho a responsabilidade maior de representar a parcela da sociedade que depositou seu voto de confiança em nosso projeto político: a parcela mais pobre da sociedade brasileira. Eu represento os problemas, anseios e necessidades que esses brasileiros querem ver discutidos e resolvidos no Congresso Nacional. Sou representante da pobreza criada por um modelo político e econômico que precisa mudar. Não é por outro motivo que um metalúrgico é o Presidente da República e um serralheiro é Senador.

Vou falar um pouco dessa parcela da sociedade porque venho dela. Não quero balizar minha atuação parlamentar por outra característica que não seja a permanente busca por soluções que levem a cidadania até aquela parcela da sociedade. Trata-se de uma enorme população que não se restringe ao Distrito Federal ou a Ceilândia, mas está distribuída por todo o País. Essa população tem sido sistematicamente colocada em segundo plano por sucessivos governos.

Cidadania não é apenas votar a cada quatro anos. Cidadania também é ter acesso à educação, à saúde e à justiça. Não é possível ser um cidadão sem ter moradia, comida, trabalho digno, escola para os filhos, saúde, especialmente para os mais idosos, segurança e perspectiva de futuro melhor.

Meu compromisso como Senador é lutar para que essa parcela da sociedade brasileira tenha a garantia de que será incluída entre aqueles que têm o direito de ser cidadãos, e não apenas a garantia da humilhação diária.

Acredito que o tempo seja o nosso bem mais valioso. Por isso, é muito importante saber o que fazemos com ele. Pretendo utilizar meu tempo aqui no Senado da maneira mais produtiva possível. Quero participar ativamente da busca de soluções e de alternativas que possibilitem a realização dos sonhos e esperanças de quem exige mudança. Não quero perder tempo precioso com lamentos e divagações. Queremos mudança. Temos pressa, pois há muito por fazer.

O Governo Luiz Inácio Lula da Silva tem um projeto para o Brasil que vai ao encontro desse anseio de mudança. A realização desse projeto passa por reformas essenciais como a previdenciária, a tributária e a política e também por outras questões, que alguns diriam serem menores, mas que prefiro chamar de localizadas. Elas são tão importantes e urgentes quanto as reformas amplas. Não posso esquecer que estamos tratando, aqui no Congresso Nacional, de pessoas. Estamos tomando decisões que vão influenciar a vida de homens, mulheres, crianças, idosos, famílias inteiras.

Podemos melhorar a vida prática desses brasileiros ou atirá-los no pior dos infernos. O pior dos infernos é justamente o abandono em que se encontram hoje – o mesmo abandono que gera ignorância, cristaliza preconceitos, cria o medo, alimenta a violência, abastece a corrupção e inflama o ódio e a revolta pela exclusão social.

Mudar essa situação é a minha luta, o meu compromisso, a minha bandeira. Não vim de Rubiataba até aqui para lutar por favores, privilégios, caridade ou esmola. Vim lutar pelo direito à cidadania. Sou serra-lheiro de profissão, mas também sou um político. Estou consciente das dificuldades e até familiarizado com elas. Afinal, tenho enfrentado todo tipo de dificuldade ao longo da minha vida, mas nunca as tratei como desculpa para esmorecer no conforto da lamentação. Não quero o papel de vítima. Prefiro continuar seguindo no papel de agente de mudança. As dificuldades sempre foram um estímulo para que me esforçasse na busca de respostas e soluções.

A natureza é sábia e a tudo deu o seu tempo certo na vida. Houve o tempo das lágrimas e já passou. Houve o tempo da revolta e já passou. Houve o tempo do amadurecimento. É chegado o tempo da mudança. É tempo de agir. É tempo de construir. O passado me deu os parâmetros que me ajudam a firmar os pés no presente e daqui lançar com segurança o olhar para o futuro.

Assim, espero contar com a colaboração dos meus colegas Senadoras e Senadores, bem como com o valiosíssimo apoio do corpo técnico desta Casa. Tenho muito que aprender. Também posso ensinar e estou disposto e pronto a colaborar com quem persegue o mesmo objetivo. Os desafios são gigantescos. Toda ajuda é necessária e será muito bem-vinda.

Sr. Presidente, aproveito para informar à Casa que apresentei projeto de lei no sentido de criar as profissões de mestre-de-obra e encarregado de obra. O meu objetivo, ao tentar regulamentar essas

profissões, é, do meu ponto de vista, fazer justiça a tão valorosos companheiros e que muito contribuem para o crescimento do nosso País. Há várias profissões que ainda são consideradas ofício. Tendo em vista que essas camadas da sociedade ainda não têm espaço para apresentar suas questões na Casa do Senado Federal, aproveito este momento, pela minha passagem e experiência nessa área, para colocar essas questões.

Aproveitei os contatos que tenho tido com o eminente Senador Cristovam Buarque – nosso Ministro da Educação, e a quem tenho a honra de substituir nesta Casa – e, inspirado nas idéias e preocupações de S. Ex^a, apresentei também projeto de lei que trata do parcelamento do solo urbano, assunto que, como sabem todos, muito aflige a nós brasileiros, em especial os moradores do Distrito Federal, pelos fatos es- tarcededores relativos à grilagem de terras públicas que diariamente são veiculados pela mídia nacional.

Ainda sob a inspiração do Senador Cristovam Buarque, apresentei projeto de lei que visa a assegurar aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior vagas nos cursos de graduação de formação de professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Dando continuidade à lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por até vinte minutos, por permuta com este Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, não me espantou, como a muitos, que o Governo recém-eleito do Presidente Lula tenha tomado um caminho austero e ortodoxo na condução política da economia.

A situação da dívida pública mobiliária interna é delicada. A relação entre a dívida líquida e o PIB chegou a nível perigoso, já que é esse um dos índices que os investidores em papéis públicos mais consideram na hora de decidir se continuam ou não financiando o Governo, associado à taxa de remuneração. Por sua vez, o câmbio continua bastante volátil, o que gera incertezas e atrasa decisões de investimento. Quanto à inflação, a mesma está voltando com ímpeto que nos lembra o passado, distante menos de uma década.

Além do mais, ocorre em todo o mundo que partidos ferozmente oposicionistas em suas propostas se dobrem aos ditames da realidade e do possível tão logo conquistem o poder. Nessa conjuntura, justifica-se o anunciado corte, que foi da ordem de R\$14 bi-

Ihôes no Orçamento Geral da União para este ano. Não discuto sua magnitude, mas apenas a natureza da medida. Sr. Presidente, talvez se justifique – talvez – o aumento na taxa de juro básico da nossa economia, a Selic, embora, neste caso, isso implique agravamento da situação fiscal da União, mediante aumento dos encargos de grande parcela da dívida mobiliária.

Repetindo, não me espantou que o Governo esteja comportando-se de forma responsável na condução da política e econômica. Isso é até digno de louvor. Espantou-me, porém, que o Governo tenha anunciado os referidos cortes, ou contingenciamentos, nos gastos públicos sem apresentar nenhum critério razoável para orientar onde serão realizados.

Sr. Presidente, o sentido de eu estar usando da palavra na tribuna é propor ao atual Governo que estabeleça critérios razoáveis para promover os cortes que se fazem necessários nos gastos públicos e que, naturalmente, tais critérios sejam seguidos de modo objetivo e transparente, com o intuito de evitar qualquer tipo de exploração sobre as liberações de verbas orçamentárias contingenciadas.

Trago, para ilustrar a falta de critério nos cortes, o exemplo dos prejuízos que sofrerá o Estado que represento, Rondônia. Entre as emendas parlamentares coletivas que restaram, prejudicadas pelo contingenciamento, há despesas destinadas à construção de pontes, à conservação de estradas, ao atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar da rede cadastrada no SUS, ao aparelhamento de hospitais públicos, à construção de obras para contenção de enchentes, à melhoria de infra-estrutura urbana, à construção e ampliação de serviços de abastecimento de água, à promoção do turismo sustentável, a projetos de preservação ambiental, a projetos de pesquisa científica, a projetos de estímulo à produção agropecuária e a muitas outras finalidades necessárias, urgentes e de alto valor social para o meu Estado.

Para Rondônia, que é um dos Estados mais pobres e mais distantes dos grandes centros urbanos brasileiros, tal contingenciamento de verbas orçamentárias é um verdadeiro desastre! Somos um Estado que ainda depende muito dos investimentos públicos e que tem toda uma rede de infra-estrutura e de serviços públicos a construir.

Até mesmo um pleito antigo do Estado, na área de transportes, a estadualização das BRs 421 e 429, que estava prestes a ser atendido pelo Governo Federal, e que implicaria repasses para a conservação dessas estradas, ficou paralisado. Rondônia restará, portanto, com estradas em péssimo estado de con-

servação, o que prejudica sua integração à economia nacional.

Assim, vê-se que o contingenciamento anuncia-do, sem critério algum que leve em conta a relevância social dos gastos, prejudica as populações mais pobres, pois são essas que mais precisam do apoio das políticas públicas.

Por isso, quero fazer um apelo ao Presidente, para que reveja esses cortes e leve em consideração os interesses dos economicamente mais frágeis como prioridade. Gostaria, em consequência disso, que Rondônia, bem como os Estados mais carentes da União, fosse priorizada na liberação dos recursos aprovados tão logo se confirmem as receitas previstas e esperadas. Enquanto isso não ocorre, que seja feita uma triagem para separar, do que já é necessário, o que é urgentemente necessário.

Certo de contar com a compreensão do Presidente e da equipe econômica, faço votos de que das medidas tomadas surtam, o mais rápido possível, os efeitos desejados.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de falar sobre a nossa BR-364, rodovia federal que corta, de ponta a ponta, o Estado de Rondônia, da divisa de Mato Grosso até a divisa do vizinho Estado do Acre, um trajeto, de aproximadamente 1.100 quilômetros de rodovias pavimentadas, que necessita, com uma certa urgência, de restauração em alguns trechos e recuperação em outros. Essa rodovia é, para nós, a espinha dorsal do nosso Estado e foi transformada, recentemente, ainda no nosso Governo, com a construção do Porto Graneleiro de Porto Velho, num viável corredor de exportação que escoa grande parte da safra de soja dos Estados de Mato Grosso e de Rondônia para o Porto de Itacoatiara, no Amazonas, onde é feito o transbor-dado para navios de grande calado.

Há trechos que necessitam de recuperação ur-gente, com manutenção corretiva e preventiva, por parte do Ministério dos Transportes e do Denit: de Vilhena a Pimenta Bueno, num total de 203 quilômetros; de Pimenta Bueno a Cacoal, um trecho de 41 quilô-metros; de Presidente Médici a Ji-Paraná, 31 quilô-metros; de Ji-Paraná a Ouro Preto do Oeste, 42 quilô-metros; de Ouro Preto do Oeste a Jaru, 37 quilô-metros; de Jaru a Ariquemes, 98 quilômetros; de Porto Velho até a divisa do Acre, onde a estrada se encontra em estado lastimável para o transporte, um trecho de 378 quilômetros. Num total, para serviços de conser-vação, de 977 quilômetros.

Há trechos ainda piores, que necessitam de res-tauração urgente por parte do Denit e do Ministério dos Transportes: de Cacoal a Presidente Médici, num

total de 66 quilômetros; de Ariquemes a Rio Preto, Igarapé das Nações, um trecho de 53 quilômetros. Portanto, o trecho de restauração será de 119 quilômetros.

Faço este apelo, Sr. Presidente, ao Ministro dos Transportes e ao Diretor-Geral do Denit porque essa rodovia é de vital importância para a economia do nosso Estado e, por consequência, para grande parte do Brasil, tendo em vista que é a ligação do Sudeste, do Sul, do Centro-Oeste e do Nordeste com o Norte brasileiro, com o Estado de Rondônia, do Acre, do Amazonas e até mesmo de Rondônia.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa convida o eminente Secretário Heráclito Fortes para assumir a Presidência, para que este Senador possa usar da palavra. (Pausa.)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, por permuta com o Senador Valdir Raupp.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para, mais uma vez, abordar a questão da violência, dos Estados, dos problemas que vem enfrentando a cidade do Rio de Janeiro. Contudo, antes de iniciar este tema, quero registrar aqui que foi anunciado à imprensa nacional, à opinião pública nacional que o Banco Central decidiu adotar o Cadastro Nacional de Correntistas, para inibir os crimes de lavagem de dinheiro e para maior controle das contas bancárias. Quero comentar com as Srªs e com os Srs Senadores que, ao final dos trabalhos da CPI dos Bancos, promovida por esta Casa, em que fui designado relator do sigilo bancário, apresentei um projeto de lei ao Senado propondo a criação do Cadastro Geral das Contas Correntes. Fiz isso exatamente porque, naquela CPI, constatou-se que, em todas as quebras de sigilo bancário solicitadas pelas CPIs em geral, os ofícios são expedidos ao Banco Central, que não tem controle de onde o cidadão tem uma conta corrente. Então, o Banco Central tem que oficiar a todas as instituições bancárias, comunicando que houve a quebra do sigilo bancário e que o banco fica responsável, se o detentor de conta corrente naquela

instituição estiver com conta ativa, de enviar os devidos registros daquela conta à CPI.

Sr. Presidente, parece-me um absurdo, inacreditável que não se tenha maior controle dos correntistas e das instituições em que dispõem de uma conta corrente. E, apesar de ter apresentado o projeto de lei criando o Cadastro Geral das Contas Correntes, o entendimento do Relator de então, o eminentíssimo Senador Francelino Pereira, na CCJ, foi de que essa matéria é privativa do Presidente da República. Discordo desse entendimento, pois essas matérias poderiam ter caráter autorizativo, mas não deveria ser cerceado aos Senadores e Deputados o direito de apresentarem a matéria, enquanto o Executivo, se bem entendesse, adotaria, de forma autorizativa, o projeto de lei.

De qualquer sorte, Sr. Presidente, espero que o Banco Central crie o Cadastro Geral das Contas Correntes, para que o Sistema Financeiro Nacional tenha um controle mais rígido sobre a existência de contas correntes nas diversas instituições bancárias.

Sr. Presidente, o tema central do meu pronunciamento é sobre o desfecho, noticiado pela imprensa, das negociações entre o Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal acerca da presença do Exército Brasileiro naquele Estado, no que se refere à violência, ao controle dos Presídios Bangu 1, 2 e 3, dos presídios federais e estaduais. Enfim, trata-se da preocupação que vários Senadores têm manifestado nesta Casa no sentido de que está na hora de partirmos para um estudo profundo sobre uma redivisão do vasto território nacional, criando-se territórios federais e outros estados. Assim, teríamos uma melhor distribuição da população brasileira e, quem sabe, a solução do problema com a instalação de presídios de segurança máxima, mantidos pela União nessas regiões.

Fundamentalmente, quero relembrar aqui a nossa experiência no Tocantins no que se refere à Polícia Militar, por ocasião de uma greve lamentável e que causou muitos prejuízos à população. Dessa greve, surgiu uma postura positiva do nosso Governo, que trago a esta Casa que tem o dever de representar os Estados brasileiros para meditação e reflexão, pois, quem sabe, poderia haver até uma retomada dessas negociações.

Em primeiro lugar, gostaria de transmitir ao Líder Tião Viana, aos membros do Partido dos Trabalhadores, ao Líder do Governo, Aloizio Mercadante, que foi extremamente oportunista a negociação ensejada pelo Governo Federal com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Isso foi por demais importante. Primeiramente, o Governo Federal atendeu à solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro quando au-

torizou a ida do Exército Brasileiro para a cidade do Rio.

Sabemos, Sr. Presidente e eu disse isso aqui desta tribuna, que essa é uma medida paliativa. Estamos perdendo a guerra contra o crime por falta de informação, por falta do aparelhamento dos Estados para combater o crime. E os criminosos vêm se aproveitando dessa situação.

Pois bem, quando houve a greve no Tocantins era Governador Siqueira Campos, de quem tenho a honra de ser filho, que convocou um experiente general do Exército Brasileiro para assumir o comando da Polícia Militar no Estado. Essa medida não fragilizou a figura do Governador nem a autonomia do Estado, naquela greve declaradamente ilegal, inconstitucional, perigosa e danosa à população tocantinense. O general assumiu o comando da Polícia Militar do Tocantins, ensejou as negociações, pôs fim à greve e deu uma grande contribuição ao nosso Estado. Nem a figura do Governador nem a autonomia do Estado viram-se diminuídas. Ao contrário, com aquela iniciativa do Governador Siqueira Campos, conseguimos resolver o problema da greve.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Senado representa os Estados, é aqui que se deve discutir seus problemas. Pretendo entrar na questão da violência no Estado do Rio de Janeiro, porque se trata de uma questão nacional e importante.

Foi um gesto importante, por parte do Governo Federal, estender ao Governo do Estado do Rio de Janeiro a oportunidade de assumir alguns presídios de segurança máxima e de oferecer-lhe a continuação da presença do Exército Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro. Tudo isso foi acompanhado por um serviço de informação, de estratégia, de um trabalho de longo prazo para combater o crime organizado.

Sr. Presidente, sem pretender discutir a autonomia da Governadora Rosinha Matheus, a autonomia do Estado do Rio de Janeiro, entendo ter sido um precedente importante para as demais Unidades da Federação. Creio que a Governadora, sem prejuízo de sua autonomia, deveria ter encontrado um caminho para que o desfecho das negociações com o Governo Federal fosse outro. Como disse, a experiência do Estado do Tocantins mostrou que a presença de um general à frente da Polícia Militar foi muito saudável. Não podemos deixar que a população do Rio de Janeiro sofra com a falta de segurança sem que haja uma convergência de idéias entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro para enfrentar o crime organizado.

Assisti ao debate da questão da autonomia. Ouvi a Governadora dizer que não aceitaria uma intervenção branca, ou de qualquer cor, em seu Estado. Ninguém mais do que eu defende a autonomia dos Estados com relação à União, a retomada da discussão do pacto federativo. No entanto, nesse caso específico, entendo que o Governo Federal agiu muito bem enviando o Ministro da Justiça e o Ministro da Defesa. O Governo Federal estendeu sua mão em um momento importante, uma vez que já havia enviado o Exército Brasileiro para a cidade do Rio de Janeiro.

Por isso sugiro que esta Casa entre no debate, na discussão. Quero convocar os representantes do Estado do Rio de Janeiro, nesta Casa, para que convidemos o Ministro da Justiça e o Ministro da Defesa para um amplo debate sobre o que foi oferecido pelo Governo Federal ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Assim, a Governadora poderá sentir-se mais segura com relação ao não-enfraquecimento do poder do Governo Estadual do Rio de Janeiro.

Gostaria que houvesse um desfecho favorável nessa situação. Uma de minhas filhas, a mais velha, faz o curso de Medicina na cidade do Rio de Janeiro. Tenho preocupação profunda e diária com a questão da segurança em função da população como um todo.

Nesse final de semana, estive na cidade do Rio de Janeiro e vi a população perplexa, dizendo que não frutificaram as negociações entre o Governo Estadual e o Federal, principalmente em função do temor da Governadora Rosinha Matheus de ver sua autonomia enfraquecida.

Sr. Presidente, fiquei preocupado porque considerei muito importante o gesto do Governo Federal. O fim das negociações, a retirada do Exército Brasileiro, a não aceitação por parte da Governadora da federalização de alguns presídios e o não entendimento com relação a uma tomada de posição conjunta são muito preocupantes.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Concedo o aparte ao Senador Almeida Lima, com grande alegria.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Eduardo Siqueira Campos, neste instante, somo-me ao pronunciamento de V. Ex^a, parabenizando-o sobretudo no aspecto relativo à necessidade de o Governo do Rio de Janeiro, Estado membro da Federação, aceitar de bom grado a participação do Governo Federal não para evidentemente, neste momento, debe-

lar todo o mal, mas pelo menos para proporcionar à sociedade carioca condições de vida mais digna. Estamos presenciando, na verdade, a deterioração do Estado brasileiro, do tecido social brasileiro diante da criminalidade, cada vez mais crescente e assustadora e que tem, sem dúvida alguma, deixado o Estado impotente para enfrentar o problema. V. Ex^a faz uma observação referente à autonomia do Estado do Rio de Janeiro. Tenha a certeza absoluta de que a participação do Governo Federal, acudindo um Estado da Federação, diante de uma crise tamanha, vivenciada dessa forma, é salutar, e é, fundamentalmente, a missão, o compromisso que a União tem e deve manter com os Estados da Federação. Vivemos num federalismo cooperativo em que os diversos níveis de poder precisam somar-se para levar a um resultado final, desejado pela população, que é exatamente a prestação dos serviços pelo Estado a toda a sociedade brasileira. Há poucos instantes, V. Ex^a também referiu-se à necessidade da criação de outros Estados e territórios, o que entendo como descentralização e ampliação da nossa Federação, que deve ocorrer inclusive com a melhor divisão do território brasileiro.

Nesse aspecto, somo-me a V. Ex^a, pois sou plenamente favorável a esse pensamento, que em breve defenderei também desta tribuna, mostrando que a ampliação da nossa Federação poderá levar ao desenvolvimento pleno do nosso País, haja vista que os Estados Unidos hoje possuem 50 Estados, com um território idêntico ao brasileiro e com mais de 80 mil governos locais. Tenho certeza absoluta de que a juventude daquele Estado deve-se muito ao modelo de Federação que adota. Não podemos conceber que o Estado brasileiro tenha algo em torno de sete mil governos locais e apenas 26 Estados e o Distrito Federal. Em 1849, no século antepassado, a Confederação Helvética, a Suíça, já possuía 22 cantões, equivalentes a Estados, correspondentes aos Estados membros brasileiros. Percebemos que o território da Suíça não é superior ao pequeno Estado da Federação brasileira que tenho a honra e o prazer de representar: Sergipe. A descentralização vem exatamente para fortalecer a Federação e para termos condições de prestar um melhor serviço às comunidades. A questão da segurança pública é uma delas. Tenho certeza absoluta de que poderemos avançar nesse aspecto se tivermos uma descentralização não apenas vertical na questão das esferas de poder, mas também horizontal, até pela característica do federalismo cooperativo que vivenciamos hoje. Meus parabéns pelo pronunciamento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador Almeida Lima, agradeço o aparte de V. Ex^a, acolho-o como uma contribuição importante para o meu pronunciamento e inclusive aproveito para parabenizá-lo pelo discurso de estréia nesta Casa. Embora eu não estivesse presente e não pudesse apartear-lo, ouvi-o na íntegra e fiquei bastante motivado ao ver um colega que chega de um Estado importante, de grande tradição política, que tem no Senado já grandes representantes, com o intuito de propor uma nova agenda para esta Casa, uma agenda positiva, a discussão de temas importantes como este do pacto federativo, da cooperação entre o Governo da União e os Governos estaduais. Portanto, incorpo o aparte de V. Ex^a, agradecendo e entendendo como uma contribuição a este modesto pronunciamento.

Sr. Presidente, faço uma última reflexão: teria a cidade de São Paulo problemas menores do que o Rio de Janeiro com relação à violência? Certamente não, Sr. Presidente. Mas, ao mesmo tempo em que encareço à Governadora do Estado do Rio de Janeiro que reinicie as negociações com o Governo Federal, que estude e examine melhor a questão da segurança para que não se perca esse momento em que o Governo Federal estende a sua mão e oferece apoio a uma Unidade da Federação diante de um grave problema, aproveito para parabenizar o Governador Geraldo Alckmin pelo que S. Ex^a vem fazendo pela segurança pública.

Sr. Presidente, de forma silenciosa, sem alarde, estamos vendo que o Estado e a cidade de São Paulo estão conseguindo enfrentar a violência principalmente com que o venho pregando nesta Casa: a informação. Lá, os grampos telefônicos são feitos nas situações devidas, para proteger a população. O Estado de São Paulo vem utilizando os aparelhos de informação para combater o crime organizado, tendo conseguido isolar os principais líderes, recolhendo-os nos presídios mais importantes, e desarticular toda a informação por parte do crime organizado exatamente com a unificação de comandos das Polícias Militar e Civil, que vêm agindo de forma coordenada e eficaz.

Vemos, assim, uma cidade muito maior que a do Rio de Janeiro e um Estado com uma população maior – com graves problemas, é verdade, na área da segurança pública – enfrentando de forma silenciosa, eficiente e eficaz o problema.

Deixo o reconhecimento às ações que estão sendo promovidas pelo Governador Geraldo Alckmin, mesmo sendo representante do Estado do Tocantins.

Sr. Presidente, ou partimos para uma profunda discussão nesta Casa, que tem a atribuição de representar os Estados, sobre a redistribuição da nossa população no território nacional e sobre a criação de novos Estados e territórios federais ou vamos continuar assistindo à inviabilização das grandes cidades brasileiras. Não há mais como viver na cidade do Rio de Janeiro, no Estado ou na cidade de São Paulo dessa forma. Não há como existir Estados que têm e recebem as grandes dotações orçamentárias, nas grandes concentrações urbanas, contra aqueles Estados, regiões que estão desocupadas, com terras produtivas, riquezas, água doce, minérios, a biodiversidade. Temos absolutamente tudo na Amazônia, na Amazônia Legal, no Centro-Oeste, no meu Estado do Tocantins à disposição da população brasileira, para termos uma melhor distribuição da população no nosso território.

Sr. Presidente, o Governo Federal pode se preparar, porque não será apenas na cidade do Rio de Janeiro, o crime prossegue, está organizado, utiliza a informação; e nós ainda estamos reféns dessa situação.

Nós não estamos usando devidamente, ainda, os serviços de inteligência e de informação. Ficou uma marca na população brasileira: serviço de informação e grampo utilizados contra os direitos do cidadão e os direitos políticos no intuito de perseguir partidos políticos, como na época da ditadura. Isso descharacterizou, desfigurou, trouxe a imagem, para o cidadão brasileiro, de que arapongas são pagos com essa finalidade, quando não.

A informação é muito importante. Não há Estado desenvolvido que sobreviva sem um aparelho de informação, neste caso específico, voltado para a defesa do cidadão, contra o crime organizado.

Quando estivermos utilizando todo esse serviço de informação, a riqueza dos nossos profissionais, destinando-os para a área certa, que é a segurança do cidadão, o combate ao crime organizado, sentiremos uma melhoria. Além disso, Sr. Presidente, uma melhor distribuição da população no território nacional, ensejará os Governos Estaduais a se preocupar com o que devem: educação, saúde, e que tenhamos melhores quadros na questão da segurança pública.

Agradeço a benevolência da Mesa. Sei que ultrapassei meu tempo, Sr. Presidente, mas deixo aqui o meu apelo à Governadora do Rio de Janeiro, para que sente novamente à mesa de negociação com o Governo Federal.

Parabenizo o Governo Lula por ter oferecido essa ajuda ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Espero que possamos, nesta Casa, dar uma contribuição ao debate para que haja solução dessa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Srs. e Srs. Senadores, os povos do mundo estão extremamente preocupados com a proximidade da eclosão de uma guerra ainda nesta semana.

As ações do Presidente George W. Bush, também as palavras e ações do Primeiro-Ministro Tony Blair estão a causar preocupações de extraordinária natureza. Parece, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, que o bom-senso, o equilíbrio, a responsabilidade do líder da nação de maior poder econômico e bélico, que tantas lições deu ao mundo de liberdade e democracia, estão a suscitar dúvidas mundo afora.

Sr. Presidente, o escritor Paulo Coelho, hoje com extraordinário número de leitores, considerado o escritor brasileiro mais traduzido, mais lido em todo o mundo, teve a sensibilidade de captar o sentimento de muitos brasileiros e certamente de muitos cidadãos do mundo ao publicar, na **Folha de S.Paulo** de sábado, artigo denominado: **Obrigado, presidente Bush.**

Dada a importância do artigo, passo a lê-lo da tribuna do Senado. Eis o que diz o escritor Paulo Coelho:

Obrigado, grande líder George W. Bush.

Obrigado por mostrar a todos o perigo que Saddam Hussein representa. Talvez muitos de nós tivéssemos esquecido de que ele utilizou armas químicas contra seu povo, contra os curdos, contra os iranianos. Hussein é um ditador sanguinário, uma das mais claras expressões do mal hoje.

Entretanto essa não é a única razão pela qual eu estou lhe agradecendo. Nos dois primeiros meses de 2003, o sr. foi capaz de mostrar muitas coisas importantes ao mundo, e por isso merece a minha gratidão. Assim, recordando um poema que aprendi na minha infância, quero lhe dizer obrigado.

Obrigado por mostrar a todos que o povo turco e seu Parlamento não estão à venda, nem por US\$ 26 bilhões.

Obrigado por revelar ao mundo o gigantesco abismo que existe entre a decisão dos governantes e os desejos do povo. Por deixar claro que tanto José María Aznar como Tony Blair não dão a mínima importância e não têm nenhum respeito pelos votos que receberam. Aznar é capaz de ignorar que 90% dos espanhóis estão contra a guerra, e Blair não se importa com a maior manifestação pública na Inglaterra nestes 30 anos mais recentes.

Obrigado porque sua perseverança forçou Blair a ir ao Parlamento com um dossier falsificado, escrito por um estudante há dez anos, e apresentar isso como "provas contundentes recolhidas pelo serviço secreto britânico."

Obrigado por fazer com que Colin Powell se expusesse ao ridículo, mostrando ao Conselho de Segurança da ONU algumas fotos que, uma semana depois, foram publicamente contestadas por Hans Blix, o inspetor responsável pelo desarmamento do Iraque.

Obrigado porque sua posição fez com que o ministro de Relações Exteriores da França, Sr. Dominique de Villepin, em seu discurso contra a guerra, tivesse a honra de ser aplaudido no plenário, honra que, pelo que eu saiba, só tinha acontecido uma vez na história da ONU, por ocasião de um discurso de Nelson Mandela.

Obrigado porque, graças aos seus esforços pela guerra, pela primeira vez as nações árabes, geralmente divididas, foram unâmines em condenar uma invasão, durante encontro no Cairo.

Obrigado porque, graças à sua retórica, afirmando que "a ONU tem uma chance de mostrar sua relevância", mesmo países mais relutantes terminaram tomando posição contra um ataque.

Obrigado por sua política exterior ter feito o ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, Jack Straw, declarar, em pleno século XXI que "uma guerra pode ter justificativas morais" e, ao declarar isso, perder toda a credibilidade.

Obrigado por tentar dividir uma Europa que luta pela sua unificação; isso foi um alerta que não será ignorado.

Obrigado por ter conseguido o que poucos conseguiram neste século: unir milhares de pessoas, em todos os continentes, lutando pela mesma idéia, embora essa idéia seja oposta à sua.

Obrigado por nos fazer de novo sentir que, mesmo que nossas palavras não sejam ouvidas, elas pelo menos são pronunciadas, e isso nos dará mais força no futuro.

Obrigado por nos ignorar, por marginalizar todos aqueles que tomaram uma atitude contra sua decisão, pois é dos excluídos o futuro da Terra.

Obrigado porque, sem o senhor, não teríamos conhecido nossa capacidade de mobilização. Talvez ela não sirva para nada no presente, mas será útil mais adiante.

Agora que os tambores da guerra parecem soar de maneira irreversível, quero fazer minhas as palavras de um antigo rei europeu a um invasor: "Que sua manhã seja linda, que o sol brilhe nas armaduras de seus soldados, porque durante a tarde eu o derrotarei."

Obrigado por permitir a todos nós, um exército de anônimos que passeiam pelas ruas tentando parar um processo já em marcha, tomarmos conhecimento do que é a sensação de impotência, aprendermos a lidar com ela e a transformá-la.

Portanto, aproveite sua manhã e o que ela ainda pode trazer de glória.

Obrigado porque não nos escutastes e não nos levaste a sério. Pois saiba que nós o escutamos e não esqueceremos suas palavras.

Obrigado, grande líder George Walker Bush.

Muito obrigado.Sr. Presidente, claramente Paulo Coelho, com uma capacidade de argumentação, de sátira, diz "obrigado" ao Presidente George W. Bush, porque suas ações e suas palavras, na verdade, têm contribuído para despertar a consciência do mundo e de todos os amantes da paz, e fazer com que pessoas em seu próprio país, os Estados Unidos, estejam hoje extremamente preocupadas com o deflagrar de uma guerra, que faz com que um dos mais distintos norte-americanos, ganhador do Prêmio Nobel da Paz, ano passado, o ex-Presidente Jimmy Carter tenha publicado ontem um artigo de extrema clarividência no **The New York Times**, re-

produzido hoje em **O Estado de S.Paulo**, e que merece também ser lido por nós, que estamos há dias alertando desta Tribuna que não pode haver o deflagrar de uma guerra sem que antes sejam tentadas todas as formas de entendimento que não envolvam a morte e a destruição de milhares de seres vivos inocentes, de crianças, ali no Iraque e não se sabe por onde mais.

Diz Jimmy Carter, de Atlanta: "Mudanças profundas vêm acontecendo na política externa americana, alterando radicalmente compromissos consistentes que, durante mais de dois séculos, fizeram com que nossa nação merecesse sua grandeza. Esses comprometimentos foram baseados em princípios religiosos básicos, respeito pelo direito internacional e em alianças que resultaram em decisões sábias de contenção mútua.

Nossa óbvia determinação em empreender uma guerra contra o Iraque, sem apoio internacional, é uma violação a essas premissas. Na qualidade de cristão e de um Presidente que foi gravemente perturbado por crises internacionais, tornei-me totalmente familiarizado com os princípios de uma guerra justa. E está claro que um ataque substancialmente unilateral ao Iraque não se encaixa nesses padrões. Essa é uma convicção quase universal de líderes religiosos com a mais notável exceção de uns poucos porta-vozes da Convenção Batista do Sul, que é intensamente influenciada pelo seu comprometimento com Israel, baseada na Teologia Escatológica ou dos Últimos Dias. Para uma guerra ser justa, precisa atender a vários critérios claramente definidos. A guerra só pode ser travada como último recurso, depois que todas as opções sem uso da violência tiverem sido esgotadas. No caso do Iraque, é óbvio que existem alternativas nítidas à guerra. Essas opções, anteriormente propostas por nossos próprios líderes e aprovadas pela ONU, foram delineadas, mais uma vez, pelo Conselho de Segurança da ONU na última sexta-feira. Agora, sem que nossa segurança nacional esteja sendo diretamente ameaçada e apesar da avassaladora oposição da maioria dos povos e dos governos do mundo, os Estados Unidos parecem determinados a levarem a cabo uma ação militar e diplomática quase sem precedentes na história das Nações civilizadas.

A primeira etapa do nosso amplamente divulgado plano é lançar três mil bombas e mísseis sobre uma população relativamente indefesa logo nas primeiras horas da invasão, com o propósito de prejudicar e desmoralizar tanto a população que eles decidam trocar seu detestável líder, o qual, muito prova-

velmente, estará escondido em lugar seguro durante o bombardeio.

As armas da guerra devem diferenciar combatentes e não-combatentes. Um bombardeio aéreo de grandes proporções, mesmo executado com grande precisão, inevitavelmente resulta em efeitos colaterais.

O General Tomy Franks, Comandante das Forças Armadas Americanas no Golfo Pérsico, manifestou sua preocupação com o fato de muitos alvos militares estarem próximos a hospitais, escolas, mesquitas e moradias particulares. A violência tem de ser proporcional ao malefício que sofremos. Apesar de outros graves crimes de Saddam Hussein, as tentativas dos Estados Unidos para ligar o Iraque aos ataques terroristas de 11 de setembro não convenceram.

Os atacantes têm de ter autorização legítima, sancionada pela sociedade que eles professam representar. A aprovação pela votação unânime no Conselho de Segurança para que sejam eliminadas as armas de destruição em massa do Iraque ainda pode ser cumprida, mas nossas metas anunciadas agora são promover a mudança de regime, estabelecer uma Pax Americana na região, talvez ocupando um país etnicamente dividido por uma década. Para esses objetivos, não temos autorização internacional.

Outros membros do Conselho de Segurança até agora têm resistido à enorme pressão econômica e à influência política exercida por Washington, e estamos diante da possibilidade de não conseguir o número de votos necessários ou, então, sofrermos o voto da Rússia, França e China.

Embora a Turquia ainda esteja induzida a nos ajudar em troca de uma enorme recompensa financeira e o futuro controle parcial dos curdos e do petróleo no norte do Iraque, seu Parlamento democrático ao menos somou sua voz às expressões de preocupação do mundo inteiro.

A paz estabelecida pela guerra tem de representar uma melhoria nítida em relação ao que existe.

Embora existam perspectivas de paz e democracia no Iraque, é bem possível que o resultado de uma invasão militar seja a desestabilização da região e que uma invasão incite os terroristas a pôr ainda mais em risco nossa segurança doméstica. E também, por desafiar a esmagadora oposição mundial, os Estados Unidos abalarão a condição da ONU como uma instituição viável para a paz mundial.

O que dizer do prestígio dos Estados Unidos no mundo – prossegue Jimmy Carter – se não em empreendermos uma guerra depois de tal grande distribuição de forças militares na região? A solidariedade

e a amizade sinceras oferecidas aos Estados Unidos, após os atentados de 11 de setembro, mesmo vindas de regimes antes antagônicos, em grande parte se dissiparam. Políticas cada vez mais unilaterais e dominadoras levaram a confiança internacional no nosso país ao nível mais baixo de que se tem notícia.

A estatura americana certamente diminuirá se nos lançarmos numa guerra em flagrante desafio à ONU.

Mas, usar a presença e a ameaça de nosso poderio militar para obrigar o Iraque a cumprir as resoluções da ONU – tendo a guerra como uma última opção – isso melhorará nosso status como defensores da paz e da justiça.”

Senador Eduardo Siqueira Campos, veja, V. Ex^a, que o 39º Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, está aqui lançando um brado de alerta para a consciência de todos os norte-americanos, em especial ao próprio Presidente George Walker Bush. Esperamos que ele possa ser ouvido!

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é um homem engajado em causas humanitárias. É, sem dúvida alguma, um grande representante da paz, alguém que sempre levanta sua voz quando alguma injustiça se apresenta, seja no Timor Leste ou em qualquer outro canto. V. Ex^a aborda aqui nesta Casa sempre de forma emocionada, legítima e muito peculiar. Pretendi interrompê-lo apenas para lembrar, Senador Eduardo Suplicy, do papel importante que o Brasil tem na discussão dessa problemática, principalmente no que se refere à legitimidade em função de termos tido a grande atuação de Oswaldo Aranha, em 1949, quando da fundação da Organização das Nações Unidas, que ele chegou a presidir. O Líder Arthur Virgílio me lembrou que a comunidade de origem árabe e libanesa, no Estado de São Paulo, é maior do que os libaneses residentes na cidade de Beirute. Portanto, V. Ex^a está mais do que autorizado a tratar do assunto, como representante do Estado de São Paulo, um Senador que conhece bastante sua comunidade e também toda essa problemática internacional. A preocupação é de todos nós. Sem dúvida, em toda parte do mundo, estamos vendo nações se levantando, os povos, os estudantes, os segmentos organizados, a população como um todo se manifestando pela paz. Há esperança ain-

da. Eu apenas aduziria mais uma preocupação. Entendo que França, Rússia e Alemanha têm tido um papel de grande relevância. É a consciência antiguerra, a consciência em favor da paz. Mas eu gostaria de debater a preocupação com a atuação do Líder Saddam Hussein. É conhecida da todos a situação das minorias no Iraque – a minoria curda, a minoria xiita –, a questão dos direitos humanos, e o sofrimento imposto pela ditadura implacável de Saddam Hussein. O Brasil, por intermédio de nosso Presidente, assumiu uma posição importante ao se manifestar apropriadamente em favor da paz, assim como os Partidos que integram esta Casa e a Nação brasileira, mas o meu temor é que, dentro de toda essa discussão em favor da paz, o ditador Saddam Hussein acabe tendo justificados todos os seus atos criminosos praticados diariamente contra as minorias curdas, contra os xiitas, contra as mulheres e contra a liberdade de expressão no território iraquiano; temo os reflexos da sua presença em outros países no contexto e no agravamento da crise com Israel. A preocupação de todas as nações, inclusive da Nação brasileira, é que ele se esconda atrás dessa discussão e seja aclamado. Definitivamente, isso não pode nos afastar do intuito de perseguir a paz, mas deveríamos discutir não só a destruição dos mísseis, o desarmamento, mas também a observação dos direitos humanos dentro do Iraque. Não podemos esquecer dessa discussão nesta hora, em nome das minorias que V. Ex^a sempre representou tão bem. V. Ex^a hoje está com o seu Partido à frente do Governo brasileiro. Penso que é o momento para nós, Membros do PSDB, expressarmos a nossa solidariedade e o nosso total apoio à posição brasileira em favor da paz, manifestada pelo nosso Presidente da República, mas também é o momento de inserir nesse contexto esta preocupação de que o Brasil tenha legitimidade por sua destacada ação. Preocupamo-nos com a ONU. O que será da ONU se desautorizado o seu Conselho de Segurança; se os Estados Unidos cumprimem a promessa de agir mesmo sem a autorização do Conselho de Segurança? O que restará da ONU, que está sediada em território norte-americano e que precisa dos Estados Unidos como uma nação mais importante, se dela discordar nesse momento grave? Portanto, Senador Eduardo Suplicy, o discurso de V. Ex^a é muito importante, a leitura que V. Ex^a faz é a justiça e é importante destacar esse importante artigo de Paulo Coelho. Parabenizo V. Ex^a e espero que não fique apenas neste plenário a consequência de um pronunciamento tão importante em favor da paz neste momento de grande preocupa-

ção que a Nação brasileira vive, assim como a comunidade internacional. Parabéns.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Eu gostaria de refletir que tenho a convicção de que toda essa mobilização extraordinária que se dá no mundo poderá ser canalizada para persuadir o Presidente Saddam Hussein a democratizar seu país. Estimulando, inclusive, o povo do Iraque a pacificamente arrancar a democracia, promover a democracia, fortalecendo suas instituições, como nós mesmos fomos capazes de fazer no Brasil, o povo saindo às ruas, pedindo diretas já, e assim por diante. O povo brasileiro dá exemplos nessa direção. Por meios pacíficos, nós conseguimos. Não foi com violência que conseguimos reconquistar instituições democráticas, no Brasil. Se os Estados Unidos hoje desejam derrubar Saddam Hussein por considerá-lo um ditador, é preciso recordar que foram os Estados Unidos que fortaleceram Saddam Hussein porque queriam que ele, fortalecido, combatesse o aiatolá Khomeini, no Irã. Assim, houve ocasiões em que os governos americanos promoveram golpes militares: na Venezuela, na Guatemala, no Chile e no próprio Brasil, em 1964, ajudando-nos e apoioando-nos em um golpe militar, contribuindo para que tivéssemos longos anos sem efetiva democracia.

Podemos tentar persuadir o governo iraquiano de que suas instituições devem ser modificadas, que devem utilizar meios pacíficos e jamais ameaçarem sejam os curdos, sejam outros povos em qualquer lugar, que não seja ali um refúgio para terroristas estarem novamente atacando os Estados Unidos. E fomos solidários aos norte-americanos, atacados em 11 de setembro, há dois anos. Quero dizer que acreditamos que é possível, sim, agir por meios que não sejam os da violência.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a faz um belo discurso e eu o parabenizo por isso. O aparte do Senador Eduardo Siqueira Campos foi oportuno, veio carregado de bom-senso, de sensatez. E a tentativa de síntese que eu apresentaria seria de fato se dar mais tempo aos inspetores da ONU para que, com pressão internacional máxima, se possa influenciar os destinos, hoje tão infelizes, do povo iraquiano. Deploro Saddam Hussein, eu o tenho na conta de um ditador corrupto, abso-

lutamente inadequado para os tempos em que vivemos. Evidentemente, a contrapartida à ditadura dele não pode ser o unilateralismo que nos levaria à barbárie, que nos levaria à destruição da ordem jurídica internacional vigente. Tenho reparos a fazer à ação da ONU, mas prefiro alguma ONU a nenhuma ONU; tenho reparos a fazer a todo aquele arcabouço que herdamos de Bretton Woods, mas prefiro algum Bretton Woods a nenhum Bretton Woods. Portanto, creio que assiste razão a países como a França, a China, a Rússia, a Alemanha, quando se referem à Unidade do Brasil. E aqui não estamos discutindo mais quem é oposição internamente ao Brasil, isso ficou bem claro na reunião com o Ministro Celso Amorim; estamos todos numa posição só, que é a de prestigiar o Presidente Lula nesse momento em que ele precisa muita força da Nação brasileira para falar e maximizar a possibilidade de o Brasil influenciar as decisões que serão tomadas. Estamos todos querendo paz e, ao mesmo tempo, pedindo tranqüilidade, porque não temos como deixar deteriorar nossas relações com os Estados Unidos, até por razões econômicas; e olhamos a economia com realismo. V. Ex^a e eu o fazemos. Sabe-se muito bem que o justo é se andar por aí. Mas a idéia seria se manter – os países que estão pressionando nessa direção estão certos – pressão máxima para que as concessões sejam arrancadas de alguém que não faria nenhuma concessão se não houvesse pressão internacional sobre ele. Até mesmo esse cerco militar pode ter ajudado para que ele cedesse à ONU. O que se pede, em nome do bom-senso, lembrando a leitura do livro de Barbara Tuchman, **A marcha da insensatez – de Tróia ao Vietnã**, quando dirigentes, séculos após séculos, cometem equívocos, embarcando em viagens insensatas, Napoleão invadindo a Rússia no inverno; Hitler, muito tempo depois, invadindo a Rússia no inverno e cometendo o mesmo equívoco, com armas mais pesadas, e não faltaram conselheiros nem a um, nem a outro. O que se pede ao Presidente Bush e ao Primeiro-Ministro Tony Blair é que não enveredem por um caminho que pode ser sem volta, porque acenderá ainda mais forte o rancor entre a Coréia do Norte e os países que hoje compõem a aliança Estados Unidos e Inglaterra. Temos muito medo do que possa ocorrer com o recrudescimento das manifestações terroristas, refletidas na economia americana e na inglesa a partir da diminuição do fluxo de turistas para aqueles países. Tenho muita preocupação com a ONU e, sobretudo, absoluta certeza de que o pior serviço que poderia ser prestado por algum estadista – não sei se mereceria este nome até o final – neste momento seria dividir o

mundo entre aqueles defensores ou representantes da civilização judaico-cristã e aqueles outros defensores da civilização e da religião muçulmana. Seria terrível, seria o mesmo que plantarmos o ódio e colhermos as piores tempestades tendo em vista a negação da paz, o desrespeito aos direitos humanos. Portanto, finalizo este aparte, reforçando o sentimento de admiração que, há muitos anos, tenho por V. Ex^a e parabenizando-o novamente pela oportunidade do seu discurso. Digo que o resultado mais óbvio seria vermos aprofundada a crise econômica mundial, com reflexos brutais sobre os países de economia emergente, como é o caso do Brasil, com reflexos sem dúvida alguma graves até para os países do chamado Primeiro Mundo, a começar pelos Estados Unidos, que, após manobra monetária ou cambial, não conseguem sair da crise e ativar para valer a sua economia. Haverá também reflexos graves sobre o Japão que há mais de 10 anos hiberna, de maneira lamentável, já que é uma economia fundamental para gerar efeitos multiplicadores positivos sobre a nossa economia. O Japão hiberna sem conseguir sair da sua difícil situação: em um ano o crescimento é negativo; no outro ano, é tão ínfimo o crescimento positivo que nos dá a entender que, estatisticamente, está estagnado soci-almente e daqui a pouco estará sofrendo consequências terríveis. Esse é o apelo que faço, sabendo da modéstia da nossa voz e do peso restrito do nosso País na comunidade internacional. O papel de cada bem-te-vi, na hora de apagar o incêndio da floresta, é cumprir com o seu dever. Assim faço um apelo ao Presidente Bush e ao Presidente do Conselho de Ministros, Primeiro-Ministro Tony Blair, no sentido de que reflitam sobre esse problema, para que não tomem uma decisão insensata, qual seja, vencer militarmente uma guerra que poderá render-lhes muitas derrotas em outros campos, quando há o reforço à idéia da paz, o respeito à ONU e a pressão sem cessar sobre o ditador sanguinário do Iraque. Não seria esse o caminho para obter mais liberdade para o Iraque e, ao mesmo tempo, mais segurança para americanos e ingleses, bem como mais perspectivas de bonança econômica para o mundo, profundamente agastado, sofrido com tantas crises, umas atrás das outras. V. Ex^a trouxe, para uma tarde que parecia insossa no Senado, um tema importante, a partir do artigo de Paulo Coelho, artigo profundamente oportuno, acrescentando-lhe muitos dados como profundo conhecedor de política internacional que V. Ex^a é. Aqui venho, com a modéstia do meu aparte, dizer que devemos todos juntar nossos esforços e lutar pela paz, até mesmo se porventura ela for arranhada. Luta-se pela

paz até quando a guerra já começou. Tudo o que se pode fazer de humano e de justo agora é lutar para que a guerra não comece, porque imagino que essa guerra renderá a alguns a vitória do General Pirro e a outros uma derrota com consequências inimagináveis sobre a população civil. A vitória do General Pirro não é boa para os vencedores, e a derrota não é boa para quem perde. Rezo, portanto, para que o mundo encontre o caminho da paz por meio do diálogo no seu seio mais legítimo, que é perfeitamente compreensível, ou seja, o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Muito obrigado a V. Ex^a e parabéns pelo discurso.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Senador Suplicy, a Mesa, de maneira constrangida, lembra a V. Ex^a que o seu tempo já foi extrapolado há 11 minutos e seus colegas Senadores que irão sucedê-lo já reclamam o direito de uso da tribuna.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Gostaria apenas de agradecer o aparte do Senador Arthur Virgílio e dizer a S. Ex^a que suas palavras, assim como as do Senador Siqueira Campos e as de todos nós, têm peso sim. Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, fui procurado pela Embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak, que devo encontrar nesta semana, e também pelo Embaixador do Reino Unido. Encaminharei a S. Ex^as todos os pronunciamentos e inclusive os feitos por ocasião da presença do Ministro Celso Amorim. V. Ex^a e vários outros Senadores expressaram, naquela ocasião, o desejo de que sejam realizados todos os esforços para que haja paz.

Concordo com V. Ex^a e o Senador Siqueira Campos a respeito do esforço positivo que o Presidente Jacques Chirac, também o Presidente da China, assim como o Primeiro Ministro da Rússia e o Primeiro Ministro Gerhard Schroeder, da Alemanha, estão fazendo. É louvável a iniciativa do Presidente Jacques Chirac de ir à ONU para dizer não à atitude dos Estados Unidos de promoverem a guerra, o que levou o paraibano repentista João Dantas a dizer num poema:

Jacques Chirac sabendo
Os males que a guerra traz
Conclama bravo e loquaz
Que só a paz enobrece
Jacques Chirac merece
Ser Prêmio Nobel da Paz.

Está aí o que disse o repentista da Paraíba.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

***DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, QUE,
RETIRADO PELO ORADOR PARA
REVISÃO, SERÁ PUBLICADO OPORTU-
NAMENTE.***

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa, Senador Arthur Virgílio, de maneira muito especial, associa-se à manifestação justa dedicada nesta tarde ao nosso companheiro da Câmara Olivir Gabardo.

Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante. (Pausa.)

Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, em artigo publicado em edição do jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado: “Nem agressão nem captulação, Oposição”. O Senador Jorge Bornhausen colocou-se na posição de cobrar coerência do Governo Lula e do PT, além de deixar uma implícita crítica ao povo brasileiro e catarinense por não terem escolhido para dirigir os destinos do País e do nosso Estado aquele que ele, do alto da sua sabedoria, indicou.

Esqueceu S. Ex^a que o povo brasileiro decidiu provocar uma mudança profunda nos destinos do País, porque não suportava mais a extrema desigualdade social, a injustiça, a violência, a incompetência e principalmente o caos e a desesperança em que o País se encontra, depois de décadas de sucessivas gestões de sua corrente política.

Oposição é algo que precisa sempre ser contextualizado. Há a oposição feita por aqueles que não ocuparam o poder, que não estiveram no comando. E há a oposição dos que já o ocuparam, já estiveram lá. É absolutamente diferente, tem que ser obrigatoriamente diferente o comportamento de quem faz oposição sem nunca ter experimentado o poder e daqueles que ao longo de décadas – e eu acho que no Brasil nós podemos falar em séculos – estiveram sempre à frente do poder.

Então, quando alguém que nunca, na sua vida política, experimentou a oposição e por força das urnas é colocado na situação de oposição, ao se manifestar de forma pública, precisa levar em consideração que a crítica, a cobrança precisam sempre vir acompanhadas das devidas explicações, porque esteve respondendo pelo exercício do poder durante muito tempo. Por isso, eu estranhei. Não tive ainda a oportunidade de me manifestar. Estou fazendo hoje. Eu gostaria de, nesta tarde, deixar muito claro um exemplo inequívoco de quem, ao longo do último período, conduziu, esteve à frente, de um dos setores que está um caos.

Estão aqui algumas manchetes de jornais que eu recolhi: no **O Estado de S. Paulo** “Para especialistas só negociação evita o caos” no setor elétrico. Também no **O Estado de São Paulo**, “Crise histórica abate companhias do setor elétrico – dólar em alta e consumo em baixa dificultarão a quitação de débitos da ordem de oito bilhões de reais este ano”. Há ainda outra manchete “BNDES terá canseira para processar a AES”, que é a controladora da Eletropaulo.

“Pinguelli critica empresa e privatização”, na **Folha de S. Paulo**, e diz que um dos absurdos é que as empresas que investiram no setor elétrico, no processo de privatização, com dinheiro do BNDES, na sua grande maioria, especialmente as que têm matriz nos Estados Unidos, são todas com sede nos paraísos fiscais.

Na **Folha de S. Paulo**, há um outro artigo extremamente interessante, sob o título “Ex-Diretor não vê problema em dar assessoria”:

O ex-Presidente do BNDES, José Pio Borges, afirma que não se sente constrangido pelo fato de assessorar a AES, controladora da Eletropaulo, nas negociações para o pagamento da dívida com o BNDES, apesar de ter estado à frente do Banco quando a empresa contraiu o empréstimo.”

Então, no Governo anterior estava à frente do BNDES negociando o empréstimo com a AES; agora, está lá assessorando a AEF na sua negociação com o BNDES.

Luiz Pinguelli Rosa, o novo Presidente da Petrobras, diz em matéria extensa que o setor elétrico está uma confusão. Já o ex-Ministro de Fernando Henrique, Mendonça de Barros, em entrevista intitulada “Mendonça prega a estatização do setor elétrico”, afirma que privatizaram o setor elétrico e agora têm de reassumi-lo, pois há algo muito grave: não pagaram o que tomaram emprestado no BNDES.

Elio Gaspari, com sua sagacidade, disse de forma muito clara: "A privataria explodiu e querem culpar o Lula".

No **Estado de S. Paulo**, há um trecho que diz o seguinte:

A discussão mais acalorada da última semana girou em torno do setor de energia, onde a influência da cotação do dólar sobre o IGP-M tem permitido, pelo contrato das elétricas, reajustes de tarifas muito acima de outros índices de inflação. "O Consumidor não agüenta mais o aumento de tarifas", ataca o Deputado José Carlos Aleluia, do PFL da Bahia, um dos principais formuladores da legislação para o setor elétrico na Câmara, atualmente Líder do PFL.

Então, é este tipo de situação que não podemos admitir. Algo que não vamos admitir é ver o Senador Jorge Bornhausen e o Deputado Federal José Carlos Aleluia, Líderes do PFL no Senado e na Câmara, respectivamente, ambos hoje na Oposição, fazerem críticas e a cobrar como se não tivessem nenhuma responsabilidade pelo que aí está.

Por isso, eu gostaria de, neste pronunciamento, colocar as razões da profunda crise e do lamentável estado em que o Governo Lula encontrou o setor elétrico brasileiro, anteriormente um orgulho da engenharia nacional.

O modelo em vigor até o início da década passada era como uma calça usada, que, nos tempos em que era nova, havia servido muito bem ao seu dono, porém já estava surrada, com problemas e precisando ser substituída. O Governo passado, ao assumir, oito anos atrás, encontrou o setor elétrico como um modelo que apresentava muitos problemas e precisava ser substituído. O que fez o Governo Fernando Henrique, do PSDB e do PFL, ao longo destes últimos oito anos? Prometeu ao Brasil uma calça nova. Porém, espertamente, aproveitou-se da situação para entregar o patrimônio dos brasileiros para o capital estrangeiro. Contratou consultores de grife inglesa e desenhou um novo modelo, copiado do país de Margaret Thatcher. Porém, impulsionado por uma urgência incompreensível em privatizar o setor elétrico, em vez de implantar um novo desenho, passou a aplicar "remendos" na calça usada. Aplicou alguns pedaços de pano inglês sobre o surrado tecido original e procurou chamar a atenção pelo contraste entre o tecido original e os remendos aplicados. O tecido original não suportou os remendos e começou a se desestruturar. O Governo, em vez de tratar a questão

com a seriedade que o problema exigia, radicalizou nos remendos, aprofundou o improviso. Esta é a marca da gestão passada no setor elétrico brasileiro: **IMPROVISO**.

A crise do setor elétrico aprofundou-se gravemente a partir de 1995, quando se decidiu iniciar, apressadamente, o processo de privatizações. A única proposta do Governo FHC para o setor elétrico foi **entregá-lo ao capital privado**, mantendo uma fé cega de que o mercado se encarregaria de resolver todos os problemas, expandir os serviços e garantir baixas tarifas. **Instituir a competição no setor elétrico**: essa era a varinha mágica que, espontaneamente, sem planejamento, sem interferência do Governo, sem projeto de País, iria nos levar ao paraíso.

Para preparar o cenário e convencer a população de que o melhor a fazer era entregar o seu patrimônio para especuladores estrangeiros, a primeira coisa que o Governo fez foi sucatear o setor elétrico, não investindo mais. Os investimentos do setor, que, em 1980, eram da ordem de quase US\$14 bilhões/ano, foram reduzidos para US\$4,5 bilhões/ano em 1995 e para US\$6 bilhões/ano em 1998. Portanto, os investimentos por ano foram reduzidos para quase a metade no setor elétrico brasileiro, durante o Governo FHC.

Depois, utilizando o argumento de que o Estado não tinha competência para gerir o setor elétrico, iniciou as privatizações.

Primeiro foi a Escelsa, do Espírito Santo, em julho de 1995, seguida da Light, do Rio de Janeiro, em maio de 1996. Depois, em curto espaço de tempo, entregou 80% da distribuição e 20% da geração de energia ao capital privado.

A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – órgão responsável pela fiscalização e regulação do setor elétrico, foi criada pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, sendo que, até a real estruturação do órgão, muitos meses se passaram. Ou seja, primeiro se iniciou o processo de privatização e, depois, criou-se, já em andamento, no processo de privatização, a Aneel para regulamentar o setor elétrico.

Isso significa que iniciaram as privatizações e introduziram novos agentes privados no serviço de energia elétrica sem modificar as regras do setor. Até então, o setor elétrico era praticamente todo estatal. Por consequência, toda a legislação e regulamentação existente eram voltadas para um serviço público exercido por agentes públicos.

A partir de então, inicia-se uma fase interminável de improvisações, que trouxe gravíssimas conse-

quências para o setor e para a vida do País e do quotidiano das pessoas.

Vamos à marcha da irresponsabilidade e das improvisações.

Primeiro remendo: o órgão regulador e fiscalizador foi criado e estruturado muitos meses depois de iniciadas as privatizações. Nesse intervalo de tempo, os consumidores ficaram desprotegidos, e como não havia regras, as empresas comportaram-se como melhor coube a seus interesses. A margem de lucro da Ligth mais do que dobrou nos primeiros anos, passando de R\$8/MWh, em 1995, para R\$16,7/MWh, em 1997.

Segundo remendo: acreditando que o “mercado competitivo” iria se encarregar de fazer os investimentos e a necessária expansão do sistema, o Governo desmontou o planejamento determinativo, que trabalhava com horizontes de cinco, dez, quinze e vinte anos e era coordenado pela Eletrobrás, por meio do Grupo Coordenador do Planejamento do Sistema – GCPS – e criou, em dezembro de 1999, quatro anos depois de iniciadas as privatizações, um órgão caricato, o Comitê Coordenador do Planejamento de Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE -, cujo objetivo seria fazer um “planejamento indicativo”.

Porém, este órgão não teve a menor condição de planejar nada, pois não dispunha de informações básicas sobre o próprio sistema, sobre os mercados de energia e sobre as necessidades das populações. Empresas privadas não fornecem informações por considerá-las sigilosas e estratégicas de seu negócio.

O setor ficou “ao deus-dará”, sem planejamento, sem nortes e sem governo.

Terceiro remendo: dentro de sua fé cega de que o capital especulativo internacional e o mercado é que nos levariam ao paraíso, como já disse, procurou oferecer vantagens inconcebíveis, algumas até obscuras.

O setor elétrico se caracteriza por exigir elevados investimentos com retorno em longo prazo. Para atrair investidores é preciso ter regras claras e dar garantias de que estas regras não serão alteradas com facilidade. Como o setor vivia sob improviso constante, com órgão regulador em estruturação, as regras não eram nem claras e muito menos estáveis. Para atrair capital, só restou ao Governo oferecer garantias que chegaram às raias da obscenidade e cujas consequências estamos vivendo agora. Por exemplo: quebrando um dos pilares do Plano Real, o Governo aceitou estabelecer uma indexação das tarifas ao IGP-M, índice que sofre grande influência do dólar.

Hoje, para garantir os contratos, temos que conviver com aumentos insuportáveis de tarifas, que, praticamente, estão indexadas ao dólar.

Quarto remendo: ainda para atrair os investimentos, o Governo ofereceu financiamento por meio do BNDES, em condições altamente vantajosas. Condições que raramente foram oferecidas para o investidor nacional. Como garantias destes empréstimos, o BNDES aceitou ações das próprias empresas que estavam sendo privatizadas. Resultado: temos hoje uma situação em que a AES, empresa americana montada no início dos anos 90, com fins unicamente especulativos, que adquiriu a Eletropaulo, declarou-se em **default**, ou seja, já avisou que dará calote. Que situação se avizinha? Se formos apenas fazer cumprir os contratos, o BNDES terá que executar as garantias e “federalizar” a Eletropaulo, e, como as ações dessas empresas estão desvalorizadas, o **banco estatal** poderá amargar mais um grande prejuízo, um grande calote.

Quinto remendo: numa magistral orquestração entre Governo, capital especulativo, FMI, BIRD e BID, procurou-se calar os contrários e forjar uma unanimidade pró-privatizações. Calados os descontentes, e até mesmo os cautelosos, as empresas do setor elétrico foram entregues ao capital especulativo sem nenhum critério ou cuidado. Por exemplo: Eletropaulo e Light, distribuidoras que atuam dentre as regiões mais importantes do País, foram entregues a empresas controladas por matrizes instaladas em paraísos fiscais, como Ilhas Cayman, por exemplo. Hoje estamos vivendo as consequências, a Eletropaulo dando calote, e o BNDES com sérias dificuldades em cobrar garantias de empresas de paraísos fiscais.

Sexto remendo: num arroubo voluntário, decidiu, de uma hora para outra, mudar a matriz energética brasileira, introduzindo 20% de energia térmica, sendo que, até então, essa fonte tinha participação inferior a 4%. Imagina-se que uma alteração dessa envergadura exige estudos rigorosos. Afinal, não se trata de decidir se vamos de vermelho ou de amarelo; trata-se de impor uma ação com profundos impactos na vida econômica do País.

Porém, poucos foram os estudos, e o que interessava era atrair capital para investir em usinas a gás, para consumir o gás boliviano, outro imbróglio que não analisaremos aqui, mas que traz sérias consequências para a balança de pagamentos do Brasil. Criaram o PPT – Programa Prioritário de Termoeletricidade, propondo a construção de 54 ou 49, ou sabe-se lá quantas, usinas térmicas a gás, num prazo de dois anos. O improviso era tal que esqueceram de

perguntar se a indústria mundial estava preparada para dar conta de tal compromisso.

Dada a indefinição de regras, as dificuldades da indústria, o imbróglio do gás custeado em dólar e outros improvisos, o programa caminhava para retumbante fracasso. Para diminuir o fiasco, o Governo obrigou a estatal Petrobras a salvar o programa e arcar com o "mico" de construir algumas usinas térmicas, mesmo sem certeza de mercado para a energia gerada.

Sétimo remendo: durante anos, ignorou as análises e os avisos feitos por técnicos e estudiosos das empresas do próprio Operador Nacional do Sistema ONS, de universidades e de outros órgãos da sociedade de que o sistema estava para entrar em colapso. Que os reservatórios, que foram planejados para, se bem administrados, armazenar água suficiente para garantir o abastecimento das hidrelétricas por mais de dois anos, estavam sendo consumidos sem critérios e sem reposição. Essa situação poderia levar à crise de abastecimento.

O que fez o Governo? NADA!

Resultado: **RACIONAMENTO**, vergonha nacional. O País que se orgulhava de ter um dos melhores sistemas elétricos do mundo estava sob racionamento, por incompetência.

Oitavo remendo: aproveitando-se da consciência e do senso de dever dos brasileiros, o Governo, covardemente, traiu este povo, impondo-lhe pesados aumentos de tarifas, a título de cumprimento de contratos e, não satisfeito, criou um "seguro apagão", criou uma empresa estatal por medida provisória e assinou contratos draconianos e suspeitíssimos com algumas empresas para a construção de usinas térmicas, que, funcionando sem gerar energia, receberão verdadeiras fortunas para ficar **stand by**. Friso que há muito de suspeito nesses contratos. Por exemplo, foram assinados a partir de fevereiro de 2001, quando o próprio Governo já havia anunciado o fim do racionamento e apresentava estudos onde mostrava que estava totalmente afastada a possibilidade de novo racionamento até 2005.

Nono remendo: até mesmo as boas iniciativas do Governo foram conduzidas de forma incompetente ou com descaso. Por exemplo, o Governo propôs o Proinfa, programa para garantir que o Brasil vai aproveitar seu imenso potencial de gerar energia e dominar a tecnologia de fontes alternativas (o petróleo do futuro). Porém, por falta de real interesse ou para atender sabe-se lá que interesses, esse programa promissor foi mutilado, aqui no Congresso Nacional,

por integrantes da base de apoio do Governo. É importante ressaltar que o PT foi quem defendeu a boa proposta original do Governo.

Muito mais exemplos teríamos para deixar claras a incompetência e a irresponsabilidade criminosa do Governo passado com o setor elétrico. Porém, vamos nos deter por aqui. O importante é deixar claro que o Governo FHC deve muitas explicações para a atual e as futuras gerações de brasileiros. Afinal, além da irresponsabilidade, existem contratos e medidas suspeitíssimas que custaram, estão custando e custarão muito caro ao País durante muito tempo.

Por essa razão, não poderia me calar frente à situação. Eu trouxe à realidade o caso do setor elétrico porque é um dos exemplos de como o Governo Luiz Inácio Lula da Silva encontrou o País. Para reformular toda a política energética do Brasil, teremos de trabalhar muito, de nos esforçar por demais, de rever contratos, de rever o papel das agências reguladoras. Além disso, deveremos estar atentos a fim de investir no setor, sem o qual não há possibilidade de crescimento da economia. É um dos itens fundamentais de infra-estrutura, que foi absolutamente sucateado, estragado, desmontado pelo Governo anterior.

E quem esteve à frente desse setor? O PFL esteve à frente desse setor, no Ministério de Minas e Energia, e tem que responder por isso. Não pode vir à tribuna fazer críticas e cobranças como se nada tivesse a ver com tudo o que está acontecendo hoje, não só nesse setor, mas em muitos outros que necessitam de soluções e correções nossas para efetuarmos as mudanças tanto esperadas pelo Brasil e que foram alvo da esperança depositada nas urnas no ano de 2002.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, era o que eu gostaria de deixar nesta manifestação de hoje, dando apenas um único exemplo. Penso que valeria a pena fazer essa retrospectiva sobre os inúmeros setores da economia, dos setores de políticas essenciais para o desenvolvimento do nosso País, mas o setor elétrico, indiscutivelmente, é um dos piores exemplos de desgoverno e de improvisação já feitos para com o Brasil. Então, eu gostaria de deixar registrada a minha indignação com aqueles que querem fazer a oposição fácil, como se nada tivessem a ver com o que está acontecendo hoje no nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sras e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras – já que este pronunciamento é transmitido pela **TV Senado**, o que me traz aqui, sobretudo, é o livro de Deus, que nos ensinou: “Alegrai-vos e exultai-vos nos momentos de felicidade e chorai nos momentos de tristeza”.

Quis Deus que esta sessão fosse presidida pelo ilustre Senador da República pelo Piauí, Heráclito Fortes. Acredito muito no Piauí, porque aprendi de um filósofo, Sófocles, o seguinte: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é, sem dúvida, o ser humano”. E estamos aqui para homenagear aquilo que o Piauí tem de melhor e que o torna o mais grandioso e rico Estado deste Brasil grande: a gente. Esse Estado teve o maior dos brasileiros, porém desconhecido a nossa história é pouco conhecida: Simplício Dias da Silva, colega de Simón Bolívar, que teve a coragem de fazer uma batalha sangrenta para expulsar os portugueses do norte do Estado, que queriam fazer um novo País. Carlos Castelo Branco*, o mais brilhante de todos os jornalistas. Evandro Lins e Silva, o nosso jurista, que escreveu as mais belas páginas de justiça neste País, leu com certeza o que disse Cristo: “bem aventurados os que têm fome e sede de justiça”. E o maior dos Ministros de Planejamento deste País, João Paulo dos Reis Velloso, fez o primeiro e o segundo PNDS deste País.

Viemos lamentar a morte de outro homem dessa seleção: Constantino Pereira de Sousa, que morreu no carnaval. Ele é para nós o que Ulysses Guimarães é para o PMDB do Brasil. Constantino Pereira de Sousa é o nosso Ulysses do Piauí. Tão importante para a democracia foi Ulysses no Brasil, como Constantino Pereira foi para a democracia do Piauí. Ex-Prefeito, ex-Deputado Estadual e ex-Presidente do PMDB, perdeu as eleições para o Governo do Estado para Petrônio Portella, o grandioso brasileiro que presidiu por duas vezes este Senado. Esse brasileiro foi um dos artífices da redemocratização deste País.

Constantino Pereira era valoroso homem público. Deus permitiu-me ouvir, há pouco tempo, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, na sua cidade São João do Piauí, quando, por falecimento de sua esposa, o ensinamento de amor e o exemplo de família. Como está escrito no livro de Deus: “Árvore boa dá bons frutos”. Todos os filhos são bons frutos.

Quis Deus eu ter de confessar que não votei no Senador Heráclito Fortes, mas S. Ex^a merece e foi consagrado. Votei no filho do Constantino Pereira, que também foi candidato ao Senado da República e pertencia a um dos nossos Partidos coligados, o PDT. Esse fato veio a valorizar, Sr. Presidente, a nossa vitória. Entre os dez que concorreram conosco estava o hoje Vereador Pedro Laurentino, de quem fui eleitor.

Senador Amir Lando, V. Ex^a iguala-se à Rui Barbosa, por ser jurista. Mas, se analisarmos a vida de Rui Barbosa, o mais belo pronunciamento de S. Ex^a foi uma homenagem que fez a Marquês de Pombal, cem anos depois de ter falecido. Esse é o motivo de buscarmos nos mortos o exemplo para construirmos uma vida melhor. Esse é o nosso entendimento de fazer política.

Rui Barbosa, cem anos depois da morte do Marquês do Pombal, prestava-lhe, nesta Casa, uma homenagem, escolhida como o mais belo discurso. Se se consultarem os títulos da oratória, os historiadores escolheram esse discurso. Rui Barbosa viu um exemplo naquele homem, o Primeiro-Ministro de Portugal, o primeiro da Europa que libertou os escravos, o primeiro europeu que valorizou a escola pública gratuita e que teve coragem de desmembrar o poderio da Igreja dos jesuítas do governo. Portugal de sua época tinha dois milhões de habitantes, 10% eram ligados à Igreja, que vivia à custa do Governo. Por isso, houve essa homenagem de Rui Barbosa.

Justifico, assim, a minha homenagem a Constantino Pereira. Já que me referi a Rui Barbosa e Marquês de Pombal, iria mais adiante e retrocederia ao mundo, lembrando a velha Atenas, numa época em que um filósofo andava, durante toda a noite, com uma lanterna acesa – Diógenes. Durante a noite, ele acendia a lanterna e andava nas ruas de Atenas. Quando lhe indagaram o que tanto procurava, Diógenes disse: “Um homem de vergonha”. É esse homem de vergonha que trago, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, com palavras em forma de reza e de oração.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Mão Santa, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ouço o aparte, que enriquece o meu pronunciamento, do nosso grande jurista, Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Mão Santa, V. Ex^a assim é conhecido pelos feitos e pela ação não apenas política, mas sobretudo profissional. Na política, procurou ser aquilo que foi na vida privada: transparente, benfeitor. Hoje, V. Ex^a ren-

de essa homenagem justa a uma figura imensa, grandiosa, que merece ser ressaltada na tribuna do Senado, Constantino Pereira, por todos os seus méritos, por tudo o que representa como exemplo, como figura emblemática para a sociedade do Piauí e para o Brasil. Temos de saber respeitar, saudar, cantar em verso e em prosa as figuras da nossa história. Não podemos nos dobrar, muitas vezes, à inveja e não sabermos louvar nos outros os valores que devem servir de luz para iluminar as gerações futuras. E V. Ex^a, com humildade, hoje, nesta tribuna, faz essa homenagem à história, aos heróis, às pessoas que, por suas ações, não se sepultam com os ossos, mas sobrevivem na memória; não ficam dentro do ataúde nem do mármore, mas saem do sepulcro e escrevem seus nomes na história. Parabéns a V. Ex^a, que teve a lucidez de trazer para este Senado um pouco da história do Piauí. Não poderia deixar de lembrar da generosidade de V. Ex^a ao fazer uma referência a Rui Barbosa e ao jurista, que não sou, o que é uma lisonja. Tenho a responsabilidade de estudar muito ainda com Rui e com tantos outros mestres do Direito, porque vejo que a justiça, como disse Aristóteles, deve ser a base da sociedade, e o processo deve ser a realização da justiça. Por isso, a minha devoção ao Direito, profissão que escolhi na tenra juventude e que professei durante grande parte da minha vida. Não diria, como Jose Eustáquio de La Rivera, em seu personagem: "Eu nasci caucheiro, caucheiro hei de morrer". Não nasci advogado, mas me formei advogado. Mais do que Senador, do que homem público, advogado hei de morrer.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço, Senador, e pediria ao Presidente para incorporar, nestas nossas palavras, as sábias palavras do jurista e Senador Amir Lando.

Esta homenagem é justa, porque nosso homenageado chegou a exercer a função de rábula. Era advogado prático e respeitado, e o seu último embate político foi contra Petrônio Portella, dois gigantes. Não havia Davi contra Golias. Eram dois Davis, cada um com a sua destinação. E quero lhe dizer que ele perdeu para Petrônio, mas não tombou; ele enfrentou a ditadura, levantou a bandeira do PMDB nos momentos mais difíceis da história, e nós somos o resultado, e estamos aqui representando o nosso Partido.

Então nos inspira o sentimento da gratidão, que é a mãe de todas as virtudes. Que nossas palavras cheguem aos céus e a Deus como uma oração do povo do Piauí, para que receba Constantino Pereira de Sousa como um dos filhos mais justos do meu Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Na qualidade de Presidente desta sessão, como piauiense e ex-correligionário de Constantino Pereira, associo-me ao pronunciamento do Senador Mão Santa, dando também aqui meu testemunho pela luta e, acima de tudo, pelo exemplo que deixa Constantino Pereira como político do Estado do Piauí.

Como muito bem lembrou V. Ex^a, depois de exercer alguns mandatos parlamentares e de ter sido Prefeito da sua cidade, Constantino Pereira aceitou o desafio de entrar numa candidatura que, como disse bem V. Ex^a, comparando-o ao Deputado Ulysses Guimarães, para o Piauí representou a anticandidatura. Com alcunha de "Chapéu de Couro", ele percorreu o Estado do Piauí defendendo a tese das oposições. Perdeu a eleição, mas deixou um marco decisivo na história política do Estado.

Associo-me, também, aos cumprimentos de pesar que V. Ex^a envia a seu filho, Pedro Laurentino. Também elenco nessas homenagens o Dr. José Reis Pereira, ex-Deputado Estadual e várias vezes Secretário de Estado do Piauí.

Fica aqui o meu registro de pesar por esse triste ocorrido no Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho à tribuna desta Casa, nesta tarde, para falar da preocupação de todos nós nordestinos com a situação enfrentada por nossa região.

Ainda não temos uma definição do regime de inverno. Ainda não há chuvas suficientes para tranquilizar nosso agricultor. Se não chove, não temos aqueles programas permanentes relacionados à convivência com a seca, programas que sempre foram nossa esperança de se constituir uma saída para o semi-árido nordestino. Desde 1930, com a criação do Denocs – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca –, tentamos uma solução que não seja paliativa. Na verdade, não se trata de combater a seca, mas de conviver com ela. É claro, não existe possibilidade de acabar com a seca.

Hoje ainda não temos o inverno, as chuvas abençoadas, nem temos, por outro lado, uma ação que venha trazer uma certa tranquilidade aos lares nordestinos.

Temos paliativos, soluções como sempre emergenciais, que, ao longo do tempo, foram sendo trazidas para o Nordeste, como as frentes de emergência, as chamadas frentes de trabalho, que nada deixaram de produtivo, de consolidado em nossa região. Mas até mesmo as soluções consideradas paliativas – e V. Ex^a conhece muito bem essa realidade, porque o Piauí também tem uma parte de seu território encravada no semi-árido –, até mesmo elas estão sendo deixadas de lado. Esses programas estão sofrendo a ameaça de serem desativados. É o caso da chamada Bolsa-Renda, programa que fornece R\$30 às famílias que estejam em região considerada em estado de emergência ou calamidade.

Pois bem, até mesmo esse recurso, dizem que irá acabar no mês de abril. A suspensão desse benefício significará, somente para o meu Estado, o Rio Grande do Norte, o não pagamento a 113.501 famílias de 70 municípios. No Nordeste, de acordo com esse programa criado no Governo do Presidente Fernando Henrique, já foram pagas, durante sete meses, até fevereiro de 2002, 6.681.706 bolsas a famílias nordestinas.

Portanto, eu gostaria de pedir cautela na desativação do Programa Bolsa-Renda. O Nordeste não está precisando somente do Bolsa-Renda. Eu gostaria de estar pedindo aqui, claro, a continuidade do Pró-Água, do Prodetur, de tantos programas desenvolvimentistas que emprestam ao Nordeste uma nova face, possibilitando que seus Estados possam se apresentar de uma forma diferente diante desta Nação.

O Prodetur está para ser definido na sua segunda fase. Não tem nada a ver com a seca e, na verdade, tem porque, embora seja de turismo, o programa traz desenvolvimento às cidades litorâneas do Nordeste, evitando o colapso da nossa economia.

Já o Pró-Áqua é um programa que construiu dezenas, centenas de barragens em colaboração com os governos estaduais. Posso dar o testemunho do meu Estado. Construímos mais de mil quilômetros de rede de adutoras. Mas sei que ainda há pessoas que, apesar de tudo isso, está precisando do Bolsa-Renda, ou seja, dos trinta reais por mês.

Então, que não negue essa ajuda a essas famílias, enquanto, pelo menos, não se defina a situação de inverno na nossa região.

É isto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que gostaria de deixar registrado nesta oportunidade: o clamor dessas pessoas, dessas famílias, que não têm outra oportunidade senão esta. Voltarei a esta tribuna, não para pedir trinta reais para as famílias do Nordeste, mas para pedir emprego, trabalho e recursos, porque a nossa região não é apenas essa que

estende os braços com o pires na mão. Ela é uma região que tem condições de desenvolver e de oferecer novas perspectivas aos seus filhos e ao nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Com a palavra o Senador José Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT SE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não era minha intenção, na tarde de hoje, fazer uso da tribuna. Porém, surpreendido positivamente pelo pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, a quem pretendia apartear, mas, diante da falta de tempo e conclusão daquele pronunciamento, estive impossibilitado de fazê-lo.

Todavia, aproveito a oportunidade, por entender ser o momento por que passam as nações muito grave, para, retomando aquele tema por S. Ex^a abordado, o da iminente guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, vir à tribuna e, em primeiro lugar, fazer a leitura de artigo publicado no jornal da cidade lá do meu Estado, Sergipe, de autoria do grande jornalista Luiz Eduardo Costa, que poderia ser evidentemente articulista de qualquer órgão da Imprensa brasileira – faço questão de dizer neste instante que ele nos orgulha muito e ao nosso Estado pela sua inteligência, pela sua clarividência.

O artigo que está sob o título: “A mão caridosa do benemérito W. Bush”.

George W. Bush está realmente muito preocupado com a sorte dos infelizes iraquianos submetidos à brutal ditadura de Saddam Hussein. Ele tem um olhar piedoso, dirigido sobre as crianças famintas do Iraque; vê, contristado, os opositores de Saddam sendo torturados e se preocupa demasiadamente, quase não consegue dormir, pensando na ausência de democracia, nos direitos humanos constantemente espezinhados pela brutal ditadura iraquiana. Bush reza contrito todos os dias pelas almas dos curdos que tiveram torrados os seus pulmões, atingidos pelos gases tóxicos que os Estados Unidos e a Inglaterra forneceram a Saddam nos anos oitenta.

George W. Bush, esse moderno e civilizado cavaleiro andante, disposto a lutar

pelo bem contra o mal, pelo direito contra a força, pela justiça contra a opressão, pela paz contra a guerra, está anunciando que vai libertar o Iraque. Vai levar ao Iraque democracia, direitos humanos, paz, prosperidade e vai dar também ao povo iraquiano comida, remédio e, se possível, até Coca-Cola e hambúrgueres.

Bush, o Bom, é a própria encarnação dos elevados propósitos, das mais enternecedoras e comoventes manifestações de humanitarismo, de solidariedade.

Bush, o crente piedoso que freqüenta todos os domingos a sua igreja, está horrorizado com a selvageria de um bárbaro que tiraniza o Iraque.

Bush, o justo, torna-se também o justiciero, a mão do Ocidente Cristão, civilizado, livre e democrático que vai cair sobre um assassino, torturador, tirano que ameaça a estabilidade e a paz mundial com poderosas armas de destruição em massa.

A mão de Bush vai cair sobre o Iraque com a força arrasadora de milhões de mísseis e bombas inteligentes, algumas com dez toneladas, que, quando não matam diretamente pela explosão, consomem num raio de dois quilômetros o oxigênio e extinguem pelo sufocamento toda forma de vida. Essas bombas cairão sobre as cidades onde vivem pessoas, gente os iraquianos são gente, seres humanos. Lá existem crianças.

W. Bush tem a seu dispor mais de cem bilhões de dólares para gastar só nessa peleja redentora, além dos quatrocentos bilhões de dólares que os Estados Unidos, pátria do Bem, da Justiça e da Liberdade gastam todo ano para construir aviões, bombas, sempre mais bombas, navios, tanques, canhões, toda a terrível parafernália guerreira necessária para garantir a liberdade, democracia e a justiça no mundo.

Bush quer deixar o mundo mais seguro depois que Saddam for eliminado e destruídas suas armas terríveis. Feito isso, os Estados Unidos continuarão mantendo o seu pacífico arsenal, que tem o equivalente a três toneladas de explosivos sobre a cabeça de cada ser humano.

São dezoito bilhões de toneladas entre bombas atômicas e explosivos convencionais, suficientes para o extermínio de toda a vida no planeta e para transformá-lo num globo sem ar, sem água, com terras calcinadas, um perigoso e desolado corpo celeste, morto, espalhando pelo espaço mortífera radiação.

W. Bush, o Bom, pode destruir Saddam, pode destruir até o mundo se ele quiser, mas não consegue enviar comida e remédios para os três bilhões de miseráveis, metade da população mundial, que morrem de fome e de doenças. W. Bush, o Bom, pode ocupar o Iraque, riscar do mapa a milenária Bagdad, mas não conseguiu elevar do patamar de pobreza, os vinte milhões de patrícios seus, norte-americanos, que até passam fome.

Para remover o ditador impiedoso, Bush, ou Bushitler, se preferem, instala seus exércitos nos Emirados Árabes que continuam governados por tiranos, saqueadores, torturadores, assassinos e corruptos, como Saddam, mas que já permitiram que todas as suas reservas de petróleo fossem controladas por empresas norte-americanas.

Enquanto o dia da libertação do Iraque não chega, Bush dá sinal verde para que seus próprios torturadores caiam sobre milhares de prisioneiros que estão em campos de concentração, em Guantánamo, terra roubada de Cuba, no Afeganistão ocupado, onde, apesar de ter derrotado os Talibãs, W. Bushitler ainda não levou a sua liberdade, a sua democracia, ou sequer, simples comida.

Minhas homenagens ao grande jornalista Luiz Eduardo Costa, conterrâneo nosso do Estado de Sergipe. Ele produziu uma beleza de artigo, traçado, em sua parte inicial, com esplêndida ironia que mostra o desejo que tem pela guerra, pela carnificina, aquele homem que se torna um referencial daquilo que foi o Sr. Adolf Hitler. O jornalista faz a combinação dos nomes dessas duas personalidades que, do primeiro, a História já registrou e começa a registrar do segundo como grandes causadores de males para a humanidade.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, como se vê, não há nenhum interesse em desarmamento. A Organização das Nações Unidas, até o momento, não identificou o arsenal com o perfil caracterizado

pelos Estados Unidos. Não há -quanta enganação! – nenhum interesse de libertação do povo palestino. Não há nenhuma preocupação com direitos humanos. Na expressão e no raciocínio genial de um baiano que outro dia fez uma declaração divulgada pela **Rede Globo**, no **Jornal Nacional**, o que há na verdade é a tentativa da prática de latrocínio, aquele crime tipificado pelo nosso Código Penal Brasileiro que sintetiza a vontade de matar para roubar. Não é outra coisa, Sr. Presidente, Sr^as. e Srs. Senadores, e é preciso que não apenas a França, a Alemanha, a Rússia, a China, mas todas as nações deste Planeta se levantem contra a possibilidade concreta dessa atrocidade. É preciso que as outras nações não cometam o mesmo pecado que cometem os próprios Estados Unidos, a França, a Inglaterra e outros países europeus quando Hitler, em 1939, no início da Segunda Guerra Mundial, anexou, sob olhares complacentes e coniventes da então União Soviética e diante da omissão de países europeus, como me referi, e depois da Áustria veio a Polônia, a Iugoslávia e tantos e tantos outros países.

Já tivemos recentemente o Afeganistão e estamos na iminência de ver o Iraque. E depois do Iraque? A Coréia do Norte, o Irã e tantos outros países. Se as nações não impuserem um freio nessa vontade tresloucada desse presidente que é a voz do mal, a voz das trevas – e, o mais grave, se apresentando hoje com um discurso messiânico, profético –, se não lhe impuserem um freio, mais tarde, sob alegação de “proteção” do povo americano, poderá dizer que a tríplice fronteira na América do Sul representa insegurança ao povo americano do norte ou quem sabe até que os conflitos verificados hoje na Colômbia, envolvendo área da Amazônia Legal, também representem insegurança para o povo norte-americano, ele então, também se arvorando de xerife do mundo, poderá mandar para aqui as suas forças e as suas bombas. E saberemos, porque já sabemos de antemão, que os objetivos são outros.

Extremamente oportuno, mais uma vez, o pronunciamento do companheiro Senador Eduardo Suplicy. Compareço a este plenário a fim de me somar às preocupações de S. Ex^a, porque, tenho certeza, são preocupações não apenas desta Casa, do Congresso Nacional, do Governo brasileiro, da Nação brasileira, mas de várias outras nações. Precisamos todos, de forma mais incisiva e direta, expressar à opinião pública nacional e mundial nossa repulsa a essa tentativa de destruição de mais um povo com o objetivo exclusivo de se apoderar das riquezas da-

quele país. Precisamos estabelecer essa consciência universal.

Em dezembro de 1948, o Brasil, ao lado de mais 51 nações, assinou a Declaração Universal de Direitos do Homem. É preciso que essas nações signatárias façam, de forma eloquente e altiva, a defesa da paz como primado, como fundamento, como condição **sine qua non** para a vida das civilizações, para a vida dos povos. Portanto, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, esta também é a minha preocupação. É a preocupação que todos nós devemos ter, e que ela seja expressa a cada instante neste País e nas diversas outras nações, para – quem sabe? –, com a esperança que sempre nos acompanha, com a fé que nós trazemos, até pela nossa condição de cristão católico, ver frear este impulso criminoso, bélico, do Governo americano, mesmo tendo a sua nação se manifestado de forma contrária, de partir para a guerra, para a destruição de civilizações.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octavio.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR PAULO OCTAVIO, QUE,
RETIRADO PELO ORADOR PARA
REVISÃO, SERÁ PUBLICADO OPORTU-
NAMENTE.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Roberto Saturnino.

É lido o seguinte:

Ofício Presi-2003/743, do Banco Central do Brasil, encaminhando o Balanço Patrimonial em 31-12-2002 e a Demonstração do Resultado do Banco Central referente ao 2º semestre de 2002, acompanhados das respectivas notas explicativas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 2º, inciso III; “a”, da Resolução nº 1, de 2001-CN.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Roberto Saturnino.

É lido o seguinte:

OF. Nº 0183/02 – CPMI-ROUBO DE CARGAS

Brasília – DF, 11 de dezembro de 2002

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de “Apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de Transportes Rodoviários, Ferroviários e Aquaviários, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas”, comunico a Vossa Excelência que esta CPMI, concluiu seus trabalhos em reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2002, com a aprovação do relatório final por unanimidade.

Nesta oportunidade encaminho o relatório final para as providências de praxe.

Atenciosamente, – Senador **Romeu Tuma**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – O Relatório Final nº 1, de 2003-CN (*), apresentado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, será publicado em Suplemento ao **Diário do Senado Federal** e terá exemplares encaminhados às autoridades competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Roberto Saturnino.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2003

Solicita ao Ministro da Justiça informações sobre laudo financeiro da Polícia Federal sobre contas bancárias no exterior.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e de acordo com o art. 217 do Regimento Interno, seja solicitada ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Justiça, cópia, na íntegra do Laudo 675/02-DPF/INC do Instituto Nacional de Criminalista a que faz referência à revista IstoÉ, em sua edição nº 1.741, de 12 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, 10 de março de 2003. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, PSB – AC.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.

(*) Publicado em suplemento à presente edição

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, serei rápido. Quero apenas deixar registrado nos Anais da Casa o pronunciamento que escrevi no dia de hoje. Faço a sustentação de dois projetos de minha autoria que encaminhei à Mesa. Um deles prevê a alteração do art. 37, da Lei 8.245/91, estabelecendo que o locador só pode exigir do locatário, como garantia, caução ou fiança locatícia.

Resumo a minha sustentação, Sr. Presidente. É comum um grande constrangimento de um cidadão em relação ao outro no momento em que um pede ao outro para ser avalista. Para evitar esse constrangimento, que infelizmente pode levar o amigo a pagar parte da dívida não paga para aquele que pediu o favor, estamos encaminhando à Mesa o projeto. Já havia encaminhado à Mesa da Câmara dos Deputados projeto do mesmo teor o qual já havia sido aprovado em duas comissões. Mas, como vim para o Senado, ele acabou sendo arquivado. A minha intenção ao reapresentá-lo nesta Casa é evitar o constrangimento de o avalista perder o seu bem próprio, tendo prejuízo ao pagar uma dívida que não contraiu.

O outro projeto segue a mesma linha. Refere-se também ao cidadão que paga aluguel. Está comprovado que 70% do povo brasileiro não tem moradia própria e depende do aluguel. Neste outro projeto, estou garantindo que as taxas, impostos, IPTU, prêmio-seguro sejam pagos pelo dono do imóvel e não por quem está alugando o imóvel. Eu, por exemplo, graças a Deus, tenho casa própria. Não seria, no meu entendimento, justo, pensando em solidariedade e distribuição de renda, que o cidadão que pode ter uma, duas, três casas ou quatro, cinco apartamentos ainda transfira o pagamento desses valores para aquele que não tem imóvel e precisa pagar aluguel.

Se esse projeto for aprovado, o cidadão terá que pagar o aluguel, mas o proprietário pagará as taxas, o IPTU, o seguro e não poderá transferir esse pagamento para quem não tem nenhum imóvel.

Como já citei em minha primeira argumentação, Sr. Presidente, apresentei também este projeto na Câmara e estava bem encaminhado depois de um longo debate com a sociedade brasileira. Infelizmente foi arquivado porque vim para o Senado este ano. Entendo, Sr. Presidente, que o segundo projeto, na minha avaliação, chega a ser mais relevante, mais importante que o primeiro. No primeiro caso, há escolha: o cidadão pode querer ou não ser avalista. Mas no segundo não há escolha, é generoso e solidário, não permitindo que aquele que nada tem pague o seguro ou o IPTU do imóvel de um terceiro.

São esses os dois projetos.

Espero ter, na Casa, apoio para ambos, já que entendo que os dois vêm fazer justiça. O primeiro visa a impedir que alguém pague uma dívida que não contraiu; o segundo visa a que os pagamentos que se refiram à conservação do imóvel, como o IPTU, por exemplo, sejam de responsabilidade do dono do imóvel.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância.

O Sr. Paulo Octavio (PFL – DF) – V. Ex^a me permite um aparte, apesar de V. Ex^a já ter concluído?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo-o a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Octavio (PFL – DF) – Eu só gostaria de tecer uma consideração, nobre Senador Paulo Paim. O Brasil tem um déficit habitacional enorme, como V. Ex^a sabe, superior a 10 milhões de habitações. Infelizmente, no Brasil, diferentemente de outros países, os investidores não fazem investimento em casas ou apartamentos. Por quê? Porque existe uma lei do inquilinato que protege demais o inquilino. Hoje, os proprietários que alugam geralmente são aposentados, viúvos, pessoas que construíram um bem com o passar do tempo. Não vejo nenhuma justiça em fazer com que o IPTU seja pago pelo proprietário, se quem está utilizando o imóvel é o inquilino. Hoje, no Brasil, há uma carência enorme de imóveis para alugar, porque falta opção de investimento. As pessoas preferem investir em poupança, em ações, no mercado financeiro e em dólar do que investir em imóveis. Esse projeto de V. Ex^a, no meu entendimento, vem dificultar ainda mais o mercado imobiliário e fará justamente com que as pessoas que poderiam investir no mercado para ter uma renda futura optem por outro tipo de investimento. Esse projeto não vem em boa hora, no momento em que o Brasil precisa urgentemente resgatar um déficit de moradia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Octavio, fomos Deputados no mesmo período na Casa ao lado. V. Ex^a sabe que respeito muito suas posições. Considero legítimo que V. Ex^a, na sua argumentação, faça a defesa daquele que tenha até cem imóveis e possa alugá-los, mas também considero legítimo que eu faça a defesa daquele que nada tem. Neste País, V. Ex^a sabe muito bem – repeti inúmeras vezes esses dados da tribuna – mais de cem milhões de pessoas recebem em torno de um salário mínimo. Talvez, Deputado Paulo Octavio, eu esteja preocupado com esses 100 milhões de brasileiros que nada têm, mas V. Ex^a também está preocupado com o mercado imobiliário. Não discordo, considero correto que haja mais investimentos para que eles possam cons-

truir e alugar mais. V. Ex^a cumpre um papel fundamental ao fazer essa defesa, mas este humilde Senador também cumpre um papel importante ao querer que aquele que nada tem não pague as taxas, os tributos que seriam daquele que é o dono do imóvel. Faremos esse debate com muita tranquilidade, na Comissão de Assuntos Econômicos, no momento adequado. Entendo que V. Ex^a tenha uma visão da questão – o que respeito – mas tenho outra visão, que vai na linha de atender àquele que não consegui sequer ter um imóvel. Eu, por exemplo, sentir-me-ia muito gratificado se, tendo meia dúzia de imóveis, eu pagasse o IPTU referente a todos eles e permitisse que aquele que nada tem não pagasse um tributo que, por justiça, no meu entendimento, já que sou proprietário, eu deveria pagar.

Eu tenho um argumento em seu favor, importante, que recebi, e considerei, em uma oportunidade. Alguém me disse que, neste País, quem paga tributo não é o empresário, que acaba transferindo o imposto para o preço final, mas o inquilino.

Procuro uma forma de fazer com que este argumento não prevaleça. Pretendo que, de uma forma ou outra, não esteja embutido no preço final o correspondente ao IPTU ou mesmo o seguro contra incêndio, porque no mercado, aí sim, a disputa fará com que aquele que tem muitos imóveis não seja beneficiado em detrimento daquele que nada tem.

O Sr. Paulo Otavio (PFL – DF) – Somos ambos humildes Senadores, até porque estamos começando nossos mandatos agora. Certamente, este é um assunto palpitante e o debateremos oportunamente na Comissão de Assuntos Econômicos, com os dados, pois será importante levantarmos o quadro do mercado brasileiro, do que existe em oferta de locações e quem são, efetivamente, os grandes proprietários de imóveis, apartamentos ou casas, para locação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a, como sei, é um especialista, um estudioso na área, e eu o respeito. Faço questão, e sempre tive o ponto de vista de que devemos ter pessoas que contribuam para esse debate.

V. Ex^a é um investidor positivo, e quero cumprimentá-lo por isso, pois está gerando empregos. Conheço muitos trabalhadores dessa área e conheço, também, a sua forma de atuar. Estou sendo muito honesto aqui. Inclusive, elogio a postura de V. Ex^a de fazer esse debate claramente, como neste momento. Tenho certeza de que nós haveremos de construir uma proposta intermediária que atenda a ambas as

partes, porque sei da minha boa vontade e da de V. Ex^a também.

O Sr. Paulo Octavio (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador. Fico feliz com essa abertura para o debate sobre um projeto tão importante como o que V. Ex^a agora apresenta. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Romero Jucá e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, o Centro-Oeste é uma região de extraordinária riqueza, dotada de um notável potencial de desenvolvimento e bem caracterizada por peculiaridades que a distinguem das demais regiões brasileiras.

Ao longo das últimas quatro décadas, a decisão do Presidente Juscelino Kubitscheck de transferir a Capital da República para o Centro-Oeste visando a interiorizar o desenvolvimento nacional mostrou-se absolutamente acertada. A região correspondeu plenamente ao estímulo recebido, multiplicando em muitas vezes sua produção agropecuária, iniciando seu processo de industrialização, dando partida à exploração de suas notáveis potencialidades no campo do turismo, especialmente o ecoturismo.

Hoje, podemos tranquilamente afirmar que, levando-se em consideração o espetacular potencial de desenvolvimento do Centro-Oeste, garantir as condições necessárias ao pleno aproveitamento desse potencial é medida que corresponde aos melhores interesses da Nação. Em outras palavras, o Centro-Oeste tem tanto a crescer, tantas riquezas a gerar para o Brasil, que é do interesse de toda a Nação dar à região os instrumentos de que ela precisa para se desenvolver plenamente.

Os parlamentares que representamos a região no Congresso Nacional sempre tivemos consciência disso. Sempre soubemos que realizar investimentos públicos no Centro-Oeste significa realizar investimentos de retorno absolutamente seguro. Retorno que virá em benefício de toda a Nação. Por isso, desde há muito planejávamos organizar a bancada parlamentar da região, de modo a dar maior ressonância a nossos pleitos, de modo a mais facilmente obter, junto

ao Governo Federal, a atenção que a região por direito merece.

Diz a sabedoria popular que a união faz a força. Assim sendo, o Centro-Oeste hoje está mais forte. Mais forte porque mais unido.

Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, gostaria de ressaltar meu júbilo pela recente realização da reunião dos parlamentares do Centro-Oeste, na qual demos uma estrutura orgânica à bancada, a fim de estamos mais articulados para a defesa da nossa região.

Na oportunidade, foi escolhido para liderar a bancada o eminente Senador Jonas Pinheiro, ilustre representante do Estado do Mato Grosso. Com muito orgulho e satisfação, recebi eu a indicação para ser o representante do Distrito Federal. Como uma das primeiras providências para o melhor planejamento do trabalho da bancada do Centro-Oeste, definimos a realização de uma reunião com todos os Governadores da região, a realizar-se dentro de 45 dias, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Essa organização dos Senadores e Deputados Federais do Centro-Oeste, para melhor defenderem as Unidades da Federação que representam, era providência que desde há muito se fazia necessária. Afinal, é inescapável reconhecer que a região não tem recebido, da parte do Governo Federal, a atenção que lhe é devida. Como eu mesmo tive oportunidade de destacar na reunião recentemente realizada, há Estados da Federação que, individualmente considerados, têm maior participação no recebimento de determinados recursos federais do que toda a região Centro-Oeste.

Para a boa implementação desse trabalho conjunto dos parlamentares da região Centro-Oeste, poderá ter serventia a experiência da bancada do Distrito Federal. Já quando da elaboração do Orçamento Geral da União para o corrente exercício, a bancada do Distrito Federal conseguiu atuar de forma sintonizada, apresentando emendas coletivas como estratégia para tentar assegurar uma maior alocação de recursos para nossa Unidade da Federação.

Infelizmente, os recentes e drásticos cortes orçamentários determinados pela nova Administração federal, a fim de garantir o superávit primário necessário ao equilíbrio das contas públicas, vieram colocar por terra quase que integralmente o resultado daquele esforço conjunto. Agora, mais do que nunca, importa que estejamos unidos para garantir que, à medida que ocorrerem descontingenciamentos na execução orçamentária, nossa região não deixe de ser contemplada.

Tenho confiança que o Presidente Lula mostrará sensibilidade para com os pleitos do Centro-Oeste e, daqui para a frente, a região será mais justamente contemplada na repartição dos recursos federais. Nesse sentido, já temos indicativos bastante promissores. Na recente reunião do Presidente da República com os Governadores de todos os Estados, foi acatada proposta apresentada pelo Governador Joaquim Roriz: de se criar uma agência de desenvolvimento para a região Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, demonstrando sintonia com as prioridades da Administração recém-instalada, o Governador garantiu o apoio da bancada do Distrito Federal às reformas que o Executivo em breve encaminhará à apreciação do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, tenho certeza de que a atuação organizada da bancada do Centro-Oeste em defesa da região haverá de ser muito importante no sentido de trazer benefícios para a população de todas as Unidades da Federação que a integram. De outra parte, volto a lembrar que incentivar o desenvolvimento do Centro-Oeste será muito benéfico para o conjunto da Nação, pois esta é uma terra de riquezas inesgotáveis, cujo correto aproveitamento pode colocar o Brasil em novo estágio de seu desenvolvimento.

Por tudo isso, desejo congratular-me com todos os Senhores Senadores e Deputados Federais da região Centro-Oeste pela oportuna iniciativa de organizar a nossa bancada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, continuo hoje a abordagem que tenho feito, ao longo dos últimos dias, da revolução empreendida no campo da educação pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Falei aqui, lembram-se as Sras Senadoras, lembram-se os Srs. Senadores, dos avanços obtidos na educação infantil, na educação de jovens e adultos, nas tecnologias de educação básica.

E falo agora de um tema que, além de ostentar um nível de importância tão significativo como os anteriores, traz em si um componente adicional de simbologia e carga afetiva: o caso dos portadores de necessidades educacionais especiais; o caso, por exemplo, dos milhões de brasileiros com deficiência visual, com deficiência auditiva, ou portadores da Síndrome de Down.

Pois também nesse caso, tal como nos demais, o que ocorreu entre 1995 e 2002 foi, acima de tudo, uma ruptura com a situação vigente.

Segregação! Escolas especiais! Políticas compensatórias! Estas, e muitas outras igualmente discriminadoras, eram as expressões que caracterizavam o tratamento dos portadores de necessidades educacionais especiais por parte do setor público antes de 1995.

Qualquer criança, Sr. Presidente, que apresentasse tais características, qualquer criança que fugisse à qualificação de “normal”, estava condenada ao confinamento da escola especializada. Ali, trabalhava-se em seu assim presumido “melhoramento”, que hipoteticamente permitiria a posterior integração à sociedade.

Não era isso, por certo, o que acontecia na prática, na imensa maioria dos casos. Habituada ao convívio quase exclusivo com colegas portadores das mesmas limitações, condicionada por práticas pedagógicas específicas à sua situação, mais cedo ou mais tarde a criança enfrentava o choque do contato com outro mundo, que não era o seu.

Em 1995, porém, dá-se a grande transformação. O Ministério da Educação passa a trabalhar com o conceito de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes e escolas regulares.

E configura-se, assim, um novo ideário educacional: que trata de reconhecer explicitamente a diversidade; que trata de garantir o acolhimento, nas escolas, de todas as crianças do Brasil, independentemente de sua condição de diversidade; que trata de admitir a necessidade de identificação das limitações dos alunos; e que trata de estabelecer a obrigatoriedade do sistema educacional de responder, pedagogicamente, a essas necessidades educacionais especiais.

Em outras palavras: a educação especial não mais representa um sistema paralelo de ensino; ao contrário, insere-se definitivamente no contexto geral da educação.

Mas é evidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, que a mera redefinição de políticas e princípios, embora essencial, não traria os resultados esperados se desacompanhada de efetivas ações nos campos administrativo e pedagógico.

Pois dessas ações não se descuidou o então Ministro Paulo Renato Souza.

De um lado, campanhas, cartilhas, filmes e revistas sensibilizaram a sociedade em geral, e os profissionais da educação em particular, para a inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais.

is no sistema regular de ensino. E os reflexos foram imediatos: somente a campanha realizada entre 1996 e 1997, por exemplo, levou a um aumento de 66% no número dessas crianças matriculadas em escolas regulares. Isso, vejam bem, em apenas um ano.

De outro lado, prepararam-se escolas e professores para bem atender a essa nova demanda. Assim, por exemplo, aos alunos cegos foram oferecidas condições mais adequadas de acompanhar o currículo escolar, com a criação do Programa do Livro Didático Braille; e implementou-se, também, o Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, destinado à formação de professores para o ensino e uso da linguagem de sinais.

Tome-se o caso dos livros em Braille. Sua adoção em grande escala evitou um fenômeno que se tornara comum: alunos cegos que tinham dificuldade em matricular-se nas séries seguintes do currículo escolar, porque, até então, somente prestavam provas orais.

E houve mais, Sr. Presidente, tratou o Ministério da Educação de implementar programas de educação profissional, e, nesse sentido, cabe destacar três iniciativas.

Em primeiro lugar, o redimensionamento das Oficinas Pedagógicas, tanto do sistema público como das organizações governamentais.

Depois, o fortalecimento das escolas da rede federal de educação tecnológica como centros de referência.

Em terceiro lugar, a articulação com o “Sistema S” para a qualificação profissional dos portadores de necessidades especiais nos Estados e Municípios.

Além dessas providências, o Ministério da Educação incluiu o alunado com necessidades especiais nos demais programas de suporte à educação, tais como o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Programa de Transporte Escolar.

Por fim, cuidou o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso de proporcionar facilidades de acesso do estudante com necessidades especiais ao ensino superior, o que foi feito, entre outros procedimentos, por meio da garantia de condições apropriadas nas provas de vestibular, da inserção de itens de acessibilidade na edificação das unidades de educação superior e de critérios para o credenciamento de novos cursos.

Este, Sr. Presidente, o relato sucinto que queria fazer sobre os avanços da educação especial no Brasil no período de 1995 a 2002.

Avanços, tenho certeza, que a população de nosso País reconhece; e que a História reconhecerá.

Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO – (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há um reconhecimento generalizado de que o século XX foi o que sinalizou as maiores conquistas da mulher no campo socioeconômico. Notadamente nos últimos 50 anos, a mulher transpôs muitos dos inúmeros obstáculos que massacravam sua condição feminina, conquistando uma posição que reduziu sobremodo o viés discriminatório com que foi e continua sendo vítima desde o aparecimento do ser humano na face da Terra.

Faz-se notória, nas Nações ocidentais – inclusive no Brasil – a ascensão da mulher nas atividades profissionais. Na política, no Judiciário, na administração pública, nas empresas privadas avança a representação feminina, demonstrando a obviedade da injustificável pretensão da superioridade de alguém pela peculiaridade de ser homem ou mulher.

As mulheres ocidentais, segundo dados da ONU, já se aproximam dos 50% da força de trabalho mundial. No Brasil, onde em 1990 participavam do mercado de trabalho 23 milhões de mulheres, esse número, em 2001, saltou para 35 milhões. Recente pesquisa do Dieese em seis capitais brasileiras demonstrou que, de cada 100 mulheres em São Paulo, 54,4 trabalhavam ou procuravam emprego em 2002; 58,0 no Distrito Federal, e 55,5 em Salvador, entre outros exemplos significativos.

A mim, pessoalmente, suscita grande satisfação recordar que, ao tempo em que fui o governador do Maranhão, assegurei à representação feminina, na administração, a metade das Secretarias de Estado, uma experiência muito bem-sucedida.

Olhando para o mundo, porém, a condição feminina de uma pessoa continua impondo-lhe sérios embaraços à sua qualidade de vida. Ainda há dias, a 5 de março de 2003, a Comissão das Nações Unidas que pesquisa e estuda a situação da mulher –, na sua 47^a reunião chegou à conclusão de que a mulher ainda é submetida, em grande parte do mundo, a trabalhos sob condições cruéis e discriminatórias. Essas causas e fatores socioeconômicos e culturais fazem crescer as desigualdades e a discriminação, tornando as mulheres, bem como as crianças, cada vez mais vulneráveis ao tráfico, à violência, à exploração e às injustiças.

A delegada da Suécia – Deputada Primeira Ministra Margareta Winberg – disse nesses debates tão recentes que a violência contra a mulher ainda existe em 2003. Isto porque a sociedade continua desigual.

Na sociedade de hoje, afirmou, a opressão e a discriminação das mulheres pelos homens ainda prevalece, pois os homens se sentem superiores às mulheres. Tais condições levam à violência doméstica e a outros atos abusivos. Na vida de trabalho – concluiu a delegada sueca – as mulheres de todo o mundo são confrontadas com as mais altas taxas de desemprego, menores possibilidades para uma carreira e baixos salários.

Desnecessário referir-se àqueles países nos quais a mulher é submetida a incríveis mutilações que agride sua sexualidade, ou aos tantos outros que lhe infligem chibatadas pelo simples ato de não se vender dos pés à cabeça.

Mas, na comemoração do 8 de março, dedicado internacionalmente à mulher, somos estimulados a acreditar que, pelo veloz avanço da tecnologia que moderniza e globaliza o nosso planeta, não tardará o dia em que as diferenças sociais entre os sexos se resumirão na competência de cada homem e mulher, que alcançarão êxito ou sofrerão indesejados insucessos por sua própria maior ou menor capacidade individual.

Estes são os votos com os quais eu saúdo o Dia Internacional da Mulher, almejando seja breve o desfecho da luta, em todo o mundo, pela igualdade dos direitos que justificam a individualidade humana.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2002, proveniente da Medida Provisória 77, de 2002, que altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de

1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e à Emenda nº 13, pela rejeição das Emendas nºs 1 a 12 e 14 a 36, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 33 de 2002.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 78, DE 2002

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 78, de 2002, que autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e quanto ao mérito, favorável.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 81, DE 2002

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 81, de 2002, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de dezessete bilhões, oitenta e quatro milhões, setecentos e quarenta mil e trezentos e oitenta e cinco reais, para os fins que especifica, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado João Almeida (PSDB-BA), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e quanto ao mérito, favorável.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2003, (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 70, de 2003, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho), que aprova a Programação Monetária para o 1º trimestre do ano de 2003.

5

MENSAGEM Nº 286, DE 2002

Votação Secreta

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 286, de 2002 (nº 797/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *João Gualberto Marques Porto Júnior*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.

6

MENSAGEM Nº 288, DE 2002

Votação Secreta

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 288, de 2002 (nº 820/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia.

7

PARECER Nº 81, DE 2003

Votação Secreta

Escolha de Autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 81, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, sobre a Mensagem nº 369, de 2002 (nº 1.132/2002, na origem), de 18 de dezembro último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor *Teori Albino Zavascki*, Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS), para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jacy Garcia Vieira.

8

MENSAGEM Nº 17, DE 2003

Votação, em turno único, da Mensagem nº 17, de 2003 (nº 1.235/2002, na origem), de 30 de dezembro último, pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2001 (nº 4.697/94, na Casa de origem), que dispõe sobre a aplicação de penalidade por infração da legislação que rege as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).

9

MENSAGEM Nº 18, DE 2003

Votação, em turno único, da Mensagem nº 18, de 2003 (nº 22/2003, na origem), de 22 de janeiro último, pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem nº 282, de 2002 (nº 793/2002, na origem), referente à indicação do Senhor *Antonio Augusto Dayrell de Lima*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

10

MENSAGEM Nº 19, DE 2003

Votação, em turno único, da Mensagem nº 19, de 2003 (nº 23/2003, na origem), de 22 de janeiro último, pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem nº 363, de 2002 (nº 1.113/2002, na origem), referente à indicação do Senhor *Marcos Caramuru de Paiva*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

11

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 2, de 2003, dos Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, conclamando o Governo Brasileiro a continuar seus esforços em favor da paz entre os Estados Unidos e o Iraque, tendo

Parecer favorável, sob nº 79, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

12**REQUERIMENTO Nº 42, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 42, de 2003, dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, solicitando que seja aprovada moção de apoio à paz mundial, tendo

Parecer favorável, sob nº 80, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

13**REQUERIMENTO Nº 248, DE 2002**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2002, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa ao Senado Federal da cópia do relatório de auditoria executada no Banco do Estado do Ceará – BEC que embasou o processo de saneamento daquela Instituição financeira, tendo

Pareceres favoráveis, sob nº 493, de 2002, e 21, de 2003, das Comissões Diretora, Relator: Senador Edison Lobão; e de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Ricardo Santos.

14**REQUERIMENTO Nº 294, DE 2002**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 294, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre denúncias de irregularidades em projetos financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no período de 1995 a 2002, cujos valores ultrapassam a trezentos mil reais, tendo

Pareceres sob nºs 24 de 2003, e 1.355, de 2002, respectivamente

– da Mesa, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, e pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e

– da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável, com Emenda nº 1 – CCJ, que apresenta.

15**REQUERIMENTO Nº 672, DE 2002**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 672, de 2002, do Senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2001-Complementar, de sua autoria.

16**REQUERIMENTO Nº 676, DE 2002**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 676, de 2002, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 238 e 248, de 2002, por regularem a mesma matéria.

17**REQUERIMENTO Nº 678, DE 2002**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 678, de 2002, do Senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 245, de 2000; 101, 185 e 281, de 2001; 95 e 113, de 2002, por regularem a mesma matéria.

18**REQUERIMENTO Nº 729, DE 2002**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 729, de 2002, do Senador Francelino Pereira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 210, de 2000 e 185, de 2002, por regularem a mesma matéria.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2002 (nº 2.219/99, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto de Montes Claros/Mário Ribeiro” o aeroporto da cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.034, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 94, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 1999 (nº 687/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cacique de Sorocaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.101, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 184, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 1999 (nº 33/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brotas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirai do Sul, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.356, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Olivir Gabardo.

22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 103, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2000 (nº 283/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Olivir Gabardo.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 397, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2001 (nº 954/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Brasileira de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacutinga, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 14, de 2002, da Comissão Educação, Relator: Senador Arlindo Porto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 373, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2002, que *outorga permissão à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar*

serviço de radiodifusão sonora na cidade de Iranduba (AM), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.174, 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marina Silva.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 433, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2002 (nº 1.645/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.235, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 434, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2002, que *outorga permissão à Fundação Cesumar para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Maringá (PR)*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.179, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Olivir Gabardo.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 436, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2002, que *renova a concessão da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Ipameri (GO)*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.068, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 438, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2002, que *outorga permissão à Fundação Rádio Educativa de Iporá para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Iporá (GO)*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.069, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 456, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2002, que *renova a permissão outorgada à Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de São Paulo (SP), tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.149, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 457, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2002, que *outorga concessão à Fundação Educativa Sintonia Cultural para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araxá (MG), tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.236, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 475, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2002, que *renova a concessão da Fundação Expansão Cultural para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Manhuaçu (MG), tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.327, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 501, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2002, que *outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberlândia (MG), tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.240, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2002, que *outorga concessão à Fundação Rádio e TV Educativa e Cultural de Viçosa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Viçosa (MG), tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.261, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Nabor Júnior.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 507, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2002, que *outorga concessão à Fundação Preve para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru (SP), tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.242, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 553, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2002, que *outorga permissão à Fundação Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bom Despacho (MG), tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.251, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 578, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 578, de 2002, que *outorga concessão à Fundação de Assistência e Educação para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Colatina (ES), tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

ATA DA 143^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2002

(Publicada no Diário do Senado Federal de 7 de dezembro de 2002)

RETIFICAÇÕES

No sumário da ata, na página 23748, 1^a e 2^a colunas, na página 23749, 1^a e 2^a colunas, e na página 23750, 1^a coluna, na numeração dos pareceres constantes no item 2.2.5

Onde se lê:

Nºs 1.128 a 1.155, de 2002, ...

Leia-se:

Nºs 1.228 a 1.255, de 2002, ...

Nas páginas 24313, 1^a coluna, 24314, 1^a coluna, 24316, 1^a coluna, , 24318, 2^a coluna, 24320, 1^a coluna, 24322, 1^a coluna, 24324, 2^a coluna, 24326, 1^a coluna, 24328, 1^a coluna, 24331, 1^a coluna, 24334, 2^a coluna, 24338, 1^a coluna, 24341, 1^a coluna, 24343, 2^a coluna, 24345, 1^a coluna, 24347, 2^a coluna, 24350, 2^a coluna, 24353, 2^a coluna, 24357, 1^a coluna, 24358, 2^a coluna, 24360, 1^a coluna, 24361, 2^a coluna, 24364, 1^a coluna, 24366, 1^a coluna, 24368, 1^a coluna, 24369, 2^a coluna, 24372, 1^a coluna, 24374, 1^a coluna, na numeração dos pareceres referentes aos Projetos de Decretos Legislativos nºs 549, 564, 573, 353, 385, 393, 396, 433, 457, 490, 491, 492, 501, 504, 507, 520, 521, 522, 524, 525, 529, 537, 539, 553, 554, 555, 558, de 2002 e ao Projeto de Lei da Câmara nº65, de 1999, respectivamente,

Onde se lê:

.....
PARECER Nº 1.128, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.129, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.130, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.131, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.132, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.133, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.134, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.135, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.136, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.137, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.138, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.139, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.140, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.141, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.142, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.143, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.144, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.145, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.146, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.147, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.148, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.149, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.150, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.151, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.152, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.153, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.154, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.155, DE 2002

.....
Leia-se:

.....
PARECER Nº 1.228, DE 2002

..... PARECER Nº 1.229, DE 2002

..... PARECER Nº 1.230, DE 2002

..... PARECER Nº 1.231, DE 2002

..... PARECER Nº 1.232, DE 2002

..... PARECER Nº 1.233, DE 2002

..... PARECER Nº 1.234, DE 2002

..... PARECER Nº 1.235, DE 2002

..... PARECER Nº 1.236, DE 2002

..... PARECER Nº 1.237, DE 2002

..... PARECER Nº 1.238, DE 2002

..... PARECER Nº 1.239, DE 2002

..... PARECER Nº 1.240, DE 2002

..... PARECER Nº 1.241, DE 2002

..... PARECER Nº 1.242, DE 2002

..... PARECER Nº 1.243, DE 2002

..... PARECER Nº 1.244, DE 2002

..... PARECER Nº 1.245, DE 2002

..... PARECER Nº 1.246, DE 2002

..... PARECER Nº 1.247, DE 2002

..... PARECER Nº 1.248, DE 2002

..... PARECER Nº 1.249, DE 2002

..... PARECER Nº 1.250, DE 2002

..... PARECER Nº 1.251, DE 2002

..... PARECER Nº 1.252, DE 2002

..... PARECER Nº 1.253, DE 2002

..... PARECER Nº 1.254, DE 2002

..... PARECER Nº 1.255, DE 2002

ATA DA 144^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2002

(Publicada no Diário do Senado Federal de 10 de dezembro de 2002)

RETIFICAÇÕES

No sumário da ata, na página 24514, 1^a e 2^a colunas, na página 24515, 1^a coluna, na numeração dos pareceres constantes no item 1.2.4

Onde se lê:

Nºs 1.156 a 1.172, de 2002, ...

Leia-se:

Nºs 1.256 a 1.272, de 2002, ...

Nas páginas 24759, 1^a coluna, 24761, 1^a coluna, 24763, 1^a coluna, 24765, 1^a coluna, 24769, 1^a coluna, 24771, 1^a coluna, 24773, 2^a coluna, 24775, 1^a coluna, 24776, 2^a coluna, 24778, 1^a coluna, 24779, 2^a coluna, 24793, 2^a coluna, 24797, 2^a coluna, 24884, 1^a coluna, 24887, 1^a coluna, 24890, 1^a coluna, 24891, 2^a coluna, na numeração dos pareceres referentes aos Projetos de Decretos Legislativos nºs 33, de 1994, 51, de 1995, 440, 451, 502, 503, 534, 536, 556, 557, de 2002 e aos Projetos de Lei do Senado nºs 92, de 2000, 40 e 175, de 2001, 234, de 2002, 219, de 1997, 145, de 2000 e 192, de 2002, respectivamente,

Onde se lê:

.....
PARECER Nº 1.156, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.157, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.158, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.159, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.160, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.161, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.162, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.163, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.164, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.165, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.166, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.167, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.168, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.169, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.170, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.171, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.172, DE 2002

Leia-se:

.....
PARECER Nº 1.256, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.257, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.258, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.259, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.260, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.261, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.262, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.263, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.264, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.265, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.266, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.267, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.268, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.269, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.270, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.271, DE 2002

.....
PARECER Nº 1.272, DE 2002

**ATA DA 145^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM
10 DE DEZEMBRO DE 2002**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 11 de dezembro de 2002)

RETIFICAÇÃO

Na página 25294, 2^a coluna, na autoria do Projeto de Decreto Legislativo nº 691, de 2002,

Onde se lê:

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2002. – Senador **Jonas Pinheiro**

Leia-se:

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2002. – Senador **José Agripino**

ATA DA 10^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE MARÇO DE 2003

(Publicada no DSF de 6 de março de 2003)

RETIFICAÇÕES

No Sumário da Ata, à página nº 02879, 1^a coluna, no Item **1.2.1-Mensagem do Presidente da República**,

Onde se lê:

Nº 60, de 2003, na origem,

Leia-se:

Nº 60, de 2003 (nº 60/2003, na origem),

.....

À página nº 02881, 1^a coluna, na leitura de mensagem do Senhor Presidente da República,

Onde se lê:

MENSAGEM Nº 60

Leia-se:

**MENSAGEM Nº 60, de 2003
(nº 60/2003, na origem)**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dois, às onze horas, por convocação, reuniu-se extraordinariamente o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, no Gabinete do Presidente do Senado Federal e Grão-Mestre da Ordem, Senador Ramez Tebet. Presentes o Grão-Mestre, Senador Ramez Tebet, o Chanceler, Deputado Aécio Neves, e os Senhores Conselheiros: Senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson, Antero Paes de Barros, Ronaldo Cunha Lima, Mozarildo Cavalcanti, Renan Calheiros, Eduardo Suplicy, Bernardo Cabral e Jefferson Péres; Deputados Efraim Moraes, Barbosa Neto, Severino Cavalcanti, Nilton Capixaba, Paulo Rocha, Jutahy Júnior, João Paulo, Ney Lopes e Aldo Rebelo. Constatado o *quorum* regimental, o Grão-Mestre deu início aos trabalhos, declarando que, de acordo com o artigo dez do Decreto Legislativo nº 70, de 1972, que regulamenta o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, recebeu uma proposta de admissão na Ordem e que, conforme o artigo sexto do mesmo Decreto, compete ao Conselho aprová-la ou rejeitá-la. A proposta recebida é a seguinte:

"Brasília, 27 de novembro de 2002

Senhor Grão-Mestre,

A Ordem do Congresso Nacional destina-se a galardoar as pessoas "que se tenham tornado dignas do especial reconhecimento do Poder Legislativo do Brasil", nos termos do Decreto Legislativo nº 70, de 1972.

*Este me parece ser – sem a menor sombra de dúvidas – o caso do Excelentíssimo Senhor Presidente da República **Fernando Henrique Cardoso**, que, ac final de oito anos de mandato como Chefe de Estado e de Governo, obteve um saldo bastante positivo em sua gestão, tendo levado o País à estabilidade econômica, modernizando áreas estratégicas para o nosso desenvolvimento e alcançado amplo reconhecimento e respeito internacional.*

*Além disso – o que por si só justificaria a homenagem –, Sua Excelência, antes do exercício da Suprema Magistratura do Brasil, exerceu mandato eletivo **apenas e tão-somente nesta Casa**. Durante dois mandatos – de quatro anos, de 1983 a 1987, e de oito anos, de 1987 a 1994 –, o então Senador **Fernando Henrique Cardoso** teve nesta Casa atuação destacadíssima, que o credenciou à eleição presidencial.*

Assim, nada mais justo do que homenagear o ilustre Presidente da República que desta Casa saiu para ser muito bem sucedido como Chefe de Estado e de Governo, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao País, no exercício de todos os mandatos e cargos que exerceu.

Esclareço, por oportuno, que, de acordo com o art. 8º do mencionado Decreto Legislativo nº 70, de 1972, Sua Excelência deverá ser agraciado com o Grande Colar da Ordem.

A minha sugestão encontra respaldo no art. 10 do citado Decreto Legislativo, que assegura aos integrantes do Conselho a competência privativa para propor a admissão de membros.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

*Senador Edison Lobão
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal
Membro do Conselho da Ordem do Congresso Nacional”*

Antes de iniciar a discussão da proposta, decidiu também o Conselho, de acordo com o § 3º do art. 5º do Decreto Legislativo nº 70, de 1972, entregar as insígnias e os diplomas nos graus de Grande Colar para o Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, e para o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, e de Grande Oficial para os Senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson, Antero Paes de Barros, Ronaldo Cunha Lima, Mozarildo Cavalcanti, Renan Calheiros, Eduardo Suplicy, Bernardo Cabral e Jefferson Péres, e para os Deputados Efraim Morais, Barbosa Neto, Severino Cavalcanti, Nilton Capixaba, Paulo Rocha, Ciro Nogueira, Jutahy Júnior, João Paulo, Ney Lopes e Aldo Rebelo. Prosseguindo os trabalhos, o Grão-Mestre da Ordem do Congresso Nacional designou relator da proposta o Chanceler da Ordem e Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, que, usando da palavra, leu o seguinte currículo:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Presidente da República Federativa do Brasil, iniciou o seu primeiro mandato em 1º de janeiro de 1995. Reeleito no primeiro turno (como candidato da aliança PSDB/PFL/PTB/PPB) em 4 de outubro de 1998, com 53,06% dos votos.

Nasceu no Rio de Janeiro em 18 de junho de 1931, é casado e tem três filhos.

Formação Profissional

1968	<i>Titular da cátedra de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.</i>
1963	<i>Livre Docência em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.</i>
1962/63	<i>Curso de pós-graduação, Laboratoire de Sociologie Industrielle, Université de Paris.</i>
1961	<i>Doutorado em Ciências, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.</i>
1953	<i>Especialização em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.</i>
1952	<i>Licenciado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.</i>

Carreira Política

- 1998 Reelege Presidente da República, no primeiro turno, como candidato da aliança PSDB/PFL/PTB/PPB, com 35.936.918 votos (53,06%), 4 de outubro.
- 1994 Eleito Presidente da República, no primeiro turno, como candidato da aliança PSDB/PFL/PTB, com 34.377.198 votos (54,3%), 3 de outubro.
- 1993/94 Ministro de Estado da Fazenda, Governo Itamar Franco (maio de 1993 a março de 1994).
- 1992/93 Ministro de Estado das Relações Exteriores, Itamaraty, Governo Itamar Franco (outubro de 1992 a maio de 1993).
- 1988/92 Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Senado.
- 1988 Membro fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
- 1987/88 Relator-adjunto da Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte.
Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Senado.
- 1987 Relator do Regimento Interno da Assembléia Constituinte.
- 1987/88 Senador Constituinte.
- 1986 Reelegeu Senador da República para o Estado de São Paulo, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com 6.223.900 votos. Atuou como titular nas Comissões de Infra-Estrutura e de Educação e, como suplente, nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e de Assuntos Econômicos.
- 1985/86 Líder do Governo no Congresso.
- 1985 Candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) à Prefeitura de São Paulo (perdendo por uma diferença de menos de 1% de votos).
- 1983/92 No Senado, atuou como Membro efetivo das Comissões de Infraestrutura e da Educação, Membro suplente das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e de Assuntos Econômicos.
Participante do Grupo Parlamentar Brasil-México.
- 1983/ Assumiu a cadeira no Senado.
- 1980 Membro fundador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Filiado no Diretório de Indianópolis, São Paulo, em 20/09. A primeira convenção do PMDB foi em 06/11/80.
- 1978 Eleito Suplente de Senador da República para o Estado de São Paulo, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com 1.240.000 votos.

Carreira Docente

- 1981 Professor visitante, Universidade da California, Berkeley, Estados Unidos.
- 1980/81 Diretor Associado de Estudos, Maison des Sciences de l'Homme, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França.
- 1977 Professor visitante, Institut d'Études sur le Développement Économique et Social (IEDES), Universidade de Paris, França.
- 1976/77 Professor da Cátedra "Simon Bolívar", Universidade de Cambridge, Inglaterra.
- 1972 Professor visitante, Institute of Political Sciences, Universidade da California, Stanford, Estados Unidos.

1969/70	<i>Professor contratado, International Institute of Labour Studies, (OIT); cursos de Sociologia da América Latina, México (1969), e Genebra, Suíça (1970).</i>
1968/69	<i>Professor Catedrático de Ciência Política, Universidade de São Paulo.</i>
1967/68	<i>Professor de Teoria Sociológica, Departamento de Sociologia, Universidade de Paris-Nanterre, França.</i>
1966/67	<i>Professor da Cátedra de Introducción a las Ciencias Sociales, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile; seminário sobre a Teoria Social para alunos de pós-graduação. Professor de Sociología do Desenvolvimento e Teoria Social, Escuela de Sociología, Universidad do Chile.</i>
1965/67	<i>Professor de Sociología do Desenvolvimento, Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO), Santiago, Chile.</i>
1965/66	<i>Professor de Sociología do Desenvolvimento; cursos de extensão, (ILPES), Buenos Aires, Argentina (1965) e México (1966).</i>
1964/67	<i>Professor da Cátedra de Sociología do Desenvolvimento, Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), (CEPAL), Santiago, Chile.</i>
1963/69	<i>Professor, Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.</i>
1955/61	<i>Primeiro assistente, Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.</i>
1953/54	<i>Auxiliar de ensino, Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.</i>
1952/53	<i>Primeiro assistente, Cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo.</i>

Outras Atividades Profissionais

1996/	<i>Membro Honorário, India International Centre, New-Delhi, Índia.</i>
1991/	<i>Membro fundador da Comissão de Cidadania e Reprodução, São Paulo.</i>
1990/	<i>Membro do New World Dialogue, World Resources Institute, Washington, Estados Unidos.</i>
1985/	<i>Membro do Conselho Internacional, Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericanas (IRELA), Madri, Espanha.</i>
1984/	<i>Membro da Third World Academy of Science (TWAS), Trieste, Itália.</i>
	<i>Membro do Conselho, Vienna Institute for Development, Viena, Áustria.</i>
	<i>Membro do Conselho, Aspen Institute Italia, Roma.</i>
1983/85	<i>Presidente do Conselho Superior, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.</i>
	<i>Membro do Conselho, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), São Paulo.</i>
1983/	<i>Membro do Comitê Internacional de Consultores, Helen Kellogg Institute for International Studies, Universidade de Notre Dame, Indiana, Estados Unidos.</i>

	<i>Membro do Comitê Internacional de Consultores, Centro Febraio'74, Roma, Itália.</i>
1982/86	<i>Presidente, International Sociological Association (ISA), Amsterdam, Holanda.</i> <i>Membro do Conselho, Communications for Development (CODEV), Valeta, Malta.</i>
1982/	<i>Membro do corpo de colaboradores, Instituto José Maria Luis Mora, México.</i> <i>Membro do Inter-American Dialogue, Washington, Estados Unidos.</i>
1981/	<i>Membro do Comitê Científico, Centro Gino Germani di Studi Comparati sulla Modernizzazione e lo Sviluppo, Roma, Itália.</i>
1981/82	<i>Co-Presidente, Fondation Internationale pour un Autre Développement (FIPAD), Nyon, Suíça.</i>
1981	<i>Membro Fundador, World Association for International Relations, Atenas, Grécia.</i>
1980/82	<i>Presidente, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.</i>
1978/82	<i>Vice-Presidente, International Sociological Association (ISA), Ottawa, Canadá.</i>
1977/82	<i>Membro do Conselho Acadêmico, Latin American Program, The Wilson Center, Washington, Estados Unidos.</i>
1976/	<i>Membro do Conselho Superior, Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamerica (CIEPLAN), Santiago, Chile.</i>
1975/	<i>Membro do Conselho Diretor, Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), Buenos Aires, Argentina.</i>
1973/76	<i>Membro do Latin American Committee, Social Science Research Council (SSRC), New York, Estados Unidos.</i>
1973/75	<i>Membro do Programa de Investigaciones Sociales sobre Problemas de Población relevantes para Políticas de Población en América Latina (PISPAL), CLACSO, El Colegio de México.</i>
1971/	<i>Membro do Conselho Diretor, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, Argentina.</i> <i>Membro da Diretoria, Sociedade Brasileira de Sociologia.</i> <i>Membro do Conselho Superior, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Santiago, Chile.</i>
1969/82	<i>Pesquisador Senior, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.</i>
1969	<i>Membro fundador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.</i>
1968/69	<i>Diretor do Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.</i>
1964/67	<i>Diretor Adjunto da Divisão Social, Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), Nações Unidas, Santiago, Chile.</i> <i>Coordenador das pesquisas realizadas na Divisão Social do ILPES/CEPAL, Nações Unidas, Santiago, Chile.</i>
1962/64	<i>Diretor do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.</i>

Pesquisas Realizadas

- 1981 "A periferia de São Paulo e o contexto da ação política", Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1978/80 "A problemática das relações entre Estado e desenvolvimento econômico", Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1977 "Bibliografia de Ciência Política sobre o Brasil (1941-1974)", Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1975 "Ordem econômica internacional e o modelo brasileiro", Dag Hammarskjold Foundation/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1974/76 "Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana na área de São José dos Campos", Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1974/75 "Política populacional na área amazônica", PISPAL, México/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1974 "Comportamento eleitoral em São Paulo", Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1973/74 "Análise social e demográfica do Vale do Parnaíba", SERETE/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1970/71 "Recursos humanos na Grande São Paulo", Grupo Executivo da Grande São Paulo (GEGRAN), Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1970 "Desenvolvimento da Grande São Paulo", Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1969/71 "Emprego e marginalidade", Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo.
- 1966/67 "Ideologia do empresariado industrial na Argentina e no Brasil", Santiago.
- 1961 "A mentalidade do empreendedor capitalista em São Paulo", CEPAL, Santiago.
- 1961 "A estrutura da empresa industrial em São Paulo", Centro de Sociologia Industrial (CESIT), Universidade de São Paulo.
- 1961 "Os empreendedores econômicos e a formação da sociedade de classes no Brasil", Centro de Sociologia Industrial (CESIT), Universidade de São Paulo.
- 1955/59 "Relações raciais entre negros e brancos no Brasil Meridional", Universidade de São Paulo.
- 1953 "O processo de industrialização em São Paulo", Universidade de São Paulo.
- 1953 "Censo de Força de Trabalho" (Supervisor), Serviço de Pesquisas do Mercado de Trabalho, Secretaria de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio.

Participação em Conselhos Editoriais

Amérique Latine, CETRAL, Paris, França, Correspondente.
Cadernos de Opinião, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, Membro do Conselho Consultivo.
Coleção "Class, State, and Development", Sage e Rutgers University, NJ, Estados Unidos, Membro do Corpo de Editores.
Coleção "Corpo e Alma do Brasil", DIFEL, São Paulo, SP, Diretor Editorial.
Coleção "Encontros com a Civilização Brasileira", Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, Membro do Conselho Consultivo.
Coleção "Studies in Comparative International Development", organizada por Irving L. Horowitz, St.Louis, Estados Unidos, Membro do Comitê Editorial.
Comparative Sociology, Hyogo-Ken, Japão e Stanford, Estados Unidos, Membro do Conselho Consultivo:
Comparative Political Studies, Estados Unidos, Membro do Comitê de Consultores.
Dados. IUPERJ, Rio de Janeiro, RJ, Membro do Conselho Consultivo.
Development and Change, Institute of Social Studies, The Hague, Holanda, Membro do Comitê Editorial.
Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, Membro do Conselho Editorial.
El Socialismo del Futuro Revista de Debate Político, Fundación Sistema, Madrid, Espanha, Membro do Comitê de Redação.
Estudios CIEPLAN, Santiago, Chile, Membro do Conselho Assessor.
International Review of Sociology, Northern Illinois University, Estados Unidos, Membro do Conselho Editorial.
Los Cuadernos Brasileños Casa do Brasil, Madrid, Espanha, Membro do Conselho Editorial.
Pensamiento Iberoamericano. Revista de Economía Política, Astúrias, Espanha, Membro da Junta de Assessores.
Quality of Working Life Journals, Patrington, Reino Unido, Membro do Comitê Editorial Consultivo.
Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, DF, Membro do Conselho Consultivo.
Revista Latinoamericana de Sociología, FLACSO, Santiago, Chile, Membro do Comitê de Direção.
Revista Paraguaya de Sociología, Asunción, Paraguai, Membro do Conselho Consultivo.
Revista do Pensamento Brasileiro, Salvador, BA, Membro do Conselho Editorial.
Revista Sociedad y Desarrollo, Santiago, Chile, Membro do Comitê de Direção.
Revue Internationale de Sociologie International Review of Sociology, Roma, Itália, Membro do Comitê de Honra.
Scandinavian Journal of Development Alternatives, Stockholm, Suécia, Membro do Comitê Editorial Internacional.
Sociological Perspectives, West Bengal, Índia, Editor convidado.
Stato e Mercato, Bologna, Itália, Membro do Comitê Internacional.
Trimestre Político, Fondo de Cultura Económica, México, Membro do Conselho Editorial.

Filiação a Associações Científicas

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

ASESP - Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo

ICSSD - Comité International pour l'Information et la Documentation en Sciences Sociales

IIRA - International Industrial Relations Association

IPSA - International Association of Political Science

ISA - International Sociological Association

SBPC - Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência

SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia

Atividades na Imprensa

Desde o início dos anos 60, colaborou regularmente com os principais diários e semanários do País, notadamente com Opinião nos anos 70, e manteve, na década de 80, uma coluna semanal no diário Folha de S. Paulo.

Tradução

MONTESQUIEU - *O Espírito das Leis*, (*L'Esprit des Lois*), São Paulo:

Difusão Européia do Livro, 1962 (v.1, em colaboração com Leônio Martins Rodrigues).

Condecorações, Prêmios e Títulos Honoríficos no Brasil

2001	Ordem do Mérito Tocantins (Grã-Cruz) (05/10) Cidadão Honorário de Bela Cruz, CE (03/09) Cidadão Honorário de Marco, CE (03/09) Cidadão Honorário de Acaraú, CE (31/08)
2000	Ordem do Mérito Brasília (Grande-Colar) (26/04) Ordem do Mérito do Ministério Público Militar (Grã-Cruz) (16/02)
1999	Medalha JK - Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro (Grã-Cruz) (14/12) Ordem da Estrela do Acre (Grã-Cruz) (20/08)
1998	Cidadão Honorário de Jaraguá do Sul, SC (27/06) Cidadão Itaguaraiense, Itaguarai, RJ (25/06) Ordem do Mérito Grão Pará (Grande-Colar) (12/06) Ordem do Mérito do Xingu (Grande-Oficial) (12/06) Cidadão Honorário de Joinville (17/03) Comenda Cel. Esperidião Rodrigues (14/02) Membro Honorário da Academia Brasileira de Ciência Política (12/02)
1997	Ordem do Mérito Pantaneiro (Grã-Cruz) (13/11) Medalha do Mérito da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro (21/10) Hóspede Oficial do Município de Santa Maria, RS (15/10) Palmas Acadêmicas, Academia Brasileira de Letras (20/07)
1996	Cidadão de Rosário, Câmara Municipal de Rosário, MA (13/12) Cidadão Tocantinense, Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins (13/12) Cidadão Petropolitano, Petrópolis, RJ (07/12) Medalha Mérito Santos Dumont (Grande-Colar) (24/10) Medalha da Vitória (21/06) Medalha da Academia Nacional de Medicina (12/04) Medalha Mérito Bárbara de Alencar (30/03)

1995	<i>Cidadão Honorário do Estado de Alagoas (20/11)</i> <i>Ordem do Mérito Judiciário Militar (Grã-Cruz) (31/10)</i> <i>Ordem do Mérito Científico (Grã-Cruz) (13/10)</i> <i>Medalha Cruz de Ferro (FEB)(17/08)</i> <i>Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grão-Colar) (22/06)</i>
1993	<i>Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grã-Cruz) (29/06)</i> <i>Ordem do Mérito Brasília (Grã-Cruz) (21/04)</i> <i>Ordem do Mérito Forças Armadas (Grã-Cruz) (11/02)</i>
1992	<i>Ordem de Rio Branco (Grã-Cruz) (21/01)</i> <i>Ordem do Mérito Militar (Grã-Cruz) (23/11)</i> <i>Ordem do Mérito Naval (Grã-Cruz) (13/10)</i>
1991	<i>Ordem do Mérito Aeronáutico (Grã-Cruz) (05/10)</i> <i>Ordem do Mérito de Tocantins (Grande-Oficial) (03/09)</i> <i>Eleito Professor Emérito da Universidade de São Paulo.</i>
1987	<i>Ordem do Mérito do Congresso Nacional (Grande-Oficial) (17/12)</i> <i>Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande-Oficial) (01/09)</i> <i>Ordem do Mérito Educativo (Grande-Oficial) (13/06)</i> <i>Ordem de Rio Branco (Grande-Oficial) (07/05)</i> <i>Ordem do Mérito Naval (Grande-Oficial) (06/05)</i> <i>Ordem do Mérito Brasília (Grande-Oficial) (21/04)</i>
1985	<i>Medalha Anchieta, Prefeitura de São Paulo (27/08)</i> <i>Medalha Mérito Tamandaré (11/06)</i> <i>Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grande-Oficial) (10/06)</i> <i>Medalha Brigadeiro Tobias, Polícia Militar, Estado de São Paulo</i> <i>Ordem do Mérito Forças Armadas (Grande-Oficial)</i> <i>Ordem do Mérito Militar (Grande-Oficial)</i> <i>Ordem Nacional do Mérito (Grã-Cruz)</i>

Condecorações, Prêmios e Títulos Honoríficos no Exterior

2002	<i>Doutorado "Honoris Causa", Universidade de Konstantin Filozof, Nitra, Eslováquia (27/02)</i> <i>Doutorado "Honoris Causa", Academia Moscovita, Universidade de Moscou, Rússia (26/02)</i> <i>Ordem da Águia Branca, Polônia (Grande Colar) (21/02)</i>
2001	<i>Doutorado "Honoris Causa", Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel (recebido em São Paulo em 18/11)</i> <i>Hóspede Ilustre, Quito, Equador (01/10)</i> <i>Ordem nacional do Mérito, Equador (Grande-Colar) (01/10)</i> <i>Doutorado "Honoris Causa", Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais – FLACSO (01/10)</i> <i>"Congreso Nacional de la República del Ecuador", Equador (28/09)</i> <i>Ordem "General Rumiñahui", Província de Pichincha, Equador(12/09)</i> <i>Ordem de Manuel Amador Guerrero, Panamá (Colar) (08/08)</i> <i>Ordem da Cruz Dupla Branca 1a. Classe, Eslováquia (Grã-Cruz) (10/07)</i>
2000	<i>Ordem Rei Abdul Aziz, Arábia Saudita (Grande-Colar) (18/09)</i> <i>Ordem Nacional "Steaua României", Romênia (Colar) (17/07)</i> <i>Hóspede de Honra da Cidade de Cartagena de Indias, Colômbia (15/06)</i> <i>Prêmio "Príncipe das Astúrias de Cooperação Internacional 2000", Espanha (14/06)</i>

- Prêmio do Mérito da Association des Comités Nationaux Olympiques (24/05)
Medalha de Ouro, Câmara Municipal de Santarém, Portugal (22/04)
Visitante Ilustre, Ciudad Guayana, Estado Bolívar, Venezuela (07/04)
Ordem Nacional "Juan Mora Fernández", Costa Rica (Grã-Cruz) (04/04)
Ordem "Francisco de Miranda", Venezuela (Grã-Cruz) (29/03)
Ordem "Condor de los Andes", Bolívia (Grande-Colar) (15/03)
Ordem do Infante D. Henrique, Portugal (Grande-Colar) (07/03)
- 1999
Hóspede de Honra da Cidade de Lima, Peru (22/07)
Ordem do Elefante, Dinamarca (Grã-Cruz) (03/05)
Ordem "Al Mérito por Servicios Distinguidos", Peru (Grã-Cruz Especial) (16/04)
- 1998
Medalha da Fundação Rotária do Rotary Internacional (02/09)
Medalha de Ouro da Câmara dos Deputados, Espanha (23/07)
Hóspede de Honra da Província de Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlântico Sur, Argentina (21/07)
Insígnia da "Americas Society Gold Medal", Estados Unidos (08/06)
Certificado "Ao Mérito", Círculo Chileno Brasileiro de Integração Latino Americana (20/05)
Prêmio "Felipe Herrera Lane", Santiago de Chile (19/04)
Ordem "Isabel la Católica", Espanha (Grã-Cruz e Grande-Colar) (17/04)
- 1997
Medalha de Ouro de Galicia, Espanha (20/03)
Doutorado "Honoris Causa", Universidade de Cambridge, Inglaterra (4/12)
Doutorado "Honoris Causa", Ciência Econômica, "London School of Economics and Political Science", Universidade de Londres, Inglaterra (03/12)
Ordem do Banho, Inglaterra (Grã-Cruz e Grande-Colar) (02/12)
Ordem do Mérito da Câmara dos Deputados, Chile (01/10)
Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, Portugal (Grande-Colar) (06/09)
Ordem do Mérito Libanês (Grau Extraordinário) (02/09)
Medalha Amílcar Cabral, Guiné Bissau (08/07)
Hóspede Ilustre, Município de Pto. Quijarro, Bolívia (07)
Doutorado "Honoris Causa", Universidade Soka, Japão (22/05)
Prêmio Interamericano de Liderança de 1997, Fundação Pan Americana de Desenvolvimento da Organização dos Estados Americanos, Washington, D.C. (25/04)
Ordem do Mérito da República da Hungria, (Grã-Cruz) (03/04)
Ordem da Rosa Branca, Finlândia (Grã-Cruz e Grande-Colar) (24/02)
"Equitem Torquatum Ordinis Piani", Santa Sé, (Grande-Colar) (14/02)
Doutorado "Honoris Causa", Faculdade de Ciência Política, Universidade "degli Studi", Bologna, Itália (13/02)
- 1996
Ordem da Boa Esperança, República da África do Sul (Grã-Cruz) (26/11)
Grande Ordem de Mugunghwa, Coréia (Colar) (11/09)

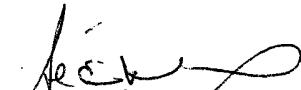
- Prêmio Internacional Soka Gakkai, Paz e Cultura, Japão (10/09)*
Ordem Nacional do Mérito, Paraguai (Colar Mariscal Francisco Solano López) (26/06)
Hóspede de Honra, Governo da Província de San Luis, Argentina (25/06)
Hóspede de Honra, Cidade de San Luis, San Luis, Argentina (25/06)
Hóspede de Honra, Cidade de Juana Koslay, San Luis, Argentina (25/06)
Hóspede de Honra, Prefeitura de Potrero de Los Funes, San Luis, Argentina (25/06)
Medalha da Reitoria das Universidades de Paris, França (29/05)
"Légion d'Honneur", França (Grã-Cruz) (28/05)
Doutorado "Honoris Causa", Universidade Lumière Lyon 2, França (19/05)
Ordem do "Libertador San Martin", Argentina (Colar) (08/04)
Doutorado "Honoris Causa", Universidade Sofia, Japão (14/03)
Ordem Suprema do Crisântemo, Japão (Grã-Cruz) (13/03)
Ordem "El Sol del Perú", Peru (Grã-Cruz com Brilhantes) (26/02)
Hóspede de Honra, Cidade de México (19/02).
Ordem "Águila Azteca", México (Grande Colar) (19/02)
Ordem de Honra da Estrela Amarela, Suriname (Grã-Cruz e Grande-Colar) (10/01)
- 1995 *Ordem "Darjah Utama Seri Makhota Negara", Malásia (Colar) (18/12)*
 Ordem do Príncipe Iaroslav, "o Sábio", Ucrânia (Grande-Colar) (25/10)
 Hóspede de Honra, Cidade de San Carlos de Bariloche, Argentina (11/10).
 Medalha do Rotary Internacional (25/09)
 Doutorado "Honoris Causa", Faculdade de Ciência Política, Universidade Livre de Berlim, Alemanha (20/09)
 Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha (Grã-Cruz) (18/09)
 Doutorado "Honoris Causa", Faculdade de Ciências, Universidade de Porto, Portugal (22/07)
 Ordem da Liberdade, Portugal (Grande-Colar) (19/07)
 Doutorado "Honoris Causa", Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal (11/07)
 Doutorado "Honoris Causa" Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, Universidade Central de Venezuela, Caracas, Venezuela (05/07)
 Ordem do Libertador, Venezuela (Grande-Colar) (04/07)
 Ordem do Mérito da República Italiana (Grã-Cruz e Grande-Colar) (26/06)
 Medalha da Repùblica, Uruguai (20/06)
 Medalha do Lions Clube Internacional (23/05)
 "Vecino Ilustre", Santiago do Chile (03/03)
 Ordem do Mérito, Chile (Grande-Colar) (02/03)
 Ordem do Mérito da República Polonesa, Polônia (Grã-Cruz) (20/02)
 Hóspede de Honra, Província de Misiones (09/02)

- 1993 *Ordem Nacional do Mérito, Equador (Grã-Cruz) (29/04)*
Ordem de Boyacá, Colômbia (Grã-Cruz) (01/04)
Ordem do Mérito, Chile (Grã-Cruz) (08/03)
- 1992 *Doutorado "Honoris Causa", Universidade de Chile, (25/03)*
- 1991 *Doutorado "Honoris Causa", Universidade de Notre Dame, Indiana, Estados Unidos (Setembro)*
- 1987 *Ordem do Mérito de Portugal, Portugal (Grã-Cruz)*
Eleito Membro da Associação Internacional "Maison d'Auguste Comte", França
- 1985 *"Légion d'Honneur", França (Cavaleiro)*
- 1984 *Ordem "Aguila Azteca", México (Grã-Cruz) (19/02)*
Eleito "Foreign Member" da American Academy of Arts and Sciences, Cambridge, Estados Unidos.
- 1983 *"Palmes Académiques", França (Oficial)*
- 1981 *Professor do Collège de France, Paris, França*
- 1978 *Doutorado "Honoris Causa", Universidade Rutgers do Estado de New Jersey, Estados Unidos*
- 1975/76 *Membro Visitante, Institute for Advanced Study, Princeton, New Jersey, Estados Unidos*

Ressaltou o relator, Chanceler da Ordem, Deputado Aécio Neves, que, das condecorações, prêmios e títulos honoríficos recebidos no Brasil, só faltava ao indicado o Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional, Casa que Sua Excelência integrou e honrou por dois mandatos de Senador, tornando-se digno e merecedor do especial reconhecimento do Poder Legislativo de seu País. Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu, _____, Secretário do Conselho, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Grão-Mestre da Ordem, Senador Ramez Tebet.



SENADOR RAMEZ TEBET
 Presidente do Senado Federal
 Grão-Mestre da Ordem do Congresso Nacional



DEPUTADO AÉCIO NEVES
 Presidente da Câmara dos Deputados
 Chanceler da Ordem do Congresso Nacional



SENADOR EDISON LOBÃO
 Conselheiro



DEPUTADO EFRAIM MORAIS
 Conselheiro



SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
 Conselheiro



DEPUTADO BARBOSA NETO
 Conselheiro



SENADOR CARLOS WILSON
 Conselheiro



DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTI
 Conselheiro

SENADOR ANTERO RAES DE BARROS
Conselheiro

SENADOR RONALDO CUNHA LIMA
Conselheiro

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
Conselheiro

SENADOR RENAN CALHEIROS
Conselheiro

SENADOR EDUARDO SUPLICY
Conselheiro

SENADOR BERNARDO CABRAL
Conselheiro

SENADOR JEFFERSON PERES
Conselheiro

DEPUTADO NILTON CAPIXABA
Conselheiro

DEPUTADO PAULO ROCHA
Conselheiro

DEPUTADO JUTAHY JÚNIOR
Conselheiro

DEPUTADO JOÃO PAULO
Conselheiro

DEPUTADO NEY LOPES
Conselheiro

DEPUTADO ALDO REBELO
Conselheiro

**SESSÃO SOLENE DO CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
DESTINADA À ENTREGA DE INSÍGNIA E DIPLOMA AO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, REALIZADA EM TRINTA
DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOIS, ÀS QUINZE HORAS, NO TERCEIRO
ANDAR DO PALÁCIO DO PLANALTO**

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lademir Domingos Filippin) – A presente solenidade destina-se a condecorar o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com a Ordem do Congresso Nacional.

A Ordem do Congresso Nacional foi criada pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23 de novembro de 1972, com o fim de galardoar as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que se tenham tornado dignas do especial reconhecimento do Poder Legislativo.

O Senhor Presidente da República foi admitido no grau de Grande Colar, reservado a Soberanos, Chefes de Estado, ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente da Câmara dos Deputados e altas personalidades estrangeiras, em circunstâncias que justifiquem esse especial agraciamento.

O Sr. Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal e Grão-Mestre da Ordem do Congresso Nacional, fará uso da palavra neste instante.

O SR. PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL E GRÃO-MESTRE RAMEZ TEBET – Cumprimento o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Exmº Sr. Vice-Presidente da República, Marco Maciel, o Exmº Deputado Efraim Moraes, Presidente da Câmara dos Deputados, os Srs. Senadores, Deputados e Ministros, a imprensa presente, as Senhoras e os Senhores.

Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o Senador Edison Lobão procurou-me e sugeriu-me que o Congresso Nacional concedesse-lhe a sua maior insígnia, não titubeei e muito menos hesitaram os membros da Mesa da Câmara dos Deputados, do Senado da República, os Líderes da Maioria e da Minoria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os Presidentes da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e os Presidentes da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Houve unanimidade, tratou-se de algo que explodiu do coração de todos, e havia razão para isso: a vida pública, de mandato, de Vossa Excelência iniciou-se no Senado da República, entre nós, onde começou a fazer, verdadeiramente, história.

Agora, está prestes a deixar a Presidência da República, e o fará, como muitos já têm salientado, como o Presidente que, democraticamente, mais tempo governou este País. Quando digo isso, não me estou referindo apenas ao tempo, mas ao exercício, ao relacionamento de Vossa Excelência com o Congresso Nacional, este de forma absolutamente democrática – não me refiro ao regime que está consagrado no País graças a tantos brasileiros, entre os quais, sem dúvida nenhuma, avultam, no topo, o nome e o trabalho de Vossa Excelência.

De Vossa Excelência não se conhece um gesto sequer que não fosse o de um verdadeiro Parlamentar. Eu diria, até, que na Presidência da República, não somente no seu relacionamento com a Câmara e com o Senado – com o Congresso, portanto -, mas com a sociedade civil, Vossa Excelência deixa para todas as gerações o exemplo de um Presidente da República de quem não se ouve uma mágoa, uma queixa, e que muito trabalhou pelo Brasil. Efetivamente, a sua obra é muito grande: estão aí as instituições do nosso País perfeitamente consolidadas.

Portanto, Senhor Presidente, ao decidirmos lhe conferir a maior insígnia do Congresso Nacional por meio do Grande Colar, estamos fazendo justiça e prestando um reconhecimento ao mérito e às qualidades inexcedíveis que ornamentam a sua personalidade de homem público que governou o nosso País por oito anos e que nos legou uma Pátria pela qual teremos que trabalhar muito, ainda, mas que avançou bastante e ninguém pode negar. Falo isso interpretando o sentimento dos parlamentares que estão aqui presentes, sem dúvida nenhuma, e falo com profunda convicção dizendo que sinto isso dentro do Congresso e que esta insígnia que ora lhe conferimos expressa realmente o sentimento de todo o Congresso Nacional. Estão aqui presentes Lideranças de todos os partidos políticos da Câmara e do Senado da República. Em nome de todos nós, quero lhe conferir isso para a história registrar que o Congresso, a Casa onde V. Ex^a começou, também sabe ser grata, também sabe reconhecer. É esse o sentido dessa homenagem que ora lhe tributamos.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lademir Domingos Filippin) – Neste instante, o Sr. Presidente do Senado Federal e Grão-Mestre da Ordem do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, vai apor a condecoração no Senhor Presidente da República, e o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e Chanceler da Ordem entregará o diploma. (Pausa.)

(Procede-se ao Ato)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lademir Domingos Filippin) – Vamos ouvir agora a palavra do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Sr. Presidente da Câmara, meu companheiro, Sr. Vice-Presidente, Srs. Líderes do Senado e da Câmara, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srs. Ministros, amigos e amigas, já não tenho palavras para agradecer. Há pouco tempo, na Câmara dos Deputados, fui saudado pelo Presidente Aécio Neves e pelo Senador Ramez Tebet, do Senado, de uma maneira tão gratificante para mim que me sinto realmente pequeno para poder responder a tanta generosidade, e também contente. Não sei se muitos Presidentes saíram daqui contentes, mas saio feliz porque, efetivamente, nesse exercício de Governo durante esses anos todos aumentei o número de amigos e não guardo inimigos, pelo menos não tenho a ninguém como inimigo. Discordamos tantas vezes, entre nós, dentro e fora do Governo, entre os partidos, na sociedade, mas isso tudo foi feito dentro do possível, nas normas democráticas.

O Senador Ramez Tebet disse algo que é absolutamente verdadeiro. Comecei a vida pública como Senador, quase por acaso, porque aceitei ser candidato em 1978, dentro de uma sublegenda, na convicção de que o regime autoritário da época não permitiria que eu fosse até o final, porque havia sido alcançado pelo AI-5, como professor, e isso me afastava da possibilidade de ser candidato. Foi graças a um parecer do professor Leitão de Abreu, no Supremo Tribunal Federal, que, menos de dez dias antes da data do pleito, foi reconhecida a possibilidade de eu ser candidato sob o fundamento de que ninguém podia ser banido da vida pública para sempre e o Ato que atingiu aos professores não discriminava o tempo. Graças a esse erro formal, pude ser candidato. Naquela ocasião, Senador, ao não ganhar as eleições – porque era sublegenda e eu estava lá para agregar ao então MDB votos, com o Senador Montoro como nosso candidato efetivo –, não sabia que havia um sistema pelo qual o segundo mais votado seria o suplente do primeiro mais votado, e não os suplentes dele, que, na época, era o prefeito de Campinas, de saudosa memória, o Gramma. Foi assim que me transformei, de repente, em Senador Suplente e, em seguida, com a eleição do Montoro, transformei-me em Senador por São Paulo e depois me reelegi pelo Senado. Foi quase por acaso. Aqui está o Senador Eduardo Suplicy, que me conhece há muitos anos e que participou de alguns momentos dessas lutas antigas e sabe disso. Não tínhamos, naquela altura da vida, a idéia de fazer uma carreira, digamos, política no sentido de galgar posições. Mas os fatos me trouxeram até

a Presidência, e por duas vezes. Contudo, se eu realmente aprendi a importância da democracia, como forma institucionalizada, isso ocorreu no Senado da República, e foi na Constituinte, e foi nos debates, e foi no respeito de uns pelos outros. O Senador Marco Maciel e eu éramos Líderes, em certa época, de Partidos contrários, e tivemos sempre uma convivência que mantivemos até hoje - e será para sempre – de absoluto respeito e amizade.

Isso mostra que é possível conviver na democracia, mantendo posições políticas divergentes, desde que se tenha valores básicos, entre os quais o fundamental é o de respeito de uns pelos outros e de respeito pelo voto. Todos que foram eleitos foram votados. É, portanto, uma parcela do povo que ali está. E ninguém tem o direito de desrespeitar essa parcela do povo.

Na verdade, em todo o tempo esteve presente na minha consciência e na minha ação, eu espero, a idéia de que para governar o Brasil é preciso que haja a divisão dos Poderes, mas também harmonia entre os Poderes, diálogo entre eles. Sem isso, não há como funcionar o sistema político brasileiro.

Somos uma Federação com muita diferenciação regional; com fragmentação normal partidária. Se o Chefe do Poder Executivo não entender que ele tem de criar um clima que permita, em certos momentos a convergência, ou, quando não, que a convergência seja marcada pelo respeito, e não pelo desrespeito, dificilmente governa, dificilmente chega a bom termo.

Tem sido dito e repetido nos últimos dias que, pela primeira vez desde Juscelino Kubitschek, um Presidente eleito passará a faixa a outro Presidente também eleito. Isso, por um lado, a mim me torna feliz de ver que será assim e, por outro, deve preocupar a todos os brasileiros porque se passaram quarenta anos para que houvesse uma transição normal na democracia. Espero que essa eleição tenha sido aprendida e enraizada na nossa cultura cívica e que, daqui para frente, essa normalidade democrática não chame mais a atenção. Até hoje a normalidade chama a atenção. É preciso que isso não mais aconteça.

De tal forma, Srs. Senadores e Srs. Deputados, que recebo essa insígnia, esse colar, com júbilo, porque acho que isso demonstra realmente que estamos conseguindo conviver de uma maneira democrática e civilizada. Devo dizer também que, para alguém que veio, como eu, do Congresso, nada me sensibiliza mais do que, no penúltimo dia do meu Governo, receber tantos amigos aqui e deles a expressão do conjunto do Congresso Nacional, ofertando-me uma condecoração.

Acho que isso só já vale para me confortar muito pelos esforços que fizemos em conjunto e para mostrar que, efetivamente,

o Brasil entrou em um novo caminho que é o de harmonia e convivência.

Se pudesse, pessoalmente, eu agradeceria a cada Senador e a cada Deputado por essa gentileza. Mas, não podendo fazê-lo, peço que transmitam a todos. Podem ter a certeza que levarei, por toda a minha vida, a recordação dessas homenagens que recebi do Congresso Nacional, tanto a da Câmara, como agora esta, do Senado Federal, que, sobretudo, para mim tem um grande valor, porque a recebo na antevéspera de eu não ser mais o Presidente. Portanto, essa é uma homenagem que se faz mais ao cidadão do que ao Presidente.

É um reconhecimento, como diz o Presidente do Senado, que se faz pelo que exercei, mas se faz a alguém cujo poder está se esvaindo - em boa hora, porque já é tempo, pois são oito anos. Sinceramente, conlui, dizendo-lhes mais uma vez que podem ter a certeza de que saio dessa Presidência feliz. Penso que foi um exercício duro, como é duro o exercício da vida pública, mas é gratificante. É gratificante por esse povo brasileiro, tão generoso, que me reconduziu à Presidência; é gratificante pelo convívio com vocês todos e por esse reconhecimento – e não digo isso da boca para fora -, que é generoso, porque geralmente os Congressos têm uma certa avareza natural em reconhecer o outro Poder, até porque o outro Poder às vezes não tem a mesma prudência no trato com o Congresso e, muitas vezes, pretende que pode, sozinho, governar o Brasil. Sou mais humilde, penso que governamos o Brasil juntos e agradeço a colaboração.

Muito obrigado.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Lademir Domingos Filippin) – Ao encerrar esta solenidade, agradecemos aos Srs. Congressistas, Ministros de Estado e demais autoridades e familiares que nos honraram com sua presença.

Boa tarde!

(Encerra-se a solenidade às 15 horas e 35 minutos)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 26, de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais, conferidas pelo art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

Considerando que os servidores da Subsecretaria Industrial tem convivido com problemas de cunho estrutural e operacional devido, principalmente, ao mutável processo industrial gráfico, este sofredor de grandes transformações, RESOLVE:

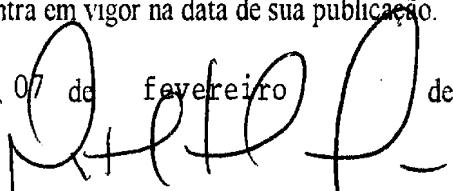
I - Constituir Comissão Especial, visando a realização de estudos das condições de melhorias do leiaute dos setores produtivos, ar condicionado, ruídos, iluminação etc. propondo, o mais rápido possível, ações e alterações nos processos produtivos, de forma a propiciar um melhor ambiente de trabalho, obedecendo as normas modernas de saúde.

II- Designar para compor a Comissão Especial, os servidores: **LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA**, matrícula 3245, na qualidade de Presidente, **MANOEL CARLOS CARVALHO MOREIRA**, matrícula 2725; **LÍDIA GLÓRIA TESTA**, matrícula 3584 e **ANDRÉ FERREIRA DA SILVA**, matrícula 1372, na qualidade de membros.

III- Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos da presente Comissão.

IV- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de fevereiro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
N.º 027 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n.º 8.730, de 10.11.93, que estabelece a obrigatoriedade da apresentação da Declaração de Bens e Rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 978, de 10 de novembro de 1993, ao regulamentar o art. 13 da Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, incumbiu às Unidades de Pessoal a manutenção de registro cadastral dos bens e valores declarados pelos agentes públicos, e das respectivas atualizações;

CONSIDERANDO que cabe ao Sistema de Controle Interno de cada Poder apoiar o Controle Externo em sua missão institucional e que o inciso II, do § 2º, do art. 1º, da Lei n.º 8.730/93, prevê, expressamente, o concurso do Controle Interno na verificação da legalidade e da legitimidade dos bens e rendimentos declarados pelos agentes públicos;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa n.º 005/94, do Tribunal de Contas da União, que determina a apresentação, guarda, conferência e fiscalização das declarações de rendas e bens de servidores e autoridades federais;

CONSIDERANDO, ainda, a Instrução Normativa nº 290, de 30 de janeiro de 2003, da Receita Federal, que regulamenta o procedimento a ser adotado no exercício para entrega da Declaração de Ajuste Anual das pessoas físicas, cujo prazo expira-se em 30 de abril, assim como da Declaração de Isento, que se processa durante o segundo semestre de cada ano,

RESOLVE:

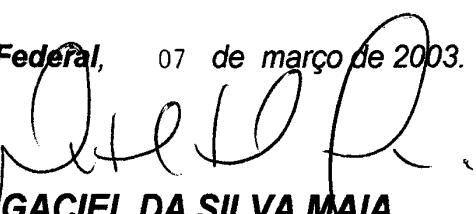
Art. 1º - Fica constituída, com vigência até o dia 31 de dezembro de 2003, Comissão de Recepção e Controle da Declaração de Ajuste Anual, incumbida de receber cópia da referida declaração dos servidores do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, visando à verificação da legalidade da variação patrimonial ocorrida no período.

Art. 2º - Para presidir os trabalhos fica designada a servidora Conceição de Maria Coelho da Silva, matrícula 5319, lotada na Secretaria de Controle Interno e, nos seus impedimentos, a servidora Maria Aparecida Roquete Santos, matrícula 2044, lotada na Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo único – Por designação da Presidente comporão a Comissão 02 (dois) servidores indicados pelo Órgão Central de Coordenação e Execução, 03 (três) servidores da Secretaria de Controle Interno, 03 (três) servidores da Secretaria de Recursos Humanos, 03 (três) servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e 01 (um) servidor da Secretaria Especial de Informática.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de março de 2003.

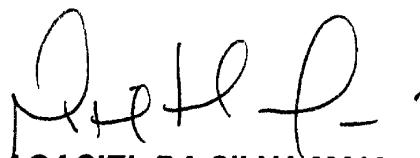

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 028 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE: reconduzir até 30 de abril de 2003, a Comissão Especial instituída pela Portaria nº 116/2002-DGER. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2003.

Senado Federal, 10 de março 2003.

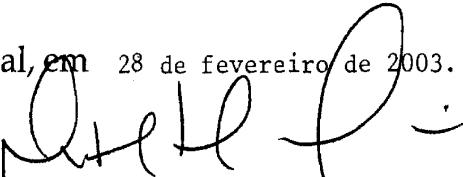

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2320 , DE 2003

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo Ato do Presidente nº 113/2003, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.399/03-5,

RESOLVE conceder aposentadoria, nos termos do artigo 1º, § 6º, item I, da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, ao Ex--Senador MAURO MIRANDA SOARES, com proventos correspondentes a 39% (trinta e nove por cento) do subsídio parlamentar, acrescido de 04/35 (quatro trinta e cinco avos) desse subsídio parlamentar, de acordo com o artigo 1º, caput, e §§ 2º, 4º, 6º, IV, da Lei nº 9.506/97 e com os artigos 31, inciso I, alínea “a”, 34, 35, parágrafo único e 42, da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2373 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014.005/02-6,

RESOLVE aposentar, por invalidez, com proventos integrais, a servidora ZILDA SANTOS ALVES, Técnico Legislativo, Área 2, Nível II, Padrão 30, nos termos do art. 40 § 1º inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, com a vantagem prevista no art. 1.º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 06 de março de 2003



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2389 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003171/03-5,

RESOLVE dispensar a servidora LUCIA MARIA BORGES DE OLIVEIRA, matrícula 2019, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 6 - Especialidade de Arquitetura, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Engenharia, a partir de 01 de fevereiro de 2003, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 10 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

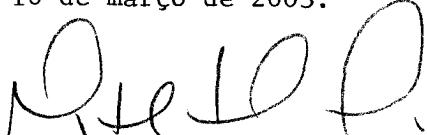
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2390 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 005769/01-9 e anexos,

RESOLVE, fundamentado no art. 223, inciso I, da Lei n.º 8.112/90 e conforme despacho do Primeiro-Secretário às fls. 196 e 249, cancelar a reserva de 1/2 (um meio) da pensão, nos termos do Ato do Diretor-Geral n.º 1179/2001 e reverter a respectiva cota da pensão vitalícia a EUNICE FERREIRA DA SILVA e MAROLY GONÇALVES LIMA, na condição de ex-esposas pensionadas, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada uma, mantendo a cota de 2/4 (dois quartos) da pensão temporária concedida à filha menor ELMA GONÇALVES DOS SANTOS, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ ALVES DOS SANTOS, matrícula 01323, a partir da data do requerimento, 25/04/2001.

Senado Federal, 10 de março de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

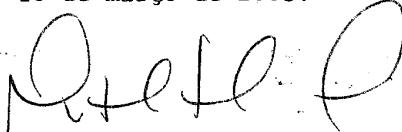
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2391 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 010804/02-1,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “c”, da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a COLETA FERNANDES DA CUNHA, na condição de companheira, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor LUIZ ROBERTO DE PROENÇA ROSA, matrícula 04093, a partir da data do óbito, 05/09/2002.

Senado Federal, 10 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 2392 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003670/03-1,

RESOLVE designar a servidora RITA DE CÁSSIA JERONIMO, matrícula 4347, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, a partir de 06 de fevereiro de 2003.

Senado Federal, 10 de março de 2003.



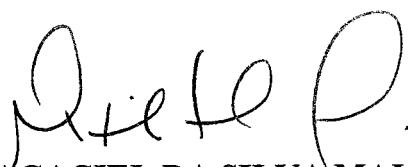
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2393 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003780/03-1,

RESOLVE designar a servidora ELIANE SILVA DOS REIS, matrícula 2656, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

Senado Federal, 10 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2394 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003836/03-7,

RESOLVE designar a servidora SILVIA MARIA BONAMIGO PICCOLI, matrícula 3243, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Leonel Pavan, a partir de 19 de fevereiro de 2003.

Senado Federal, 10 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2395 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003842/03-7,

RESOLVE designar o servidor CYRO PEREIRA DA SILVA PORTOCARRERO, matrícula 3798, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Paulo Octávio, a partir de 18 de fevereiro de 2003.

Senado Federal, 10 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2396 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 002971/03-8,

RESOLVE dispensar a servidora CATARINA LOBATO VIEIRA, matrícula 4014, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

Senado Federal, 10 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2397 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002615/03-7,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO CÉZAR BRANDÃO CAVALCANTI NETO, matrícula 3673, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Terceira Secretaria, a partir de 11 de fevereiro de 2003.

Senado Federal, 10 de março de 2003.



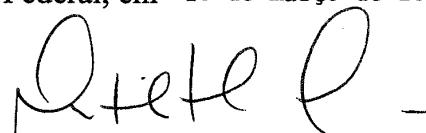
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2398 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004906/03-9,

R E S O L V E exonerar **GIVANILDO RODRIGUES DE AQUINO**, matrícula n.º 31442, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Sibá Machado e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 10 de março de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	
PFL	- Rodolpho Tourinho	PFL - Heráclito Fortes
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	PMDB - Mão Santa
PFI	- César Borges	RIO GRANDE DO NORTE
PT	RIO DE JANEIRO	PTB - Fernando Bezerra
PL	- Roberto Saturnino	PMDB - Garibaldi Alves Filho
PMDB	- Marcelo Crivella	PFL - José Agripino
PMDD	MARANHÃO	PFL - Jorge Bornhausen
PMDD	- João Alberto Souza	PT - Ideli Salvatti
PFL	- Edison Lobão	PSDB - Leonel Pavan
PFL	- Roseana Sarney	SANTA CATARINA
	PARÁ	PT - Heloisa Helena
PMDD	- Luiz Otávio	PMDB - Renan Calheiros
PT	- Ana Júlia Carepa	PSDB - Teotônio Vilça Filho
PTB	- Duciomar Costa	SERGIPE
	PERNAMBUCO	PFL - Renildo Santana
PFL	- José Jorge	PDT - Almeida Lima
PFI	- Marco Maciel	PSB - Antonio Carlos Valadares
PSDB	- Sérgio Guerra	AMAZONAS
	SÃO PAULO	PMDB - Gilberto Mestrinho
PT	- Eduardo Suplicy	PSDB - Arthur Virgílio
PT	- Aloizio Mercadante	PDT - Jefferson Péres
PFL	- Romeu Tuma	PARANÁ
	MINAS GERAIS	PSDB - Olivir Gabardo
PL	- Aelton Freitas	PT - Flávio Arns
PSDB	- Eduardo Azeredo	PDT - Osmar Dias
PMDB	- Hélio Costa	ACRE
	GOIÁS	PT - Tião Viana
PMDB	- Íris de Araújo	PSB - Geraldo Mesquita Júnior
PFL	- Demóstenes Torres	PT - Sibá Machado
PSDB	- Lúcia Vânia	MATO GROSSO DO SUL
	MATO GROSSO	PMDB - Juvêncio da Fonseca
PSDB	- Antero Paes de Barros	PT - Delcídio Amaral
PFL	- Jonas Pinheiro	PMDB - Ramez Tehet
PT	- Serys Shnessarenko	DISTRITO FEDERAL
	RIO GRANDE DO SUL	PMDB - Valmir Amaral
PMDB	- Pedro Simon	PT - Eurípedes Camargo
PT	- Paulo Paim	PFL - Paulo Octávio
PTB	- Sérgio Zambiasi	TOCANTINS
	CEARÁ	PSDB - Eduardo Siqueira Campos
PSDB	- Reginaldo Duarte	PFL - João Ribeiro
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	PFL - Leomar Quintanilha
PSDB	- Tasso Jereissati	AMAPÁ
	PARAÍBA	PMDB - José Sarney
PMDB	- Ney Suassuna	PSB - João Capiberibe
PFL	- Efraim Morais	PTB - Papaléo Paes
PMDB	- José Maranhão	RONDÔNIA
	ESPÍRITO SANTO	PMDB - Amir Lando
PPS	- João Batista Motta	PT - Fátima Cleide
PMDB	- Gerson Camata	PMDB - Valdir Raupp
PL	- Magno Malta	RORAIMA
	PIAUÍ	PPS - Mozarildo Cavalcanti
PMDB	- Alberto Silva	PDT - Augusto Botelho
		PSDB - Romero Jucá

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em março de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002 e extinta na 1ª Reunião de 2003, em 17.2.2003)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1º Eleição Geral: 19.04.1995
2º Eleição Geral: 30.06.1999
3º Eleição Geral: 27.06.2001

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹
 Vice-Presidente: (vago) ²

PMDB			
Titulares	UF	Suplentes	UF
Juvêncio da Fonseca	MS	1. Renan Calheiros	AL
(vago) ³		2. (vago) ¹²	
(vago) ⁴		3. (vago) ¹³	
João Alberto Souza	MA	4. (vago) ¹⁴	
(vago) ⁵		5. Gerson Camata ¹⁵	ES
PFL			
(vago) ⁶		1. (vago) ¹⁶	
(vago) ⁷		2. (vago) ¹⁷	
(vago) ⁸		3. Mozarildo Cavalcanti (PPS)	RR
(vago) ⁹		4. Jonas Pinheiro (PFL)	MT
Bloco (PSDB/PPB)			
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1. (vago) ¹⁸	
(vago) ¹⁰		2. Romero Jucá (PSDB)	RR
(vago) ¹¹		3. (vago) ¹⁹	
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS)			
Heloísa Helena (PT)	AL	1. Marina Silva (PT) ²⁰	AC
Jefferson Péres (PDT)	AM	2. (vago) ²¹	
PSB			
Roberto Saturnino (PT)	RJ	1. (vago) ²²	
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)			

Notas:

- ¹ Eleito Presidente em 13.9.2001, na 18º Reunião do Conselho (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).
- ² Função ocupada pelo Senador Geraldo Althoff; não retornou.
- ³ Vaga ocupada pelo Senador Carlos Bezerra, não reeleito.
- ⁴ Vaga ocupada pelo Senador Casildo Maldaner, não reeleito.
- ⁵ Vaga ocupada pelo Senador Nabor Júnior, não reeleito.
- ⁶ Vaga ocupada pelo Senador Geraldo Althoff; não retornou.
- ⁷ Vaga ocupada pelo Senador Moreira Mendes, não reeleito.
- ⁸ Vaga ocupada pelo Senador Bello Parga; não retornou.
- ⁹ Vaga ocupada pelo Senador Waldeck Ornelas; não retornou.
- ¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Ricardo Santos, não reeleito.
- ¹¹ Vaga ocupada pelo Senador Benício Samperio, não reeleito.
- ¹² Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.
- ¹³ Vaga ocupada pela Senadora Marluce Pinto, não reeleita.
- ¹⁴ Vaga ocupada pelo Senador Gilvam Borges, não reeleito.
- ¹⁵ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 3.10.2002 a 31.1.2003, conforme requerimento lido na Sessão de 9.10.2002 e aprovado na Sessão de 29.10.2002.
- ¹⁶ Vaga ocupada pelo Senador Carlos Patrocínio; não retornou.
- ¹⁷ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente ao Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001.
- ¹⁸ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto, não reeleito.
- ¹⁹ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes.
- ²⁰ Em 1.1.2003, afastou-se do exercício do mandato para assumir ao cargo de Ministra de Estado do Meio Ambiente (DSF de 3.1.2003, p. 00013).
- ²¹ Vaga ocupada pelo Senador Paulo Hartung, que renunciou ao mandato de Senador da República em 1.1.2003, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo (DSF de 03.01.2003, página 00009).
- ²² Vaga ocupada pelo Senador Ademir Andrade, não reeleito.

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**
Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários: CAE- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 27.1.2003

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slihezzarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leônidas Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaleó Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaleó Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Iris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Moraes
Renaldo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Olivir Gabardo
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias (1)	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ Licenciado

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carcpa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Ramez Tebet
Garibaldi Alves Filho	2. João Alberto Souza
José Maranhão	3. Iris de Araújo
Juvêncio da Fonseca	4. Valmir Amaral
Luiz Otávio	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Olivir Gabardo	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaleó Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. (vago)
Valmir Amaral	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leônio Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Olivir Gabardo
Teotônio Vilela Filho	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias (1)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes
Licenciado	

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

Atualizado em 26/02/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eurípedes Camargo	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antônio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
Vago	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Marco Maciel	
PSDB	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Observação: Há uma indicação de membro titular excedente na composição do Bloco de Apoio ao Governo.

Atualizado em 26/02/2003.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. José Jorge
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Teotônio Vilela Filho
Olivir Gabardo	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
(vago)	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Tião Viana (Cessão)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patricia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003.

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Síhessarenko	3. Heloisa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. (vago)
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Olivir Gabardo
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação: 03.12.2001

2ª Designação: 26.02.2003

Presidente:

Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Íris de Araújo
PFL
Senadora Roseana Sarney
PT
Senadora Serys Shessarenko
PSDB
Senadora Lúcia Vânia
PDT
<i>(aguardando indicação)</i>
PTB
Senador Papaléo Paes
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior
PL
Senador Magno Malta
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 07.3.2003

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569



EDIÇÃO DE HOJE: 104 PÁGINAS